

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANÁLISE REGIONAL E AMBIENTAL**

**A INFLUÊNCIA DO ASSOCIATIVISMO NO ESPAÇO URBANO EM DOIS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ – OS CASOS DE
SARANDI E PAIÇANDU - PR**

JULIANO ALVES SILVA

**MARINGÁ
MARÇO DE 2008**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANÁLISE REGIONAL E AMBIENTAL**

JULIANO ALVES SILVA

**A INFLUÊNCIA DO ASSOCIATIVISMO NO ESPAÇO URBANO EM DOIS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ – OS CASOS DE
SARANDI E PAIÇANDU - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dra. Celene Tonella

**MARINGÁ
MARÇO DE 2008**

DEDICATÓRIA

Gostaria de dedicar este trabalho aquele que propiciou, para a humanidade, a convivência em sociedade, com base no livre arbítrio. Aquele que é a resposta para várias perguntas. Não sabemos de onde viemos, nem temos certeza para onde iremos, ao fim da vida, mas temos certeza de que houve o princípio de tudo, para o qual as explicações são limitadas, referimo-nos a ele como o grande criador: DEUS.

Dedico também a toda minha família, especialmente à, minha mãe, Marineuza Alves Silva, que sempre me apoiou para que a minha formação acadêmica fosse sólida. Ao meu pai, que, apesar de não se interessar muito por situações de pesquisa, é uma das razões de minha existência.

Não posso deixar de citar amigos que foram grandes incentivadores para o meu prosseguimento na área acadêmica. Dedico também este trabalho aos amigos que mais me apoiaram no mais difícil momento de transição e decisão: Fausto Antônio de Moraes, Saulo Henrique de Souza e Sérgio Aires Machado.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram para que este trabalho fosse realizado, sem as quais os resultados seriam impossíveis.

Gostaria de agradecer do fundo do meu coração à professora orientadora Dra. Celene Tonella. A qual sempre orientou, com afinco, esta pesquisa, e foi como um sólido alicerce, sempre corrigindo as minhas limitações e deficiências, rompendo com algumas dificuldades que se arrastaram durante o ciclo de formação pelo qual passei até este momento.

Agradeço também à professora Jaqueline Telma Vercezi, que foi minha orientadora de iniciação científica na Fundação Faculdade Filosofia de Ciências e Letras de Jandaia do Sul. Ela sempre acreditou na possibilidade de prosseguimento de minha formação, enquanto muitos descreditavam. Também foi a responsável por meu contato com a professora Celene, portanto, uma das grandes responsáveis por meu ingresso no programa de pós-graduação. Estendo meu profundo agradecimento a todos os professores do departamento de geografia da FAFIJAN, especialmente, ao professor Vanderlei Grzegorzcyk, que foi o primeiro a me mostrar o caminho da pesquisa científica.

Agradeço a todos os presidentes de associações comunitárias de bairros de Sarandi e Paiçandu que despenderam de seu tempo para reuniões e entrevistas.

Finalmente, agradeço aos professores e amigos do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, bem como, a todos os colegas com os quais convivi nas aulas, especialmente, a Ivanete Pereira Martins que fez a tradução de escritos de *La production de l'espace* de Henri Lefebvre, e permitiu provar deste conteúdo.

RESUMO

Nesta dissertação reflete-se sobre o processo de constituição do associativismo na perspectiva de uma dinâmica intra-urbana, envolvendo Maringá, Sarandi e Paiçandu, marcada por condições de segregação socioespacial da população das duas últimas. Os dois municípios fazem parte do aglomerado urbano da Região Metropolitana de Maringá, mas as realidades vivenciadas são bastante distintas. Desde o nascimento, o espaço urbano de Maringá foi planejado e dotado de infraestrutura urbana mínima em seus bairros. Sarandi e Paiçandu surgiram enquanto municípios e cresceram de forma desordenada com poucos investimentos em equipamentos urbanos. Ao longo dos anos, a população trabalhadora de Maringá buscou moradia nessas cidades periféricas, já que os custos eram menores. Essa dinâmica fez com que aumentasse rapidamente o tamanho populacional de Sarandi e Paiçandu, em um contexto de inúmeras deficiências da estrutura urbana. A organização da população em associações de moradores apresenta-se como um caminho na busca da melhoria da qualidade de vida. O trabalho de campo desenvolvido, baseado em entrevistas com os presidentes das associações comunitárias de bairros de Sarandi e Paiçandu, possibilitou concluir que existem estágios de organização. Foi possível perceber que Sarandi e Paiçandu vivem momentos distintos neste tipo de luta associativista. A cidade de Sarandi está em um momento em que tenta consolidar as relações com o poder público, enquanto Paiçandu ainda tenta atrair um maior número de pessoas para participar das reuniões que dinamizam o processo.

Palavras-chave: Associativismo, segregação socioespacial, espaço urbano.

ABSTRACT

In this dissertation reflect itself about the process of constitution of an association of the perspective of an intra-urban dynamics, involving Maringá, Sarandi and Paçandu, marked by conditions of segregation social and spatial of the population of the last two. The two municipal districts are part of the urban agglomerate of the Maringá Metropolitan Area, but the lived realities are quite different. From the birth, the urban space of Maringá was drifted and endowed with minimum urban infrastructure in their neighborhoods. Sarandi and Paçandu appeared while municipal districts and they grew in a disordered way and without investments in urban equipments. Along the years, the hard-working population of Maringá looked for home in those outlying cities, since the costs were smaller. That dynamics did with that it increased the population size of Sarandi and Paçandu quickly, in a context of countless deficiencies of the urban structure. The organization of the population in residents associations comes as a road in the search of the improvement of the life quality. The field work developed, based on interviews with the presidents of the community associations of neighborhoods of Sarandi and Paçandu, made possible to conclude that several organization apprenticeships exist. It was possible to notice that Sarandi and Paçandu live different moments in this type of association fight, the first is has in one moment in that it tries to consolidate the relationships with the power publish and second, still tries to attract a larger number of people to participate in the meetings that became the process more dynamical.

Key-words: Association, segregation social and spatial, urban space.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - RMM - População total, densidade demográfica, crescimento geométrico e grau de urbanização.....	35
Tabela 2 -Municípios da Região Metropolitana de Maringá, população economicamente ativa, índice de desenvolvimento humano e produto interno bruto	37
Tabela 3 - Municípios da RMM, número de famílias por faixa de renda per capita e domicílios particulares permanentes urbanos.	38
Tabela 4 – Indicadores populacionais das regiões metropolitanas abordadas.....	40
Tabela 5 – Indicadores populacionais das regiões metropolitanas abordadas.....	42
Tabela 6 – Crescimento populacional do município de Maringá (1950 – 2000)	53
Tabela 7 – Crescimento populacional do município de Sarandi (1980 – 2000)	57
Tabela 8 – Crescimento populacional do município de Paiçandu (1980-2000)	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Infra-estrutura disponível para funcionamento da associação, Sarandi e Paçandu - 2006-2007	92
Gráfico 2 – Institucionalização das associações, Sarandi e Paçandu - 2006.....	93
Gráfico 3 – Total de entrevistados quanto à realização de reuniões para discussão dos problemas, Sarandi e Paçandu - 2006.....	94
Gráfico 4 – Promoções realizadas para arrecadação de recursos, com fins de melhorias coletivas, Sarandi e Paçandu - 2006.....	95
Gráfico 5 – Grau de interferência das associações de bairros nas questões locais, Sarandi e Paçandu – 2006-2007	96
Gráfico 6 – Total de entrevistados quanto à participação nos conselhos gestores, Sarandi e Paçandu - 2006-2007	97
Gráfico 7 – Total de entrevistados, quanto ao acompanhamento na realização do plano diretor, Sarandi e Paçandu – 2006-2007	98
Gráfico 8 – Total de entrevistados quanto ao encaminhamento de projetos, Sarandi e Paçandu - 2006.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Associações comunitárias de bairros consultadas, reivindicações e projetos conquistados, Sarandi – 2006-2007	103, 104, 105
Quadro 2 – Associações comunitárias de bairros consultadas, reivindicações e projetos conquistados, Paiçandu - 2006	106
Quadro 3 – Associações comunitárias de bairros consultadas, segundo a maior representatividade nos gráficos, Sarandi – 2006-2007	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A institucionalidade da Região Metropolitana de Maringá (1998 – 2006)	13
Figura 2 – Esquema metodológico da elaboração dos mapas	23
Figura 3 – Planta da cidade de Maringá – 1945	51
Figura 4 – Famílias com renda até 2 salários mínimos da RMM, por Áreas de ponderação, em 2000	65

LISTA DE MAPAS

Mapa 1_ - Representatividade por associações comunitarias de Bairros / Sarandi	
2007.....	108
Mapa 2 - Representatividade por associações comunitárias de Bairros / Paçandu	
2007.....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB's	Comunidades eclesiais de base
RMM	Região Metropolitana de Maringá
UNIPAN	União das Associações Comunitárias de Bairros de Paiçandu
UNISAN	União das Associações Comunitárias de Bairros de Sarandi
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
AEM	Área de Expansão Metropolitana
RM	Região Metropolitana
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
CHF	Condomínio Horizontal Fechado
CNTP	Companhia de Terras Norte do Paraná
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
FAFIJAN	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul

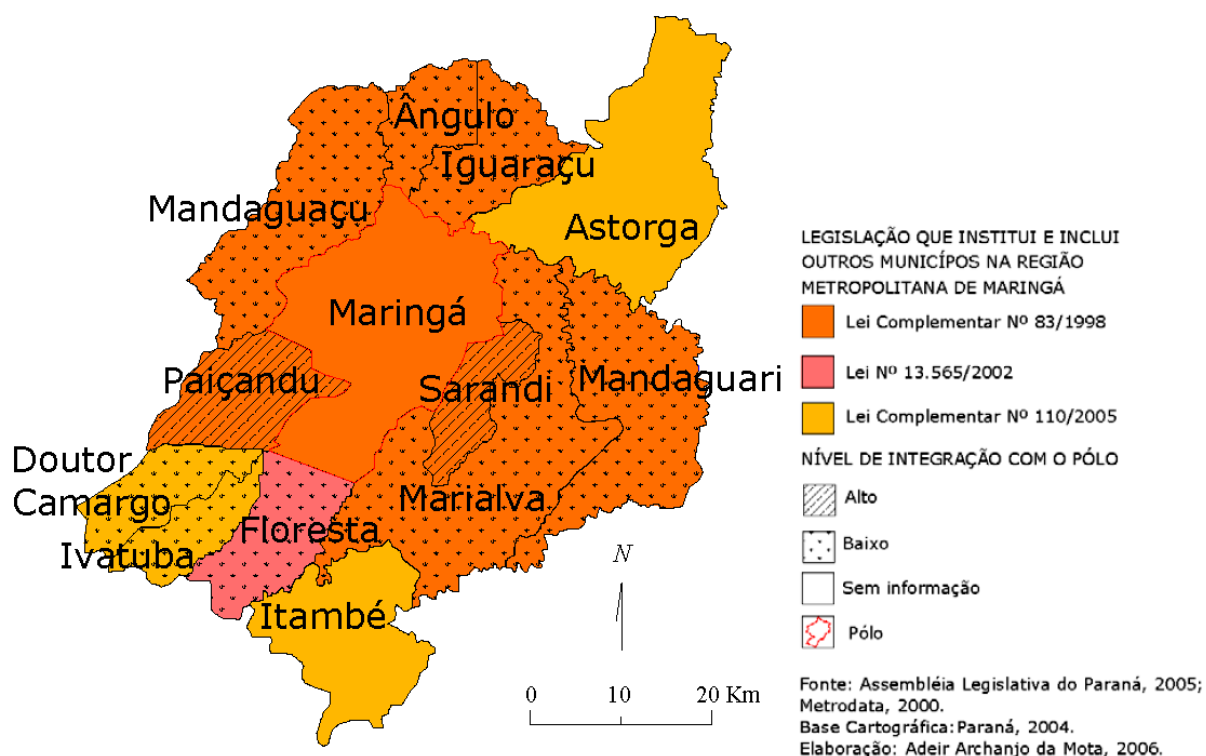
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
METODOLOGIA	18
1 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM ESPAÇO PRODUZIDO E SEGREGADO.....	25
1.1 O Estado	25
1.2 Institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras.....	29
1.3 Caracterização da região metropolitana de Maringá.....	34
1.3.1 Classificação da região metropolitana de Maringá.....	39
1.4 Região Metropolitana de Maringá: espaço produzido e segregado	44
1.4.1 A produção do espaço em Maringá: os agentes públicos e privados.....	49
1.4.2 Sarandi, um espaço segregado.....	55
1.4.3 Paiçandu, um espaço segregado	60
1.4.4 Maringá, Sarandi e Paiçandu: evidências espacializadas da segregação	62
2 O CAPITAL SOCIAL NO ESTÍMULO AO ASSOCIATIVISMO DO ESPAÇO HABITADO	67
2.1 Produção espacial.....	76
2.2 O associativismo no espaço.....	86
3 A PRESENÇA DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE BAIROS NAS CIDADES DE SARANDI E PAIÇANDU.....	89
3.1 A densidade da influência do associativismo no espaço habitado das cidade de sarandi e paiçandu.....	114
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
5 REFERÊNCIAS.....	124
6 ANEXOS	128

INTRODUÇÃO

As cidades de Sarandi e Paçandu estão localizadas na mesoregião Norte-Central do Estado do Paraná. Inseridas na dinâmica da Região Metropolitana de Maringá, formam um aglomerado urbano, conjuntamente com a cidade pólo, Maringá. O aglomerado formou-se tendo por característica uma expressiva segregação socioespacial, geradas pela dinâmica de estruturação do espaço da cidade pólo.

FIGURA 1 - A Institucionalidade da Região Metropolitana de Maringá (1998-2006)



Maringá teve sua formação espacial guiada por leis reguladoras, baseadas em planos diretores, o que a fez ser criada sobre a égide de uma boa infra-estrutura. Os agentes produtores do espaço fundaram-na e a fizeram crescer a partir de propagandas de mercado em que se vendia Maringá como “cidade Jardim”, chegando a ocupar destaque no cenário nacional. A grande atratividade para a cidade fez com que seu espaço urbano se tornasse caro. Em quase sua totalidade, é impossível ser habitado por uma população de baixa renda. Essa dinâmica acelerou a formação dos núcleos vizinhos, Sarandi e Paiçandu. Estes, ao contrário de Maringá, foram criados, tendo seu espaço parcelado, sem boa infra-estrutura. Em alguns bairros, pode-se afirmar que não apresentam as características do urbano. Desse modo, grande parte da população de Sarandi e Paiçandu sofre com a deficiência de estrutura e equipamentos urbanos.

Dentro deste quadro, a pesquisa tem como objetivo estudar o associativismo como manifestação dos cidadãos de Sarandi e Paiçandu no processo de superação da segregação socioespacial a que foram relegados.

A população que sofre com a ausência de equipamentos urbanos tem por opção se organizar através do associativismo. Por meio da união podem-se desenvolver laços que levem os cidadãos a terem uma consciência crítica da dimensão de cidadania, de forma que sua formação se dê como sujeitos sociais ativos, que recusam permanecer nos lugares que foram estabelecidos cultural e socialmente. Isso pode levar a uma luta associativista estimulada por sujeitos que, além de cansados de habitar espaços desestruturados, têm consciência de seu papel para construir possibilidades para superar o processo de segregação.

O tema assume maior relevância diante da instituição da Região Metropolitana de Maringá, que vem com a proposta de se fazer o planejamento urbano das cidades que a compõem de forma conjunta. Seria uma maneira de organização por parte do poder público para que os problemas fossem resolvidos e a segregação amenizada.

Abordar a instituição da RMM permite questionar se, realmente, o planejamento urbano que foi proposto para ser realizado em conjunto entre as municipalidades está trazendo benefícios aos expropriados. Ou, se acontece o contrário, continua

como beneficiada, apenas, a cidade pólo. Tal conjuntura poderá ser vista nos dados dos municípios que compõem a região.

Discutir como se deu a institucionalização da RMM, correlacionando-a com as outras classificadas no mesmo grau de importância dentro do contexto nacional, faz-se necessário nos trabalhos geográficos que abordam municípios presentes dentro da espacialidade. Não é uma discussão acabada, deve ser abordada quando se enfatiza a região como metropolitana, para que se possa contribuir no sentido de levantar a pertinência desta institucionalização. Até porque, as regiões metropolitanas foram criadas com o discurso de melhorar as condições da dinâmica dos municípios envolvidos mas, no aglomerado abordado, dá-se a segregação socioespacial e, com a criação da RMM, os fluxos ainda continuam a serem canalizados para a cidade pólo.

É presente a discussão de que o Estado direciona o planejamento para beneficiar as classes mais apropriadas, a elite que mantém influência dentro da máquina administrativa, e interfere na produção do espaço. O urbano é produzido com boa infra-estrutura a fim de servi-la. Mas, nesta pesquisa, entende-se que de forma organizada, a sociedade pode lutar para conquistar a falta de equipamentos urbanos à qual é submetida no processo de segregação socioespacial. Concordando-se com os escritos de Poulantzas (1980), em que o autor defende que as massas trabalhadoras podem ter contato legítimo com os governantes e também de forma organizada, exercerem influência, de modo que seus interesses sejam atendidos. O objetivo proposto não é o de revolução e sim entender que as classes trabalhadoras devem ser atendidas pelo Estado, que essa possibilidade se torna muito maior quando elas se organizam.

Vários são os tipos de associativismos presentes nas cidades, as entidades esportivas, religiosas, assistencialistas, etc. Escolheu-se para a investigação, as associações comunitárias de bairros das cidades de Sarandi e Paiçandu e o instrumento metodológico principal foi a entrevista com os presidentes. A razão da escolha deste tipo de associativismo se deu por alguns motivos, dentre eles, destaca-se o fato de que as decisões são tomadas de forma horizontal dentro de cada bairro, ou seja, não é um associativismo que funciona de forma vertical, no qual

o líder lança propostas e toma decisões e os moradores acatam, sem discussões. Nas associações, todos os problemas em comum são levados para as reuniões e discutidos, buscando-se a forma de resolução. Deste modo, são nas associações comunitárias de bairros que as pessoas acabam se unindo para discutir e buscar formas de conquistar equipamentos urbanos, com o objetivo de melhorar a infraestrutura de seu entorno. Entrevistar os presidentes destas associações se tornou factível, porque são pessoas presentes na sociedade, ainda mais quando se enfatiza o lugar, o bairro, assim, têm mais condições de dizer o que, de fato, está acontecendo na associação.

Observando como os habitantes dos bairros se organizam e conseguem equipamentos e benefícios para o coletivo, é possível perceber o estímulo ao associativismo na busca pela solução de problemas estruturais que dariam condições de habitar o urbano, ou seja, de amenizar os processos de segregação que as duas cidades sofrem.

As classes trabalhadoras também podem interferir na dinâmica da produção espacial, ainda mais quando se toma por ênfase a paisagem em que habita. Como observa o autor :

A noção de escala é igualmente importante, pois, se o espaço é total, a paisagem não o é. Não se pode falar de paisagem total, pois o processo social de produção é espacialmente seletivo. O espaço construído que daí resulta é variegado. Formas de idades diferentes com finalidades e funções múltiplas são organizados e dispostos de múltiplas maneiras. Cada movimento da sociedade-lhes atribui um novo papel. (Santos, 2004 p. 60).

Dentro desta noção de escala, em que a categoria de análise final acabou aqui por se dar no contexto dos processos de superação da falta de infra-estrutura espacial dentro dos bairros, é que se eleva como ponto principal de análise as Associações comunitárias de Bairros de Sarandi e Paiçandu, mais especificamente as que estão em atividade. Podendo averiguar se tal modo associativista está exercendo interferência na produção espacial das cidades segregadas. Dentro deste quadro de interferência de uma dada população na paisagem que habita, os bairros em específico, é que as afirmações de Maricato vem a colaborar:

A questão de não se poder mudar toda a estrutura mas sim amenizar os impactos locais:

É evidente que não é possível reverter o rumo do crescimento das cidades sem rever os rumos das relações sociais a construção de um novo paradigma urbano faz parte da luta por uma nova sociedade, mas enquanto tal interessa destacar aqui a sua especificidade. Não se trata de acreditar no potencial transformador da soma das propostas setoriais, mas muito mais de acreditar que, apesar dos determinantes em última instância (com a licença de Althusser), há sempre a dimensão universal no particular. É aí que o cotidiano é reconhecido e abre a oportunidade de remeter a consciência a maiores vãos. A definição de projetos transformadores da experiência do dia-a-dia ocupa um lugar fundamental na construção da utopia. (Maricato, 2000, p.169).

Para cumprir o objetivo central, a pesquisa se desdobrou em objetivos específicos: reunir dados que subdividam as reflexões a respeito da constituição, bem como dos desequilíbrios socioeconômicos dos municípios componentes da RMM, com ênfase em Sarandi e Paiçandu; investigar as associações comunitárias de bairros das cidades de Sarandi e Paiçandu; e, por último, espacializar as associações comunitárias de bairros das cidades de Sarandi e Paiçandu, de modo a mostrar o grau de interferência em suas respectivas espacialidades. Etapas que se desenvolveram e serão melhor explicadas no item metodologia.

Deste modo, a dissertação ficou dividida em três capítulos. No capítulo I, aborda-se o processo de institucionalização de regiões metropolitanas brasileiras, classificando a região abordada e mostrando a segregação urbana presente no espaço estudado. No capítulo II, é possível ver os resultados de levantamentos bibliográficos sobre os temas: capital social, associativismo e produção espacial. No capítulo III, são mostrados os resultados da pesquisa, destacando-se a densidade da influência do associativismo no espaço habitado das cidades de Sarandi e Paiçandu.

METODOLOGIA

Expressar como foram realizados os procedimentos para chegar aos resultados é de grande importância, levará a entender como se deram as etapas da pesquisa. A proposta da realização do trabalho foi permeada por diversas informações durante o caminho percorrido, o que fez as linhas a serem seguidas tomarem outras formas. Não que se fugiu dos objetivos iniciais propostos, e, sim, que se trilharam caminhos para atender aos objetivos. Destaca-se que o tema proposto nunca foi abordado na espacialidade trabalhada e não se encontrou nenhuma bibliografia que enfocasse, prioritariamente, a influência do associativismo em uma dada espacialidade. Dentro dos objetivos propostos, foram se delineando, no decorrer do trabalho, formas de se adquirir informações e revisar, na bibliografia, assuntos pertinentes à pesquisa. O que a fez se desdobrar em várias etapas a serem vistas.

Na primeira parte, buscou-se trabalhar a espacialidade onde se situam os municípios pertencentes à Região Metropolitana de Maringá (RMM), dando destaque ao aglomerado urbano de Sarandi, Maringá e Paiçandu. Foi grande a contribuição de vários autores locais na discussão sobre a institucionalização e segregação na RMM. Ao contrário do que se buscou em etapas posteriores, esses são assuntos que já foram bem debatidos. Mas, mesmo assim, não poderia deixar de aparecer na pesquisa, pois dá fundamento aos objetivos principais discutidos nas etapas posteriores. Dentro deste contexto, para a primeira parte da discussão, foi feita uma revisão bibliográfica quanto à institucionalidade das regiões metropolitanas brasileiras, enfatizando as que pertencem à mesma escala em que está a RMM. Posteriormente, foram realizadas abordagens sobre a segregação urbana dentro do aglomerado urbano: Sarandi, Maringá e Paiçandu, enfocando o modo como foi produzido o espaço planejado de Maringá, que acabou por determinar alguns pontos que fizeram Sarandi e Paiçandu sofrer com problemas estruturais até os dias atuais.

Em uma segunda etapa da pesquisa, buscou-se mostrar os resultados de uma revisão teórica sobre associativismo, capital social e a produção do espaço geográfico. Juntamente com a revisão de assuntos, como a produção do espaço

geográfico, buscou-se analisar até que ponto a população de Sarandi e Paçandu influencia o espaço através do associativismo. Levando em conta que, quanto mais conquistas tivessem realizado as pessoas que se juntaram em torno de uma causa comum, maior seria o potencial de tal movimento.

Depois de realizadas as primeiras revisões bibliográficas, chegou o momento de observar na realidade das duas cidades, se realmente as instituições associativistas influenciavam, de algum modo, a produção espacial.

Dentro da objetividade de averiguar o associativismo na superação dos problemas socioespaciais em que estão inseridas as cidades de Sarandi e Paçandu, surgiu a necessidade de elaborar um questionário a ser aplicado a uma forma específica de associativismo, as associações comunitárias de bairros. Antes de se realizarem as entrevistas principais, foi feito um trabalho de campo que auxiliou na escolha das entidades. Houve uma entrevista com o presidente da União das Associações Comunitárias de Bairros de Sarandi (UNISAN) e outra com o presidente da União das Associações Comunitárias de Bairros de Paçandu (UNIPAN). Junto ao presidente da UNIPAN, chegou-se à conclusão de que deveriam ser entrevistados os presidentes das associações que estavam em atividades, pois havia algumas que estavam totalmente paradas. Foi feita a entrevista com um total de 10 das 18 associações de Paçandu. Já em Sarandi, segundo o presidente da UNISAN, todas as associações estavam em atividade, por isso foi possível entrevistar 25 das 27 associações existentes no município de Sarandi.

Analisando o questionário aplicado, ver-se-á que as questões utilizadas foram tanto objetivas como subjetivas, alguns dos resultados foram apresentados em forma de gráficos, devido à possibilidade de quantificação, portanto, utilizou-se o método quantitativo para trabalhar. Também foram utilizadas questões que não eram totalmente quantificáveis, como as que procuraram estimular o entrevistado a falar sobre o assunto, à medida que o entrevistador foi anotando, atentamente, os relatos. Isso aconteceu principalmente nas questões que buscavam saber sobre as conquistas, o funcionamento, o que falta para melhorar a entidade e a questão final: O Senhor (a) gostaria de fazer algum comentário a respeito do funcionamento da associação/entidade que não foi abordado? O questionário foi aplicado de modo

que, apesar de apresentar questões quantificáveis, abria espaço para o entrevistado expor sua visão sobre o assunto, tornando-se grande fonte de relato que o pesquisador pôde utilizar de forma adequada.

Autores defendem que é melhor utilizar o método quantitativo, outros defendem o método qualitativo. Concordamos com o autor quando aborda que:

Para muitos autores, a pesquisa quantitativa não deve ser oposta à pesquisa qualitativa, mas ambas devem significativamente convergir na complementaridade mútua, sem confinar os processos e questões metodológicas a limites que atribuam os métodos quantitativos exclusivamente ao positivismo ou os métodos qualitativos ao pensamento interpretativo, fenomenologia, dialética, hermenêutica etc. Esses autores consideram que é necessário superar as oposições que subsistem nas pesquisas em ciências humanas e sociais, e apontam que se pode fazer uma análise qualitativa de dados estritamente quantitativos ou que o material recolhido com técnicas qualitativas pode ser analisado com métodos quantitativos, como é o caso da análise de conteúdo. (CHIZOTTI, 1998, p.35)”.

Deste modo, é possível ver, no trabalho, a aplicação de uma metodologia que utiliza fontes de informações enquadradas no modo qualitativo, através de entrevista semidiretiva. E, dentro do mesmo questionário, aplicam-se questões quantificáveis. No entanto, fez-se uma análise qualitativa da totalidade, em que foi possível obter as respostas necessárias.

As longas escutas perante aos entrevistados, quando feitas as entrevistas com os presidentes das associações comunitárias de bairros, foram anotadas e aproveitadas no sentido de, como pesquisador, entrar no universo estudado e poder entender melhor o que se passa em tal realidade. Estas fontes também puderam ser aproveitadas, pois, segundo o autor, as pessoas:

(...) pela sua participação ou pelo estudo, adquiriram competência específica sobre um determinado problema. O testemunho oral das pessoas presentes em eventos, suas percepções e análises podem esclarecer muitos aspectos ignorados e indicar fatos inexplorados do problema (...) (CHIZOTTI, 1998, p.17)

Com o intuito de se familiarizar mais com o campo de pesquisa, de modo que se pudesse aprofundar a análise foram feitas várias visitas aos presidentes da UNISAN e da UNIPAN. Estes sujeitos, conscientes da luta pelo espaço, muito ajudaram na

pesquisa, fornecendo informações sobre os embates que já ocorreram com o poder público, na solicitação por melhorias nos bairros de Sarandi e Paiçandu. Foram constantes as idas ao campo de pesquisa. Segundo Chizotti (1998. P.89): “Os dados são colhidos, interativamente, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos”.

A geografia tem por objeto principal a abordagem espacial, de forma que se possa estudar as dinâmicas presentes em determinada espacialidade. Dentro do processo de produção dos espaços do aglomerado urbano de Sarandi, Maringá e Paiçandu, é possível observar a dinâmica que aqui se aponta e que se confirma no processo de segregação abordado. Quando se busca compreender as práticas humanas na busca por soluções para esta falta de estrutura socioespacial nas cidades de Sarandi e Paiçandu, vê-se que o auxílio das ciências sociais vem a colaborar. Não como método principal, já que, para chegar à conclusão de como se dão as influências espaciais na superação do processo de segregação territorial, não se pode deixar de tomar o espaço geográfico como objeto central de análise. Mas, como já é debatido, a geografia busca em outras ciências auxílio para complementar suas análises, como informado:

De modo que, por natureza, a geografia tem de ser metodologicamente heterogênea. Alinha-se, por um lado, da geologia até a biologia; por outro lado, situa-se entre as ciências do homem, desde a história até a sociologia, a economia, a psicologia social. É esta razão pela qual ela se encontra continuamente empenhada na busca de sua unicidade. Esta unicidade não pode ser metodológica: a pesquisa geográfica recorre sucessivamente ou simultaneamente aos métodos de cada uma das ciências de que se vale para chegar ao conhecimento analítico dos dados incluídos nas combinações que constituem o objeto de seus estudos fragmentários ou globais (GEORGE, 1972, p.8/9)

Ao abordar o associativismo e, conseqüentemente, o capital social, é claro que se recorre às ciências sociais neste método de análise, mas, como abordado:

Entretanto, a geografia considera geralmente os lugares como formas com vida própria, em vez de objetos sociais carregados de uma parcela do dinamismo social total. É preciso fazer claramente a diferença entre aqueles que apenas dão importância às formas, estudando assim o espaço em si mesmo – são só “espacialistas” – e aqueles que procuram analisar o espaço

nas suas relações com a sociedade (isto é, através dos processos sociais, das funções e das formas) – são os “espaciólogos” (SANTOS, 2004 p. 58)

Segundo Santos (2004), o espaço social é definido metodologicamente e teoricamente por três conceitos gerais: a forma, a estrutura e a função. Todo espaço social pode ser objeto de uma análise formal, estrutural e funcional. Levando em conta que a interpretação de um espaço ou de sua evolução só é possível através de uma análise que possa combinar as três categorias analíticas: forma, estrutura e função. Dentro deste trabalho, procura-se relacionar a dinâmica da interferência da sociedade em uma escala local. Portanto, fica clara a necessidade de utilização de outras ciências na abordagem geográfica.

Os dados qualitativos e qualificativos, foram expostos em forma de gráficos, tabelas, informações no texto e mapas. Referente às entrevistas feitas nas associações comunitárias de bairros, é importante enfatizar que, em reuniões com os presidentes, foi possível realizar a delimitação da espacialidade de atuação correspondente a cada associação, o que resultou em dois mapas: um de Sarandi e outro de Paiçandu. Os mapas são essenciais nos trabalhos geográficos, mas, segundo o autor:

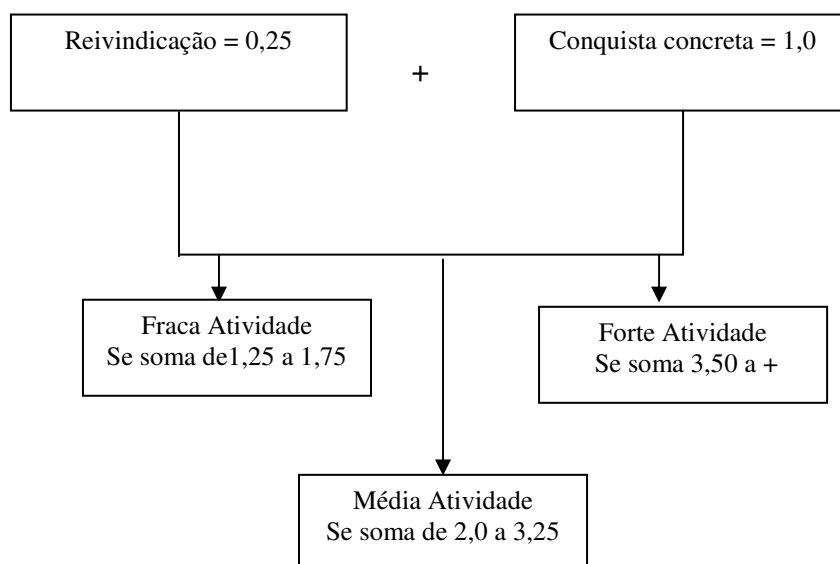
“Não será ocioso acrescentar que, embora constituam instrumentos de grande utilidade para o geógrafo, os mapas resultantes da mera projeção no espaço de uma única série de dados (sociológicos, agrônômicos, geológicos), não são geográficos. Só possuem caráter geográfico os que exprimem relações, os que supõem o conhecimento do espaço a partir de diversos setores de análise”(GEORGE, 1972 p.14).

Dentro deste contexto, através das análises qualitativas e quantitativas dos questionários, juntamente com reuniões feitas com os presidentes das associações, foi possível acrescentar ao mapa uma informação de conclusão que se tornou essencial para a pesquisa: a representatividade de cada associação, em que intensidade se dava o envolvimento da associação na resolução dos problemas locais. Analisando-se os dados, foi possível sintetizar que havia quatro níveis de intensidade em que se poderiam classificar as associações quanto a suas atividades: forte atividade, média atividade, fraca atividade, desativada. Os critérios

definidos para que as associações se enquadrassem em tais níveis foram: quantidade de reivindicações que eram encampadas pela associação; conquistas e benefícios concretos que a associação conseguiu.

O critério que foi definido como eixo central para a elaboração do mapa atribuiu que fossem somados pontos de acordo com as mais importantes reivindicações e conquistas praticadas pelas associações. De modo que eram somados 0,25 pontos a cada reivindicação realizada e 1,0 ponto, a cada conquista concreta. Conforme a figura 1:

Figura 1 - Esquema Metodológico da elaboração dos mapas.



Associações que não encaminharam projetos, e, conseqüentemente, não obtiveram benefícios foram consideradas desativadas, já que não estavam exercendo a luta associativista.

Foi possível, dessa maneira, que a representatividade de cada associação pesquisada fosse espacializada, nas cidades de Sarandi e Paiçandu. Através da análise dessa espacialização pode-se concluir sobre como está a força deste tipo de associativismo nas respectivas cidades. Não deixando de enfatizar que, na cidade de Sarandi, foram pesquisadas 25 das 27 associações comunitárias de bairros, selecionadas junto ao presidente da UNISAN. E em Paiçandu foram pesquisadas 10

Associações, correspondente a 55% do total, selecionadas junto ao presidente da UNIPAN. A seleção teve como critério buscar as que mantinham maior atividade de trabalho, e algumas que estavam desativadas para confirmar tal situação. Apesar de não trabalhadas todas as associações, vale destacar que os dois mapas elaborados trazem todas elas delimitadas por sua área de atuação. Após tal desenvolvimento, foi realizada a divisão do número de habitantes de Sarandi e Paiçandu pelo número de suas associações de bairros, respectivamente, utilizando as consideradas ativas. Assim foi possível obter mais um índice para efeito de comparação deste tipo de associativismo nas duas cidades.

1- REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM ESPAÇO PRODUZIDO E SEGREGADO

No presente trabalhos, serão tratados os municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM) que formam a mancha urbana com Maringá: Sarandi e Paiçandu. É de grande importância para o reconhecimento da área a ser estudada que, em um primeiro momento, enfatize-se a RMM, expondo uma discussão sobre sua institucionalização, levando em conta semelhanças e diferenças em relação à formação de outras regiões metropolitanas brasileiras.

Posteriormente, abordar-se-á a caracterização do recorte espacial a ser trabalhado. Nesta etapa, será feito o reconhecimento da área juntamente com a verificação de como se instituiu e se espacializou. Assim, é possível entender o modo segregador como os diversos agentes atuaram na produção do espaço.

Depois desta apresentação, será enfatizada uma discussão teórica sobre o tema segregação, para que, assim, sendo seja possível analisar os dados que estarão expostos, de modo que se comprovem as diferenças socioeconômicas que diferenciam as cidades que compõem o espaço abordado.

As cidades que mais se dinamizam nestes processos são: Maringá, Sarandi e Paiçandu, ambas conurbadas. Maringá se consolidou como pólo dinâmico de toda uma região, e por isso, estabeleceu-se um relacionamento hierarquizado resultando na produção de um espaço segregado, principalmente, em relação aos dois municípios enfocados.

1.1 O ESTADO

A discussão travada neste trabalho é perpassada pela concepção que se tem do Estado e da relação estabelecidas entre o poder político e a sociedade. Reconhece-se a complexidade do assunto, quando é centro do debate o Estado. Atribui-se poder político para que um determinado governo administre o território

compreendido e delimitado. A sociedade passa a dar legitimidade a este mecanismo, ou seja, a população, teoricamente, submete-se à autoridade. Assim, alguns autores trazem definições mais simplistas sobre o Estado:

(...) a categoria teórica Estado deve ser entendida, no presente ensaio, como a instância politicamente organizada, munida de coerção e de poder, que, pela legitimidade da maioria, administra os múltiplos interesses antagônicos e os objetivos do todo social, sendo sua área de atuação delimitada a um determinado espaço físico. (WOLKMER, 1990, p.9 apud BORBA, 2006, p.16).

Nas definições, como a apresentada pelo autor acima, vê-se o Estado como administrador de todos os interesses sociais. Na situação do Estado contemporâneo, o antagonismo de classes está presente, a divisão mundial do trabalho com base no sistema capitalista funciona como fator que acaba por determinar grande concentração de renda, principalmente, nos países subdesenvolvidos. Os diferentes tipos de classes vêm a defender seus interesses, o Estado usa de poderes para fazer com que a organização funcione, teoricamente, representando o “coletivo”, segundo a visão de alguns autores:

(...) Hegel (...) tinha uma visão do Estado como responsável pela representação da “coletividade social”, ainda dos interesses particulares e das classes, assegurando que a competição entre os indivíduos e os grupos permanecessem em ordem, enquanto os interesses coletivos do “todo” social seriam preservados nas ações do próprio Estado(...) (CARNOY, 1986, p.67)

Segundo Hegel o Estado representava, além da coletividade social, interesses particulares e das classes, sempre ordenando os grupos, de modo que prevalecesse a ação do próprio Estado. Funcionando de uma forma que serve a toda sociedade, media os conflitos entre as classes e mantém a ordem. Em contrapartida, como o Estado é detentor de poder econômico, ideológico e político, pode usar de força, coerção e outros meios para atender aos interesses de uma determinada classe. Logo, conclui-se que todas as classes tentam influenciar o funcionamento do Estado, conforme colocado alguns autores, de modo que possam ser beneficiadas.

Pensadores marxistas defendem que a classe hegemônica usa o Estado para se manter no domínio. Para eles, o Estado surgiu com a necessidade de conter os antagonismos de classes, aparecendo no conflito entre elas, tornado-se mais poderosa a classe econômica dominante. Desse modo, quem detém o poder econômico também passa a ter o poder político e um maior controle sobre o Estado. Uma das grandes chaves que leva à análise dos autores marxistas, pelo menos no princípio de suas discussões, é o fato que, até os anos 30, as sociedades capitalistas eram impulsionadas pela produção da empresa privada. O setor privado da economia era o centro da mudança social. A ideia central do marxismo fica bem expressa quando Marx e Engels dizem, segundo Carnoy (1986), que o Estado aparece como parte da divisão de trabalho, isto é, como parte do aparecimento das diferenças entre os grupos na sociedade e da falta do consenso social.

Outros autores marxistas continuaram a se aprofundar na análise do Estado, entre eles Gramsci que define o Estado como “todo complexo de atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém seu domínio, mas procura conquistar o consentimento sobre os quais sua dominação”. Para o autor, o Estado é uma variável muito importante para a compreensão da sociedade capitalista. Segundo Gramsci: Estado = sociedade política + sociedade civil, na qual o poder hegemônico é mantido pela coerção. Sua visão sobre o Estado era ideológica, a classe dominante não somente justifica e mantém a dominação, mas, também, conquista o consentimento dos subordinados. É, então, empregado o poder ideológico, para a legitimação das necessidades sociais burguesas.

Na visão marxista, o Estado, na maioria das vezes, funciona para atender aos interesses das classes dominantes da sociedade capitalista. Usando os poderes do Estado para interesses próprios, através da coerção, a maioria das classes expropriadas legitimam e concordam com as ideologias impostas. Os visionários que primam por tal corrente defendem que a classe subordinada tem que lutar para destituir este Estado e implantar um novo sistema. Para Lênin, intelectuais da burguesia teriam que se aliar à classe trabalhadora para formar outro sistema, outro Estado não hegemônico. Um pensador poderia ajudar as classes subordinadas na revolução. Gramsci também diz que tem que haver um trabalho de intelectuais para

haver revolução, mas esta tem que sair do seio da classe trabalhadora e não de outra classe.

No entanto, alguns autores, aqui, especificamente, será tratado Poulantzas, defendem que o Estado pode, sim, também atender aos interesses da classe trabalhadora.

O Estado, hoje menos do que nunca, não é uma torre de marfim isolado das massas populares. As lutas atravessam o Estado permanentemente, mesmo quando se trata de aparelhos onde as massas não estão fisicamente presentes. A situação de duplo poder é a única que permite uma atuação das massas populares no Estado. A via democrática para o socialismo é um longo processo, no qual a luta das massas populares não visa a criação de um duplo poder efetivo, paralelo e exterior, mas aplica-se às condições internas do Estado. (POULANTZAS, 1980 p.295)

Como destaca o autor, em um dos seus últimos escritos, as massas trabalhadoras podem ter contato legítimo com os governantes que, no caso do Brasil, por elas são delegadas ao poder para governar o Estado. Mesmo no caso de não terem um representante direto dentro do governo, podem, de forma organizada, influenciarem de modo que seus interesses também sejam atendidos. O objetivo proposto aqui não é o de revolução, mas entender que as classes trabalhadoras podem ser atendidas pelo Estado. A possibilidade de mudanças nos rumos das discussões se torna muito maior quando há organização. Apesar de, teoricamente, o Estado ser constituído para atender aos interesses de todas as classes sociais a mais organizada é a que vai conseguir dominar melhor os poderes ideológicos, econômicos e políticos. Segundo Poulantzas “O Estado não é nem uma coisa-instrumento que se surrupia, nem uma fortaleza onde se penetra através de estratagemas, nem um cofre-forte que só abre arrombando-o, ele é o centro de exercício do poder político”. Como abordado, o Estado “é o centro de exercício do poder político”, logo, todas as classes podem lutar por seus interesses.

A organização dessas classes dita o ritmo de suas conquistas, a participação das pessoas em forma de união é decisiva para que, principalmente, a classe trabalhadora possa fazer parte desta mediação política. Fato que se dá, principalmente, em países onde, a escolha dos governantes acontece através do

voto dos cidadãos. Uma falsa democracia pode ser oferecida nestes países, onde, apesar de ter direito ao voto, a população fica restrita às escolhas que faz, os políticos que são patrocinados pela classe detentora do poder econômico acabam por ter maiores recursos para usar o poder ideológico na campanha eleitoral. Apesar disso, no Brasil, os movimentos sociais acabaram por eleger importantes representantes da classe trabalhadora, que têm trabalhado por alguns interesses sociais. Além da organização e da participação, esta é uma das formas de esta classe influenciar no Estado.

As discussões sobre o Estado podem ir muito além. No resultado das leituras, pode-se perceber o que realmente é interessante para esta pesquisa. Fica por base a teoria, no qual, o Estado é uma instituição que nasce para os interesses particulares de grupos específicos, dentro de uma arena política, na qual são usados os poderes econômico, ideológico e político. Os pensadores marxistas defendem que o Estado leva em conta apenas as classes dominantes do poder econômico. E que, para mudar este quadro, o Estado burguês tem que ser destituído, passando a ser controlado pela classe expropriada. Entende-se que a revolução das classes trabalhadoras não está no horizonte imediato. Daí a importância dos últimos escritos de Poulantzas, que mostram que o Estado não é blindado apenas para as classes dominantes do poder econômico e, sim, que todos os segmentos sociais podem ver suas demandas realizadas pelo Estado. O aparelho estatal seria permeado pelos interesses dos segmentos subalternos que, dependendo do nível de organização, poderiam assumir pontos-chaves da administração pública. É possível ver, em países como o Brasil, representantes da classe trabalhadora exercendo grandes cargos políticos e, ainda movimentos sociais organizados conseguindo fazer com que alguns dos interesses das classes expropriadas sejam atendidos.

1.2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

No Brasil, as primeiras regiões metropolitanas foram institucionalizadas nos anos de 1970, período em todas as capitais nacionais de maior importância naquele cenário foram transformadas em cidades pólos: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém.

A constituição de tais regiões visava a que fossem realizados serviços de interesses comuns aos municípios que compunham cada uma delas dentre os quais se podem destacar os seguintes, de acordo com a Lei Complementar 14/73:

- I - Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;
- II- Saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza públicas;
- III- Uso do solo metropolitano;
- IV- Transportes e sistema viário;
- V- Produção e distribuição do gás combustível canalizado;
- VI- Aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma do que dispuser a lei federal;
- VII- Outros serviços incluídos na área de competência do conselho deliberativo por lei federal.

Nota-se que foram privilegiadas as vertentes de planejamento e distribuição. Um atendimento direcionado aos segmentos mais afetados por problemas urbanos não é abordado de forma clara. A ocupação desordenada do espaço era uma realidade nos anos de 1970. Nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, as ocupações desordenadas eram inúmeras, com um grande número de favelas. O que se vê são regiões metropolitanas instituídas com base em leis superficiais que, no decorrer do tempo, não fizeram com que se fossem implantados projetos conjuntos, de modo que fossem suficientes para resolver os problemas espaciais e sociais, já em grande número nessas cidades.

Dentro desta instituição, pode ser observada uma certa fragilidade quanto aos critérios de seleção utilizados, segundo os autores:

(...) Fragilidade que se torna evidente no caso das regiões metropolitanas de Belém e Curitiba. Nesta última, a dinâmica metropolitana revela-se, segundo alguns autores, menos intensa do que até mesmo em outras áreas do próprio Estado, como aquela presente no eixo formado pelas cidades do norte do Paraná” (FIRKOWSKI E MOURA 2001, p. 29).

Naquela época, as cidades de Londrina e Maringá mantinham intessas relações entre seus municípios vizinhos e, até mesmo, entre ambas, superando Curitiba, que

foi instituída região metropolitanos por ser capital do Estado. Interesses políticos eram usados para a seleção.

Com a promulgação da Constituição de 1988, foi deixada para os estados a incumbência de institucionalizar as suas respectivas regiões metropolitanas¹. O argumento era que poderiam conhecer bem melhor as regiões e definir os critérios de classificação. Mesmo assim, nota-se que as leis estaduais que vêm dando base às instituições dispõem de orientações mínimas para o planejamento e a gestão de tais regiões.

Além das regiões metropolitanas, passaram a serem instituídas, segundo Cardoso, Delgado, Deschamps e Moura (2003): a Região Integrada de Desenvolvimento (Ride). Foram instituídas um total de três Rides, a Grande Teresina, localizada no Nordeste, estados do Piauí e Maranhão, a Juazeiro/Petrolina, localizada no Nordeste, estados da Bahia e Pernambuco, e a única Ride com caráter metropolitano, a de Brasília que, além de incorporar o Distrito Federal, abrange os municípios dos estados de Goiás e de Minas Gerais. Foram também criadas as Áreas de expansão metropolitana (Aem)² e as Aglomerações urbanas³. Dessa forma, o Brasil encerra o ano de 2003 com 26 unidades metropolitanas, 3 regiões integradas de desenvolvimento e 2 aglomerações urbanas.

Mesmo levados à competência dos estados, os processos de institucionalizações continuaram por deixar a desejar. No Sul, pode-se destacar o seguinte exemplo: a Região Metropolitana de Londrina deixa de agregar os municípios vizinhos de Apucarana e Arapongas, que são grandes mantenedores de relações, por interesses políticos. Apucarana e Arapongas solicitaram a criação de suas próprias regiões metropolitanas, assim, teriam mais recursos governamentais direcionados, além de outros benefícios. Do outro lado, temos a Região Metropolitana de Maringá, objeto deste estudo, que, ao ser instituída, passou a abranger todos os municípios com os

¹ Quadro com as regiões metropolitanas brasileiras instituídas consta no anexo A.

² Todas institucionalizadas no Estado de Santa Catarina.

³ As duas aglomerações urbanas foram criadas no Estado do Rio Grande do Sul, essas criações mostram como o Estado, em particular, foi criterioso quanto à instituição de novas regiões metropolitanas.

quais tinha maiores relações, como Sarandi e Paiçandu, mas incorporou muitos com os quais não mantém nenhum nível de integração.

Institucionalizar regiões metropolitanas em desacordo com a espacialidade alcançada pelas cidades pertencentes é o grande problema. Muitas vezes, a espacialidade é maior do que a região instituída, como é o caso de Londrina, com relação à Apucarana e Arapongas. Pode-se também ter institucionalizações de regiões, ou, até mesmo, a aderência de novos municípios que não têm influência ou são influenciados pelas cidades do entorno ou da Região Metropolitana, são exemplos algumas cidades que pleitearam fazer parte da Região Metropolitana de Maringá (RMM), como é o caso de Presidente Castelo Branco, um município de economia agrícola, cuja incorporação não se justifica, nem pelos movimentos pendulares de pessoas a Maringá.

É importante destacar que, depois de dada a responsabilidade aos estados de institucionalizar suas regiões metropolitanas, fica claro que o fator do regionalismo influenciou a definição dos critérios seletivos. O Brasil é um país com diferenças regionais tanto econômicas quanto culturais e, com a ausência de diretrizes para se delimitar as regiões metropolitanas em âmbito nacional (que poderia ser feito pela Constituição Federal), esta delimitação não pode deixar de ser influenciada pelas características locais, guiadas por legislações locais. Como aponta o autor:

O que preside o processo de constituição das regiões é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as regiões são apenas espaços socioeconômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a "região" exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais, cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica. (OLIVEIRA, 1993, Pg.30)

O sistema capitalista cria as regiões, localidades onde os fluxos acontecem de forma mais homogênea, de tal modo que se caracteriza um lugar que pode levar a área delimitada a ser classificada em um nível hierárquico, tanto quanto os municípios da determinada região, ou com relação aos municípios do Estado e do país. Delimitar regiões metropolitanas é, claramente, uma forma de se regionalizar e, como os critérios para a seleção de municípios que compõem o quadro passaram a ser

ditados pelas legislações estaduais, pode-se dizer que a regionalização, através das regiões metropolitanas, leva em conta as características sociais, culturais e econômicas de cada Estado. Além disso, a criação de inúmeras RM's pode fazer parte do jogo de interesse dos políticos no poder. Há um entendimento geral que, ao fazer parte de uma RM, o município tem acesso a verbas e privilégios.

Um exemplo pode ser averiguado na região Sul do país, nas institucionalizações feitas pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Paraná tem uma região metropolitana instituída por Lei federal, que é a capital, Curitiba, e duas regiões metropolitanas instituídas por Lei estadual, Londrina e Maringá. Enquanto o Rio Grande do Sul tem apenas uma região metropolitana instituída por Lei federal, que é a capital, Porto Alegre, e possui, por meio de legislação estadual, as Aglomerações Urbanas do Nordeste Riograndense e a de Pelotas. Já no Estado de Santa Catarina, a RM de Florianópolis foi constituída por Lei estadual, conjuntamente com outras seis regiões: a região Carbonífera, a de Foz do Itajaí, a Norte/Nordeste Catarinense, a do Tubarão Vale do Aço e a do Vale do Itajaí. Além destas, o Estado de Santa Catarina ainda teve a particularidade de classificar todas elas, também, em Áreas de Expansão Metropolitana, as AEM's.

O Estado de Rio Grande do Sul corresponde melhor à realidade, pois ficou apenas com a região metropolitana de Porto Alegre, que foi criada por Lei federal, e classificou as outras duas como Aglomerações Urbanas. O Estado de Santa Catarina, enquanto responsável por criar suas próprias regiões, não exitou e instituiu várias delas. A argumentação era a de não levar o Estado a ter um poder centralizado que direciona-se os fluxos para só uma e destacada região, mas, ao contrário, por todo o Estado. O Estado do Paraná foi coerente em instituir as regiões de Londrina e Maringá. O que fica a desejar é, como já foi visto, a pouca fidelidade quanto à institucionalização e espacialização dentro das próprias regiões, cidades não foram incluídas, às vezes, por falta de rigidez da Lei, outras, que não faziam parte do recorte espacial, foram agregadas às regiões metropolitanas.

1.3 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Depois de realizada a classificação da Região Metropolitana de Maringá (RMM), correlacionando-a com as outras brasileiras que partilham do mesmo nível hierárquico, far-se-á uma exposição que permita buscar, no âmbito interno da RMM, dados que levem à sua caracterização de um modo geral. A descrição sobre características deste espaço leva a entender como foi produzido de modo segregado, pois será possível analisar as diferenças socioeconômicas entre as localidades. A análise será centrada nas cidades que formam a mancha urbana: Maringá, Sarandi e Paiçandu.

Como relatado na discussão anterior, a Região Metropolitana de Maringá (RMM) teve a sua gênese em um segundo momento de formação das regiões metropolitanas brasileiras, quando a Constituição de 1988 eleva a incumbência da institucionalização aos estados. Com base nesta mudança na lei, o Estado do Paraná institui, no ano de 1998, a Região Metropolitana de Maringá, pela Lei Estadual 83/98, composta, em seu princípio, por oito municípios: Ângulo, Iguaracu, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Sarandi e Paiçandu. Posteriormente, foram acrescentados Floresta, pela Lei 13.565 no ano de 2002; Ivatuba, Doutor Camargo, Astorga e Itambé, pela lei 110 no ano de 2005. As discussões iniciais farão comparações apenas a estes treze municípios institucionalizados⁶.

A formação da RMM tem um forte impulso a partir da reformulação do Plano Diretor de Maringá, em 1991, pois, segundo Rodrigues (2004, p. 101), este buscou a integração do desenvolvimento do município ao da região, constituindo um consórcio intermunicipal, pela Lei 25/92/89, que, posteriormente, teve sua composição mudada pela Lei 4431/97. Consórcio composto pelos municípios de Maringá, Sarandi, Paiçandu e Marialva, imediatamente, e, mais tarde, por Ângulo, Iguaracu, Mandaguaçu e Mandaguari, no ano de 1997. O objetivo era encontrar formas articuladas de desenvolvimento regional, impulsionando, em 1998, a instituição da RMM.

⁶ Tramita no Plenário Estadual o Projeto de lei complementar n°. 310/07 da deputada Cida Borgueti, que amplia a RMM, pleiteia a incorporação de Jandaia do Sul, Lobato, Santa Fé, Flórida, Munhoz de Mello, São Jorge do Ivaí, Florai e Presidente Castelo Branco.

Dentro deste contexto, os problemas que as cidades da RMM enfrentam, muitas vezes, devido à aglomeração urbana, teoricamente, teriam que ser resolvidos de forma conjunta, de modo que as soluções pudessem surgir e influenciar todas as cidades, principalmente, as mais afetadas pelo processo de segregação.

Na tabela três, são apresentados alguns dados populacionais da RMM. É possível observar que o município com maior número de habitantes é o de Maringá. Sarandi ocupa a segunda colocação, de tal forma, o total de seus habitantes não alcança $\frac{1}{4}$ de Maringá. Olhando para o grau de urbanização, é possível ver que o município que polariza os de seu entorno, principalmente, os conurbados, apresenta um alto grau de urbanização, acima de 90%, ficando os municípios mais distantes de Maringá com um maior número da população na zona rural.

Tabela – 1 RMM- População total, densidade demográfica, taxa de crescimento geométrico grau de urbanização

	População censitária total/ 2000	Densidade demográfica-hab/Km/2006	Taxa de crescimento geométrico (%) /2000	Grau de urbanização (%) /2000
ÂNGULO	2.840	29,89	1,87	75,70
ASTORGA	23.637	56,21	0,58	86,63
DOUTOR CAMARGO	5.717	47,86	-0,32	80,99
FLORESTA	5.122	34,33	1,39	85,63
IGUARAÇÚ	3.598	23,42	1,03	78,21
ITAMBÉ	5.956	23,72	-0,39	90,30
IVATUBA	2.796	31,65	1,23	-0,39
MANDAGUAÇU	16.828	62,72	1,53	83,87
MANDAGUARI	31.395	100,62	1,26	90,08
MARIALVA	28.702	69,86	2,70	77,04
MARINGÁ	288.653	666,89	2,08	98,38
PAIÇANDU	30.764	217,07	3,73	96,29
SARANDI	71.422	855,94	4,56	97,30

Fontes: PNUD, IPEA, FJP, IBGE, IPARDES. Organização: SILVA, Juliano Alves

Sarandi se destaca em dois indicadores, tanto na densidade demográfica quanto na taxa de crescimento geométrico. No ano de 2000, foi uma das cidades que mais cresceu no Estado do Paraná. O município de Paiçandu também apresenta uma alta taxa de crescimento, pois fica em segundo lugar, com um ponto acima da terceira colocada, Marialva. Os dois municípios conurbados à Maringá apresentam particularidades nestes índices, com alto crescimento populacional, mas, como será apontado no decorrer deste trabalho, é um crescimento que se dá em um espaço incapaz de fornecer infra-estrutura adequada.

Não poderia ser diferente, como o número de habitantes da cidade de Maringá, com grande vantagem, é o maior de toda RMM, a População Economicamente Ativa (PEA) também existe em maior número nesta cidade. Um dos dados que realmente chama a atenção na tabela quatro é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pois, quando se compara este índice baseado na média de toda a RMM, de uma forma em geral, vê-se que o IDH de Maringá se destaca e que os índices dos outros municípios estão abaixo da média da região. Paiçandu, por exemplo, perde para dez municípios, ficando em décimo primeiro lugar, até mesmo para aqueles municípios, de caráter inteiramente agrícola. Sarandi perde para cinco municípios ficando em sexto, empatando com Ivatuba, perdendo para os municípios de caráter agrícola e com menos características metropolitanas, não fazendo parte nem da aglomeração das três cidades principais aqui abordadas.

O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de 2004 é um dos indicadores que mais contribui para demonstrar a discrepância social e econômica entre os municípios da RMM, principalmente, quando se analisam os conurbados, Sarandi, Paiçandu e Maringá. Apesar de ser interessante que, neste indicador, os municípios agrícolas de Iguaraçu e Floresta apresentem os maiores índices, isto se deve ao fato de mostrarem seu forte potencial agrícola que, por sinal, ao serem divididos os rendimentos pelo total da população economicamente ativa (PEA), observa-se um considerável PIB *per capita*. Mas, ainda assim, se multiplicar o total de PEA pelo PIB *per capita* Maringá é, de longe, a maior concentradora de riquezas. Ao contrário destes municípios, como se viu, Sarandi e Paiçandu ficam com o menor PIB *per*

capta da RMM. O município de Sarandi apresenta um dos piores índices do Estado do Paraná⁷, e Paiçandu não fica muito distante.

Tabela 2- Municípios da região metropolitana de Maringá - população economicamente ativa, índice de desenvolvimento humano e produto interno bruto

	População Economicamente ativa/ 2000	Índice de desenvolvimento humano - IDH / 2000	de PIB per capita/ R\$ 1,00/2004
ÂNGULO	1.445	0,742	8.841
ASTORGA	12.692	0,750	9.247
DOUTOR CAMARGO	2.732	0,767	9.871
FLORESTA	2.618	0,773	10.714
IGUARAÇÚ	1.755	0,740	12.395
ITAMBÉ	2.760	0,769	12.566
IVATUBA	1.514	0,768	11,639
MANDAGUAÇU	7.739	0,762	6.474
MANDAGUARI	16.246	0,791	7.424
MARIALVA	15.238	0,784	8.006
MARINGÁ	151.652	0,841	10.237
PAIÇANDU	15.020	0,746	5.192
SARANDI	35.180	0,768	4.132

Fontes: PNUD, IPEA, FJP, IBGE, IPARDES. Organização: SILVA, Juliano Alves (2006)

A forma desestruturada como foi produzido o espaço das cidades de Sarandi e Paiçandu, em detrimento da cidade pólo de Maringá, reflete em índices como os apresentados, e fica mais clara ainda quando se analisa a tabela cinco.

Novamente, os municípios de Sarandi e Paiçandu estão entre os que apresentam os piores índices. Apesar de empatarem com outros em renda familiar *per capita* até meio salário mínimo, perde de longe para Maringá, onde apenas 9% da população está nesta situação. Enquanto que, entre os que recebem mais de três salários mínimos, Sarandi e Paiçandu apresentam 7% e 6%, respectivamente, de sua

⁷ Abordando o PIB per capita do Estado do Paraná, o município de Sarandi se posiciona à frente de apenas 3 dos 399 municípios do Estado: Figueira, 3.677; Piraquara 3.238 e Itaperuçu 3.220. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/pib_municipal_2004.pdf

população com renda menor que meio salário mínimo , mais uma vez fica atrás de municípios com economia agrícola.

Tabela 3 - Municípios da RMM - Número de famílias por faixa de renda *per capita* e domicílios particulares urbanos

Municípios	Número de famílias por faixa de renda familiar per capita.					Domicílios particulares permanentes urbanos			
	Total	Até 1/2 SM	Mais de 1/2 SM	Mais de 1 a 3 SM	Acima de 3 SM	Total	Com Abastecimento adequado água	Escoamento sanitário adequado	Ruas pavimentadas
ÂNGULO	867	20%	35%	36%	9%	641	99%	0%	40 a 60%
ASTORGA									
Dr. CAMARGO									
FLORESTA	1.560	15%	36%	37%	12%	1.267	100%	0%	80 a 100%
IGUARAÇÚ	1.081	20%	35%	33%	12%	819	98%	40%	80 a 100%
ITAMBÉ									
IVATUBA									
MANDAGUAÇU	4.890	22%	31%	34%	13%	3.971	98%	42%	60 a 80 %
MANDAGUARI	9.718	21%	29%	37%	12%	8.326	99%	33%	60 a 80 %
MARIALVA	8.345	17%	30%	38%	15%	6.392	99%	63%	80 a 100%
MARINGÁ	88.997	9%	19%	43%	29%	82.969	94%	71%	80 a 100%
PAIÇANDU	8.969	22%	34%	38%	6%	8.306	99%	23%	20 a 40 %
SARANDI	21.200	20%	33%	40%	7%	19.515	99%	13%	40 a 60 %

Fonte: observatório das metrópoles, Núcleo Região Metropolitana de Maringá.

Ao se observar o item infra-estrutura, é homogêneo o índice de abastecimento de água, pois todas as cidades possuem água encanada em quase sua totalidade. Mas, no índice de escoamento sanitário, mais uma vez volta a discrepância quanto às cidades conurbadas, Sarandi tem apenas 13% de rede de esgoto, Paiçandu, 23% e Maringá, 71%. Falando em Infra-estrutura, sua falta, neste espaço, pode ser mais notada ainda quando se reflete sobre itens básicos para que aconteça o urbano, para que se tenha condições de habitar, como é o caso da pavimentação “asfalto”. Sarandi tem de 40% a 60% de suas áreas asfaltadas e Paiçandu, apenas de 20% a 40 % enquanto que Maringá apresenta de 80% a 100%. Estes são números que refletem duas realidades: Maringá, com o espaço servido de infra-estrutura, e

Sarandi e Paçandu que apesar de formar um aglomerado urbano, foram estruturados com sérios problemas.

1.3.1 CLASSIFICAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

De acordo com um estudo⁴ realizado pelo Observatório das Metrôpoles, com o instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento econômico e Social (IPARDES), as Regiões Metropolitanas brasileiras estão divididas em seis categorias. Dentre estas, a de São Paulo se destaca como a mais importante, somente ela é enquadrada na categoria número 1. Na categoria de número 2 está a região do Rio de Janeiro, que tem a segunda colocação nos pontos, sendo esta também destacada, formando, com São Paulo, as duas grandes e maiores Regiões Metropolitanas brasileiras.

As Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza estão inseridas na categoria de numero 3. Na categoria de número 4, aparecem as RM's de Campinas, Vitória, Goiânia, Belém e Florianópolis, em conjunto com Manaus, estas quatro categorias foram consideradas Metropolitanas. Esta ultima categoria ainda apresenta indicadores melhores que as de número 5 e 6.

Na categoria de número 5, enquadram-se as RM's Norte/Nordeste Catarinense, Baixada Santista, Natal e Londrina, configurando um perfil de espaço metropolitano emergente, além das RM's de São Luís, Maceió e João Pessoa, as aglomerações de Aracaju e Cuiabá e a capital Campo Grande. Estes são considerados em transição

⁴ Segundo esta pesquisa a definição da hierarquia dos espaços urbanos teve como pressupostos a centralidade, definida por indicadores do grau importância, aferindo a complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial, e a natureza metropolitana, associada a níveis elevados de concentração de população e atividades, particularmente, as de maior complexidade, e a centralidade que transcende a região. Para tanto, valeu-se de informações sobre o volume populacional e de atividades, fluxos e oferta de bens e serviços mais raros e avançados, característicos da "nova economia", disponíveis para todo o território nacional. Entre as 37 unidades de espaços urbanos consideradas, foram identificadas, por meio de dois processos classificatórios, as seis categorias que expressam sua hierarquia.

de características não metropolitanas para metropolitanas e mantêm indicadores muito próximos aos encontrados na classificação de número 4.

Na categoria 6, encontram-se as RM's Vale do Itajaí, Maringá, Foz do Itajaí, Vale do Aço, Carbonífera e Tubarão, a RIDE Teresina e as capitais Porto Velho, Macapá, Rio Branco, Palmas e Boa Vista. Esta categoria é composta por pólos centrais classificados como centros sub-regionais, onde se formam aglomerações em sua volta, com exceção das cidades de Teresina, Porto Velho e Rio Branco, que foram consideradas Centros Regionais.

Tabela 4- Indicadores populacionais das regiões metropolitanas abordadas

Região Metropolitana	UF	Nº de Mun.	Pop.Total	Participação na população do Brasil	Taxa de crescimento 1991/200(% a.)	Grau de urbanização a.
Carbonífera	SC	7	289.272	0,17	2,0	85,1
Foz do Itajaí	SC	5	319.389	0,19	4,1	96,3
Maringá	PR	9	479.324	0,28	2,5	95,3
Norte/Nordeste Catarinense	SC	2	453.249	0,27	2,4	96,4
Tubarão	SC	3	117.830	0,07	1,5	77,4
Vale do Aço	MG	4	399.580	0,24	1,9	99,0
Vale do Itajaí	SC	5	399.901	0,24	2,5	93,1
Total		35	2.458.545	1,45	2,5	93,1

Fontes: IBGE - Censo Demográfico, PNUD (2003), IPEA (2002). Apud: Cardoso, Delgado, Deschamps e Moura (2003).

Nota-se que a região metropolitana, objeto deste estudo, está inserida na categoria de número 6, apesar de ser institucionalizada como tal, não apresenta características suficientes para ser classificada no nível 4. A cidade que a polariza, Maringá, esta classificada como centro sub-regional. Portanto, neste momento, far-se-á comparações entre as regiões que compõem este determinado grupo, dentre os que são polarizados por centros sub-regionais.

Na tabela de numero 1, pode-se verificar dados que expressam os indicadores populacionais das regiões metropolitanas polarizadas por centros sub-regionais, este grupo é responsável por 1,45% do total da população do Brasil, composto por 35 municípios. Foz do Itajaí se destaca por ser a região com a maior taxa de crescimento, 4,1% no ano de 2000, enquanto a região de Tubarão apresentou, no mesmo período, uma taxa de 1,5%. Com exceção da região Carbonífera, todas contemplam um grau de urbanização acima de 90%. Vale destacar que, entre as cidades pólos, Tubarão é a única que não se enquadra na categoria de centro sub-regional. A região de Maringá é a que apresenta maior representatividade populacional, seguida de perto pela região Norte/Nordeste⁵.

Na tabela 2, que trata do Indicador IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios), destaca-se a média da região Norte/Nordeste Catarinense, a Região de Maringá fica com a quarta colocação, atrás de outras três regiões, todas elas do Estado de Santa Catarina, que possui os melhores índices de IDH do país.

Ao se verificar os índices de IDH-M das cidades pólos, isoladamente, ou seja, deixando de fora as outras cidades que compõem as Regiões Metropolitanas como um todo, Maringá fica na mesma situação, atrás das mesmas três cidades, mas, neste caso, praticamente se equipara com Tubarão, ficando somente um ponto atrás. Ao abordar quando se contava todas as cidades das duas regiões dos respectivos aglomerado metropolitanos comparados, a de Maringá ficava com 18 pontos de diferença. Mesmo assim, ao se analisar as cidades pólos separadas, ou a região por completo, Maringá é a que apresenta maior discrepância entre as diferenças de pontos no IDH-M, com 24 pontos, o segundo lugar fica com a Região Carbonífera, que apresenta 13 pontos de diferença, ou seja, quase a metade.

⁵ Em outro momento (2004), quando realizada a pesquisa do Observatório das Metrôpoles, conjuntamente com o instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento econômico e Social (IPARDES), a região Norte/Nordeste Catarinense aparece em um nível a mais na hierarquização em relação às outras áreas abordadas nas tabelas 1 e 2, isto pelo fato de tecer uma rede melhor distribuída com centros em patamares hierárquicos semelhantes, mas situa-se em um limite inferior a tal hierarquização, o que já foi tratado no texto de Cardoso, Delgado, Deschamps e Moura (2004) e aqui, então, acatado. O fato principal é que não exerce a função de capital político-administrativo.

Tabela 5 – Indicadores populacionais das regiões metropolitanas abordadas

Região Metropolitana	IDH-M 2000			Pessoas com renda dom. <i>per capita</i> abaixo de ½ s.m.				Rendimento médio de todos os trabalhadores-2000 (R\$)		
	RM	Pólo	Pólo /RM	1991		2000		RM	Pólo	Pólo/RM
				Número	%	Número	%			
Carbonífera	0,813	0,822	1,1	40.963	16,87	31.613	10,93	716,63	818,12	14,2
Foz do Itajaí	0,812	0,825	1,6	32.841	14,75	43.130	13,50	760,12	764,04	0,5
Maringá	0,817	0,841	2,9	70.568	18,28	65.636	13,69	691,51	841,11	21,6
Norte/Nordeste Catarinense	0,853	0,857	0,5	46.459	12,72	54.173	11,95	801,14	816,95	2,0
Tubarão	0,835	0,842	0,8	24.505	23,65	12.558	10,66	634,30	690,51	8,9
Vale do Aço	0,803	0,806	0,4	110.325	32,55	92.523	23,16	594,97	628,16	5,6
Vale do Itajaí	0,850	0,855	0,6	22.580	7,03	23.711	5,93	731,25	789,79	8,0

Fontes: IBGE - Censo Demográfico, PNUD (2003), IPEA (2002) Apud: Cardoso, Delgado, Deschamps e Moura (2003)

Relacionado o índice de IDH das regiões metropolitanas abordadas com o restante do país, ou até mesmo do mundo, pode-se ver que todas as cidades pólos, quando isoladas, apresentam um índice superior ao índice brasileiro. Segundo o IBGE, pode-se ver que:

As comparações internacionais dos graus de desenvolvimento humano podem ser feitas através de vários índices, tais como o Índice de Pobreza, o Índice de Desigualdade de Gênero, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este último é calculado pela combinação de 3 indicadores: esperança de vida ao nascer, alfabetização de adultos, escolarização e PIB per capita. Tais índices permitem a ordenação dos países segundo o grau de desenvolvimento alcançado em cada um desses aspectos da vida humana. Por exemplo, segundo o IDH/2002, Serra Leoa é o país mais pobre, com um índice de 0,273, e a Noruega, o país com maior desenvolvimento humano, sendo o valor de seu IDH igual a 0,956. O valor do IDH/2002 para o Brasil é de 0,775, enquanto para a Argentina e Chile é de 0,853 e 0,839, respectivamente. (IBGE 2006, disponível e : <<http://www.ibge.gov.br/>>)

Apesar de as regiões em análise apresentarem índices superiores aos brasileiros, isso não quer dizer que estão em boa situação com relação ao IDH. A média

brasileira é inferior a de outros países da América do sul, como o Chile e a Argentina. Devido às diferenças regionais, este índice acaba perdendo sua média, pois os estados mais pobres fazem baixar os pontos.

Um indicador que aponta a melhoria da qualidade de vida nessas regiões é o de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Em 1991, a região de Maringá tinha 18,28% do total de população com tal rendimento e, em 2000, ele baixou para 13,69%. A região com o maior número da população neste índice é o Vale do Aço, que estava, em 1991, com 32,55% da população nesta situação e, em 2000, possuía 23,16%. Apesar de baixarem estes índices, eles ainda podem ser considerados altos, pois as regiões metropolitanas são as maiores concentradoras dos fluxos em geral, como capitais humanos e financeiros, e não deveriam ter tantas pessoas vivendo na linha da pobreza.

É claro que tal fato acontece devido aos processos de produção do espaço intrametropolitano de cada uma dessas regiões, pois a constituição de um espaço ordenado, como é o caso da maioria das cidades pólos, faz com que surjam espaços desordenados em torno delas, e que ocorram processos de segregação. O dinamismo do pólo tende a atrair contingentes populacionais de várias partes do Brasil que vêm em busca de emprego e melhoria da qualidade de vida. No entanto, diante das regras do mercado imobiliário, são forçados a se alojarem em espaços periféricos ou municípios do entorno.

A análise se comprova ao observar o rendimento médio de todos os trabalhadores no ano de 2000. A RM de Maringá é a que apresenta maior discrepância na diferença de índices, quando se analisa a região toda ou somente a cidade pólo. Maringá apresenta um rendimento médio de R\$841,11 e, quando se inclui o restante dos municípios, ele cai para R\$691,51, ou seja, tem-se uma diferença de 21,63%. Há uma hegemonia da cidade pólo na respectiva região, a análise de tais índices sociais evidencia sua característica segregadora. Comparando-a entre as regiões metropolitanas, que ainda apresentam várias características não metropolitanas, fica exposto como as cidades pólos acabam por ser hegemônicas com relação às demais que compõem a RM

1.4 REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ: ESPAÇO PRODUZIDO E SEGREGADO

Os dados reunidos espelham como a construção do espaço ocorre de forma a segregar as camadas populares. Dentro deste entendimento, será necessário que se façam vários desdobramentos, embasados em uma breve teorização sobre segregação. Posteriormente, far-se-á uma breve investida sobre a constituição histórica de Maringá, conjuntamente com os espaços' de Sarandi e Paiçandu, para a análise deste espaço segregado.

O conceito de segregação urbana começa a ser utilizado pela Escola de Chicago, entre os anos de 1930 e 1940. Segundo Vieira e Melazzo (2003), para tal corrente, a segregação urbana era tida como um fato natural, apontando-a como um processo decorrente das preferências individuais de cada um. Neste contexto, não era necessário entender como se davam os processos e como procediam os agentes envolvidos. Assim, a segregação nas cidades dos Estados Unidos era analisada, nesta época, a partir de parâmetros como raça, língua e cultura dos habitantes de determinada região. Para os pensadores desta escola, a segregação é um fator natural da urbanização.

A influência e concepção de uma outra corrente de pensamento sobre segregação desponta a partir dos anos de 1960 e 1970, guiada pela escola de Sociologia Urbana Francesa, tendo à sua frente pensadores marxistas, como Jean Lojkin e Manuel Castells. Os autores compreendem a segregação socioespacial como resultado das contradições das relações sociais das lutas de classes, no sistema capitalista, refletidas e expressas na organização do espaço. Abordagens desta corrente deixam de ver a segregação como uma consequência natural, para apontar suas causas de modo mais abrangente.

As abordagens marxistas sobre os conceitos de Estado e segregação fazem algumas considerações mais radicais. Para esta vertente, somente a revolução pode romper com a expropriação das classes segregadas. O Estado, nesta concepção, está diretamente influenciado pela classe hegemônica. Como se vê, a proposta não é a de revolução, mas de abordar conquistas feitas pelo associativismo, no que

tange a equipamentos melhores para o lugar habitado. Dentro deste contexto, é valido afirmar que, apesar de, brevemente, abordar alguns autores marxistas para definições, aqui, não se assume a visão deles, o que pode melhor ser visto na discussão sobre o Estado, em quem se mostram as visões marxistas. No entanto concorda-se com Poulantzas (1980).

Assim, é possível ver quando Lojkine (1997) coloca o Estado como um dos principais produtores e organizadores do espaço, já que a serviço do capital, sempre favorecendo a segregação urbana, através da implementação de habitações diferenciadas. Então, colabora de várias formas para a concentração de riquezas, de modo que a concentração venha a se manifestar no espaço urbano produzindo segregação.

Para Villaça (2000, p.146-147), Lojkine não esclarece como a segregação é produzida, ele presume que, no final, as classes de mais alta renda fiquem com a terra mais cara e os de baixa renda, com a mais barata, segundo o autor:

Esta tese já foi derrubada, entre nós, sempre as camadas de alta renda moram em terra mais cara no que se diz respeito ao preço unitário do metro quadrado. Entretanto, a alta renda também ocupa terra barata na periferia. Nesse sentido, portanto, não é rigorosamente verdadeiro que o preço da terra determina a distribuição espacial das classes sociais. Ficaríamos um pouco mais próximos, mais ainda não totalmente, da verdade, se afirmássemos que os terrenos mais caros são ocupados pelas camadas de alta renda, pois na periferia de metro quadrado barato a alta renda ocupa terrenos grandes ou, em se tratando de condomínios verticais, grandes quotas ideais do terreno (VILLAÇA, 2000, p.147).

No processo de urbanização, é possível ver camadas de renda mais elevada ocupando terrenos na periferia. Porém os terrenos sempre são dotados de uma boa infra-estrutura. O fenômeno ocorre quando se tem a deterioração do centro principal, e as pessoas detentoras de alta renda acabam se deslocando para bairros distantes de tal espaço. De acordo com Castells (1983), ao falar da urbanização dos Estados Unidos no pós-guerra, é possível notar que as cidades de urbanização mais recentes mantêm seu núcleo central com uma menor concentração dos estratos inferiores. Enquanto que, nas cidades que já tem mais tempo, a situação é inversa,

com grande concentração de estratos inferiores no núcleo central e a população de alta renda se instalando em terrenos de bairros mais distantes.

Segundo Castells (1983), este processo de concentração da classe de renda mais elevada no centro se dá porque as construções da cidade central são muito recentes para se deteriorarem e o tipo de implantação industrial é menos incômodo para o meio social urbano. À medida que acontece a apropriação indevida e a deterioração do centro principal, a população da classe média e alta passa a fazer o deslocamento para zonas distantes daquelas que começam a adquirir problemas e urbanização.

Dentro deste contexto, de acordo com o autor:

Equivale dizer que a estratificação e a segregação urbanas não são a projeção direta sobre o espaço do sistema de estratificação social, mas um efeito da distribuição do produto entre os sujeitos, e do produto-moradia no espaço, bem como da correspondência entre estes dois sistemas de distribuição. Esta abordagem exige que se deduza a composição do espaço social a partir do estudo de seu processo de produção, tanto a nível das formas urbanas, quanto da distribuição dos indivíduos entre elas (CASTELLS 1983, p. 213).

Maringá apresenta uma distribuição espacial distinta dos casos apontados. Não possui área central degradada, a não ser pequenos focos. Mas se detectou uma tendência à ocupação de espaços periféricos. O que se internaliza aos municípios de entorno e propicia a segregação.

Os chamados Condomínios Horizontais Fechados (CHF's) da cidade de Maringá foram estudados por Galvão (2007). Dentro de suas abordagens, é possível verificar de que modo se dão as ocupações espaciais segregadas dentro de um espaço produzido especialmente para classe a média alta, que pode ocupar áreas periféricas da cidade:

Com o surgimento dos CHF's a classe média alta e a população mais pobre ficaram mais próximas geograficamente, porém mais distantes do ponto de vista social. Com efeito, a segregação social na cidade de Maringá e em sua região metropolitana ganhou novos padrões: enquanto as classes média e alta procuram imóveis em CHF's, os mais pobres vivenciam o processo de precarização. Nesse sentido, se observa que, apesar de as diferentes classes sociais estarem

morando próximas fisicamente, os espaço de convivência são bem definidos e delimitados, não sendo usufruídos por todos. (GALVÃO, 2007, p.113).

Entender o modo como foi produzido o espaço é indispensável para se compreender como se dá a segregação em uma determinada cidade ou região. Dentro de cada caso, pode haver particularidades que influenciam tal processo, os agentes podem usar de argumentos ideológicos para chegar aos seus objetivos. Há elementos no discurso dominante cujo objetivo é convencer a maioria da população que é natural os pobres habitarem na periferia. Assim, pode a população de baixa renda habitar o centro ou a periferia, o mesmo pode ocorrer com a população do estrato social superior, ou, ainda, do médio. O que determina a localização de cada grupo é a organização do espaço, o que ele pode oferecer dentro de seu tempo. As classes menos favorecidas tendem a ficar com os lotes de estrutura precária em relação aos ocupados pela classe de alta renda. Que aqueles têm o preço menor.

Analisar a segregação pela apropriação dos lotes urbanos é possível quando se tem uma região homogênea nas relações. Mas os espaços são dotados de grande diferença entre eles, quando se olha para a infra-estrutura oferecida. Não basta a homogeneidade que propicie a todos usarem o comércio ou servir de mão-de-obra. Olhando para as condições do urbano habitadas por cada camada da população, dentro dos lotes urbanos, é possível de ver heterogeneidade no processo, Segundo o autor:

Num primeiro sentido, entenderemos por segregação urbana, a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia (CASTELLS 1983 p. 210).

Situação de segregação urbana como esta é comum em várias cidades brasileiras, principalmente, em suas regiões metropolitanas. Neste processo, Villaça (2000, p.148) destaca: "(...) A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. Segue a mesma dialética do escravo e do senhor".

A população que se localiza em uma posição inferior na escala social sempre tende a habitar os terrenos com menos infra-estrutura e equipamentos sociais e a população que tem uma colocação melhor nesta escala pode habitar um espaço dotado de melhor infra-estrutura. Fato que não impede que os expropriados deixem de lutar para conseguirem melhor condição de habitar o urbano. O deslocamento da população de alta renda para longe do centro ocorre no sentido de buscar bairros cujos loteamentos sejam providos, de pelo menos, as mais básicas instalações, como asfalto e saneamento básico. Já as classes mais pobres, no caso, em grande parte, conseguem habitar os lotes que ficam mais desvalorizados, acessíveis a esta população. Na maioria das vezes, atraída pelo discurso dos agentes produtores e especuladores, que fez com que habitasse todo o espaço estruturado. Ou seja, a criação do espaço estruturado, muitas vezes, determina a criação de outros, com falhas na infra-estrutura, desestruturados.

Os agentes podem planejar uma cidade e, através de um intenso trabalho de mercado, fazer com que ela seja um grande atrativo, sobrando as regiões vizinhas, não planejadas, como alternativas aos que não podem pagar pela apropriação da terra que foi vendida como uma mercadoria de consumo. Dessa forma, surgem áreas que têm intensas relações, mas que são segregadas.

Resultante deste processo de produção do espaço, a conceituação de segregação de Castells (1983, p.210) corrobora para dar base às afirmações acima: “A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e especifica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de sua população estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que se ligam a elas”.

Outro autor importante na discussão é Santos (1981), ele destaca as causas que levam à segregação:

a segregação econômica, deriva, dentre outras razões, como é natural, dos preços dos aluguéis e dos terrenos. Somente as camadas um pouco mais bem aquinhoadas da cidade podem alugar um apartamento ou suportar as prestações de uma casa, automaticamente criando zonas de bairros favorecidos e zonas de bairros pobres. (SANTOS, 1981, p.191).

É claro que estes preços vão ser determinados pela dinâmica interna da cidade, pelo modo que como espaço foi produzido. Mais uma vez, afirma-se que a segregação, em alguns casos, se dá pelo fato de, em uma aglomeração homogênea, apresentar a existência espaços estruturados, com, pelo menos, as mínimas condições de se chamar de urbano, e espaços com fraca infra-estrutura. O que leva à discussão de que uma separação espacial das diferentes classes sociais no interior de um determinado espaço dá acesso desigual a estas mesmas classes em relação aos bens de consumo coletivo. Sendo este processo condicionado por fatores econômicos, sociais e ideológicos, a elite dominante se apropria das classes menos favorecidas fazendo com que elas fiquem má inclusas⁸, de forma que possam servir ao capital. Principalmente nas regiões que possuem características de metropolitanas, as minorias desfavorecidas possuem acesso para consumir e para servir de mão-de-obra. Neste caso, a existência de conurbação, mas segregadas, beneficia aos bem-inclusos.

É neste contexto que os fluxos são intensos, mas divergentes ao mesmo tempo, pois não é toda população que tem os mesmos acessos aos benefícios de infra-estrutura. Ao mesmo tempo em todos que têm acesso ao mercado de consumo, podendo se deslocar para realizar compras em todo o aglomerado, mobilizando-se diariamente para o trabalho. Quando se analisa o fluxo para se habitar o urbano vê-se que, em situação de segregação socioespacial, a classe trabalhadora sempre tem dificuldade de ter acesso, de habitar e usar o que realmente é urbano.

1.4.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM MARINGÁ: OS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS

Maringá está situada na mesorregião Norte-Central do Paraná, sua colonização teve gênese quando um grupo de investidores ingleses fundou, no ano de 1925, na cidade de São Paulo, a Companhia de Terras Norte do Paraná – CNTP. Em seu princípio a CNTP tinha como objetivo adquirir terras para o cultivo de algodão, mas também decidiu entrar na organização de um grande empreendimento imobiliário. Havia adquirido, até o ano de 1928, 515.017 alqueires de terras no Paraná.

⁸ Expressão usada nestes termos por Francisco de Oliveira

A CNTP, que mais tarde passaria a ser a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP, passa a elaborar um grande plano de desenvolvimento voltado para a região Norte paranaense, que era pautado nas seguintes diretrizes principais:

A Companhia de Terras Norte do Paraná adotou diretrizes bem definidas. As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes. (CMNP 1975, p.76).

Maringá se enquadra no planejamento como um dos grandes centros urbanos a serem implementados, tendo como municípios vizinhos núcleos urbanos menores, onde se enquadram os de Sarandi e Paiçandu. Hoje, é possível ver, analisando as características e os traçados das linhas urbanas de Maringá, presentes no anteprojeto de 1945, figura três, que foi implantado um projeto urbanístico com o intuito de fazer desta cidade um grande negócio imobiliário, para que atraísse um elevado número de investidores, de maneira que tal espaço fosse habitado por uma população de alta renda.

A partir da elaboração de um projeto urbanístico, encomendado pela CMNP ao arquiteto Jorge Macedo Vieira, tem-se o início da implementação de todo o processo pensado para a cidade de Maringá. O projeto foi concluído em 1945 e os lotes urbanos começaram a serem comercializados em 1946. Como base para o início de seu desenvolvimento, foi constituído o núcleo provisório, chamado de Maringá Velho. A data oficial da instituição da cidade se deu em 10 de maio de 1947.

Neste contexto, os lotes ofertados para venda foram segmentados a determinados adquirentes. Em um primeiro momento, em 1960, foi feita a divisão no planejamento com loteamentos populares ao Norte, o que foi executado mais tarde, em 1967, colocando as áreas do centro como de “alto padrão” e as localidades além dos dois

bosques centrais e a zona 3, de caráter operário, e as zonas 4 e 5 ocupadas por “baixo” e médio “padrão” (RODRIGUES, 2004).

Figura 3- Planta da cidade de Maringá – 1945



Fonte: Projeto Memória - Secretaria de Cultura e Patrimônio do Município de Maringá . Apud Rodrigues.

O que viria a ser a cidade sede da região metropolitana teve como base o planejamento, desde o princípio acompanhado pelos planos diretores. Os reflexos deste planejamento veio a determinar características que podem ser vistas hoje, a cidade pólo ficou com a grande maioria das atividades produtivas e Sarandi e Paiçandu com uso residencial. Maringá com os benefícios de rendas e os dois municípios a ela conurbados com demandas de infra-estrutura, devido ao grande inchaço populacional, que serve como mão de obra para a cidade pólo.

O Projeto elaborado por Jorge Macedo de Oliveira teve pequenas modificações, mas foi executado quase por completo. Até nos dias atuais, é possível ver, em

divulgações de mercado, em uma escala internacional, que se denomina Maringá como uma “cidade jardim”.

Discussões entre autores são levantadas quanto a esta denominação, pois o projeto de Vieira, por fim, aplicado, não imprimiu todas as características de uma “garden city” européia em Maringá. Conforme Beloto (2004, p.70): As semelhanças nas formas urbanas encontradas em Maringá e no tipo cidade-jardim materializadas por Unwin e Parker são descritas pelo autor como:

a consideração das preexistências como base para o projeto, o traçado irregular consoante com as características naturais do terreno, a presença maciça do verde como elemento de composição do espaço urbano, o caráter artístico da malha urbana, em especial o efeito do traçado urbano regular da área central, a forma das praças. (...), a estrutura de bairros, as vias e sua caracterização, a valorização da individualidade urbana a partir das particularidades de cada contexto (...). (REGO, 2001 Apud BELOTO, 2004, p. 70-71)

Segundo a autora, as únicas semelhanças de cidades-jardim inglesas que não foram implantadas em Maringá são vistas na falta de uma (Beloto, 2004,p.71) “composição pitoresca de edifícios e espaços públicos fechados”. Maringá tem características que a levam à tal denominação, mas não é totalmente similar às cidades-jardins européias. Esta é mais uma das estratégias do mercado imobiliário para que se valorize e segmente o espaço.

Desde a constituição inicial do espaço urbano da cidade de Maringá, os seus produtores já visavam, além de instituir um plano ordenado, que ele fosse atrativo, colocando, para tal, a execução de um projeto elaborado por um arquiteto que trazia em sua formação traços que retratavam as cidades européias, que dessem aos futuros habitantes o prazer de habitar uma “garden city”. No entanto, o nome de “cidade-jardim, com ótima qualidade de vida”, vem até os tempos contemporâneos fazendo frente à divulgação que a cidade tem em âmbito nacional. Ficou muito conhecida a reportagem da *Revista Veja* no final da década de 1990 (Apud Rodrigues e Tonella):

planejada durante a década de 40, a cidade paranaense é uma Brasília regional. A diferença é que produz riqueza em vez de escândalos. Se houvesse um hipotético país formado pelo cinturão agrário brasileiro, Maringá poderia candidatar-se à capital. São

285.000 habitantes e renda *per capita* de 7.000 dólares. (Revista Veja, 1999, 128-129).

Os reflexos do planejamento e da divulgação de mercado, desde o princípio, tornaram a cidade de Maringá atrativa à população do país, o que fez com que a cidade fosse habitada de forma rápida, como se vê na tabela seis.

Tabela 6- Crescimento populacional do município de Maringá (1950 – 2000)

Censo Demográfico	População Urbana	Taxa de Crescimento da Pop. Urbana	de Pop.	População Rural	Taxa de Crescimento da Pop. Rural
1950	7.270			31.318	
1960	47.592	654,63%		56.539	80,54
1970	100.100	210,32%		21.274	(-)37,63%
1980	160.689	60,53%		7.550	(-)35,49%
1991	234.079	45,68%		6.213	(-)8,23%
2000	283.792	21,24%		4.673	(-)7,52%

Fonte: IBGE / Censos demográficos e contagem populacional de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

É possível verificar que, na década de 1960, o município apresenta um crescimento populacional bem representativo, em dez anos, o número de habitantes mais que dobra de quantidade. Nesta década, a zona urbana começa a se destacar no avanço populacional. Na próxima década, 1970, o urbano é quase cinco vezes mais habitado do que o rural. Destes anos até o de 2000, a população rural de Maringá vem apresentando grandes quedas, destacando-se, no município, a predominante e alta taxa de urbanização.

Tal fato confirma a forte polarização exercida por Maringá, o que ocorreu desde as primeiras décadas até os atuais anos. Este crescimento foi realizado de forma mais ordenada, se comparado ao de Sarandi e Paiçandu, pelo fato de a cidade ter seguido seu projeto inicial e seus planos diretores, que a acompanharam durante os anos, como ilustra a autora:

Ou seja, Maringá foi edificada sob a égide do planejamento, observado quando – numa presumível influência positivista – os engenheiros urbanistas foram às pranchetas, idealizaram um determinado espaço concreto (encomendado por uma empresa imobiliária), composto por uma estrutura urbana **ordenada** em funções residenciais, comerciais, industriais, etc. (previstas no projeto), que seria implantada e mantida por um processo de **controle** (os planos diretores formulados a partir de 1967) que têm caracterizado as sucessivas administrações do município na resolução dos “problemas urbanos”. (RODRIGUES, 2004, p.34, grifo da autora)

Foi um planejamento encomendado, pode-se denominar aqueles que o solicitaram como os grandes responsáveis pela produção deste espaço com tais características. Em um primeiro momento, a maior pelo o planejamento foi a CMNP.

Em Maringá, os agentes produtores do espaço sempre atuaram com o objetivo de obter renda extra sob o solo. Desde a época em que a CMNP adquiriu as terras e encomendou o planejamento da cidade pólo, até os dias atuais, em que a especulação da terra é feita no município. Os agentes produtores mudam com o tempo, porém sempre têm influência na máquina administrativa, são representados por vereadores, funcionários e membros do executivo municipal.

Segundo Rodrigues (2004), os agentes imobiliários são formados por construtoras, incorporadoras e loteadoras, bem como por agentes financeiros, públicos e privados e por proprietário de imóveis, aquele que eventualmente realiza compra e venda de imóvel ou, ainda, aquele que tem, nessa atividade econômica, sua principal fonte de recursos. De acordo com a autora, a comercialização de imóveis, urbanos e rurais, acaba, muitas vezes, terminando em processos especulativos, a posse se torna uma moeda rentável nas mãos dos agentes intermediadores. Lucros são obtidos pelos proprietários do espaço urbano.

Neste sentido, aproveitam-se da valorização de determinadas porções do território para a criação de espaços com qualidades inferiores àquelas negociadas, criando um nível de hierarquização em que se tem uma continuação da divisão inicial proposta pelo projeto de Vieira. Apesar da espacialização ser sempre guiado pelos planos diretores, estes não deixam de serem influenciados pelos agentes, que

buscam, através da liberação para a construção de outras áreas, uma forma de valorizar mais ainda aquelas que já estão instituídas.

O projeto feito por Jorge Macedo Vieira atenderia os fins especulativos da CMNP, ele deu condições para que se atribuíssem ao espaço valores diferenciados, determinando, então, a produção de espaços hierarquizados dentro da cidade de Maringá. Esta hierarquização se externalizou e foi se reproduzir com grande intensidade dentro das cidades aglomeradas, Sarandi e Paçandu. A produção do espaço de Maringá foi, desde a sua gênese, guiada por leis rígidas que tinham como base construir um urbano de grande atratividade, segmentando os espaços dentro da própria cidade, de modo que, cada vez que se distanciava das áreas de alto padrão, mais o nível de infra-estrutura baixava, até se externalizar para as cidades aglomeradas. Por sua vez, elas ofereciam solos de precária urbanização, dando condições de a população de baixa renda habitá-las.

1.4.2 SARANDI, UM ESPAÇO SEGREGADO.

O município de Sarandi teve sua gênese quando a CTNP propôs que se criasse um eixo secundário de colonização, com núcleos menores do que os principais pleiteados (Londrina, Cianorte, Umuarama e Maringá), que seriam distanciados de 10 a 15 km. Teve como uma das utilidades, o abastecimento da população rural vizinha, dando auxílio à produção cafeeira que, dentre outros interesses, era a grande impulsora da colonização de tal região.

Dentro deste contexto, foi fundado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, em maio de 1947, o Patrimônio de Sarandi, tendo como principal atrativo as terras produtivas de lavouras e próprias ao cultivo do café.

Com o passar dos anos, através da Lei Estadual nº. 790, de 14 de novembro de 1951, Sarandi foi elevada à categoria de Distrito Administrativo de Marialva. A partir de 1953, passa a ser administrado por agentes administrativos nomeados pelo poder executivo de Marialva, contando com representatividade na Câmara Municipal. Em 15 de maio de 1966, através da Lei Estadual 5.311/66, Sarandi é

elevado a Distrito Judiciário. É com base em um crescimento desordenado que surge o município de Sarandi. Através de um movimento reivindicatório, é instalada a Resolução nº 42/81, objetivando a emancipação política da localidade. O Tribunal Regional Eleitoral designou a data de 29 de março de 1981 para que fosse realizado um plebiscito. Então, com expressiva votação favorável, Sarandi foi elevada à categoria de município.

Segundo Rodrigues (2004), a área urbana de Sarandi começa a se expandir a partir de 1974, principalmente, pela atuação da construtora Vicky, que tinha sua sede situada em Maringá. Ocorreu um intenso loteamento urbano, em um processo totalmente contrário ao que foi realizado em Maringá. Em Sarandi, o parcelamento do solo abdicou de qualquer planejamento urbanístico, a espacialização deixou grandes vazios próximos ao centro e áreas loteadas confluindo com o espaço agrícola.

O ano de 1976 é um momento importante para analisar o parcelamento desordenado do solo no município: vinte e um loteamentos foram aprovados e constituídos de forma desordenada, causando grandes vazios urbanos, pois eram separados por grande distância de outros já existentes. Segundo Veloso (2003), 90% destes loteamentos foram aprovados quando Sarandi ainda era distrito de Marialva. Um dos motivos que influenciou na ocupação ou não de determinados setores de forma homogênea foi a falta de visão dos administradores, resultando na falta de um acompanhamento competente no parcelamento do solo.

Além das diretrizes da CMNP, e dos seguintes planos diretores do município de Sarandi não serem tão bem elaborados como na cidade planejada de Maringá, eles não foram seguidos. O município foi apropriado pelos agentes loteadores que parcelavam o solo rural sem as mínimas condições de infra-estrutura. A demanda pelos lotes era grande, a cidade de Sarandi era de grande atratividade, servia de opção ao intenso êxodo rural que se deu nos anos de 1970 e 1980. Situações como estas criaram uma dinâmica na qual Sarandi acabou por ser a opção de um grande fluxo de população de baixa renda que era atraída pela cidade de Maringá, mas que não podia habitar seu espaço estruturado.

É neste contexto que Sarandi tem um grande e rápido crescimento demográfico, como se pode observar na tabela sete.

Tabela 7- Crescimento populacional do município de Sarandi (1980 – 2000)

	População Rural	Taxa de Crescimento da Pop. Rural	População Urbana	Taxa de crescimento de Pop. Urbana	Total	Total taxa de crescimento
1980	2.055		19.742		21.797	
1991	1.773	(-)13,72	46.208	134	47.981	120,00
1996	2.221	25,26	58.018	25,55	60.240	25,54
2000	1.929	(-) 13,14	69.493	19,77	71.422	18,56

Fonte: IBGE. Organização: Silva, Juliano Alves

Rodrigues (2004) usa ainda o plano diretor de Maringá, do ano de 1991, para dar destaque à transformação ocorrida em Sarandi em Sarandi:

..pode merecer o qualificativo de caótica, pois se deu obedecendo à lógica exclusiva da especulação imobiliária, que muitas vezes não respeitou, sequer, o princípio preliminar da manutenção das diretrizes do sistema viário. A resultante deste processo é um tecido urbano desarticulado, apoiado em padrão de parcelamento bastante inadequado, e num sistema viário no qual é de difícil percepção a hierarquia (Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá, 1991 Apud RODRIGUES, 2004).

Antes mesmo de se instituir município, a produção do espaço de Sarandi ocorria de forma desordenada, situação que não se modificou no decorrer dos anos. Com o incremento demográfico que Maringá sempre vem tendo devido à sua atratividade, o que faz encarecer seu espaço devido ao modo como foi produzido e até hoje acaba sendo especulado pelos agentes, é no município vizinho de Sarandi que se dão os chamados loteamentos “populares”, propiciando condições para que a população de baixa renda os habite.

O município de Maringá fica com caráter hegemônico na Região Metropolitana e Sarandi, constituída para pessoas de baixa renda habitar. Estas, muitas vezes, são atraídas para Maringá, mas não têm condições de habitar esse espaço ordenado. Apesar de Maringá também apresentar espaços para a população de baixa renda, eles se tornaram insuficientes à demanda. Dentro deste contexto, vai se estabelecendo, em Sarandi, um chamado “núcleo dormitório” que não tem infraestrutura constituída, desde a instituição do espaço, e não consegue acompanhar o extravasamento da população que, cada vez mais, habita a cidade. Como já se apontou, ela é uma das que mais crescem no Estado, chegando a apresentar um incremento populacional na faixa de 4,56% no ano de 2000 (IBGE).

Vale ainda destacar que Sarandi é a cidade que mais mantém relações com a cidade pólo de Maringá, segundo Rodrigues (2004), do total de 50.298 pessoas de 15 anos ou mais, 18.158 trabalham e/ou estudam no próprio município, 17.673 não estudam e não trabalham. Há 14.467 pessoas, portanto, 28,76% do total desta faixa etária, que se deslocam para estudar ou trabalhar em outros municípios. A grande maioria delas, 13.315 (92,03%), se dirige a Maringá.

Vê-se que é grande a mobilidade de pessoas que se deslocam diariamente da cidade de Sarandi para estudar e trabalhar em Maringá. Segundo o autor:

As denominações dadas às ordens das de mobilidade são: a) *mobilidade física*, que se sub-divide em micromobilidade física e macromobilidade física, são mobilidades horizontais, ou seja, se reproduzem no espaço concreto, físico. Apresentando um perfil histórico, geográfico. Funda-se nos estudos migratórios a partir de uma avaliação histórica de tais fluxos. A macromobilidade física diz respeito aos deslocamentos físicos praticados pelos indivíduos em escala internacional, nacional estadual e municipal. Nesta categoria a temporalidade dos deslocamentos não é cotidiana diz respeito aos fluxos demográficos. Quanto à micromobilidade, a escala temporal é curta, cotidiana, diz respeito aos deslocamentos diários de casa ao trabalho, às compras, b) *mobilidade centrada no trabalho*, esta ordem de mobilidade é uma mobilidade horizontal, ou seja, o deslocamento se dá no âmbito da qualificação dos indivíduos, de seu *status* profissional, da produtividade, do trabalho, de sua condição funcional e de sua submissão à lógica capitalista de acumulação. Esta mobilidade nasceu da reflexão de economistas marxistas. A

explicação parte da contradição entre trabalho e natureza, da apropriação histórica da natureza pelo homem. Esta força de trabalho é entendida como mercadoria especial que se desloca em função da dinâmica do mercado (...). (ROCHA, 1998, p.14)

É considerável as mobilidades presentes entre Sarandi e Paiçandu, o que leva a cidade de Sarandi, muitas vezes, a ser chamada de “cidade dormitório”, pois grande parte de seus habitantes trabalham, fazem compras e estudam em Maringá. A atratividade da cidade pólo, sem duvida, é grande responsável para o grande crescimento populacional que se observa em Sarandi, pois, como se viu, Maringá, desde sua colonização, tem implantado projetos com o objetivo de atrair moradores, no entanto, devido à especulação imobiliária e à produção do espaço que deu base a todo o processo, ficou este restrito aos habitantes que pudessem adquirir tal espaço, durante os anos esse processo vem se mantendo. É nessa situação que a população de baixa renda que acabou sendo atraída para habitar a RMM acaba tendo como opção, além da cidade de Sarandi, também a de Paiçandu.

É possível observar, em Sarandi, a exploração do uso do solo, como uma mercadoria. Os agentes produtores do espaço aproveitaram da necessidade da população de baixa renda, para lotearem o rural, deixando o espaço em apenas um estado de transição para o urbano. Em certas localidades, não é possível identificar, no município, o rural e o urbano, muitos dos loteamentos não apresentam as mínimas características para ser denominado de urbano.

De acordo com Veloso (2003), dentre os problemas que mais se destacam na cidade, podem ser citados alguns, como a falta de ônibus nos bairros, barro e poeira, por falta de asfalto, e falta de energia elétrica. E outros que podem ser vistos quando se analisam as tabelas 3,4 e 5, já apresentadas, o baixo IDH-M, a falta de saneamento básico, o baixo rendimento e o grande crescimento populacional, um dos maiores do Estado, e, por contraste, apresenta um dos menores PIB *per capita* do estado. Tais indicadores sociais nada mais são do que o reflexo do crescimento desordenado, os equipamentos urbanos não acompanharam o crescimento populacional, somado ao comércio imobiliário feito de forma desordenada. O que resulta na produção de um espaço com sérios problemas de infra-estrutura,

causando grandes transtornos para a população que habita o município, nos dias de chuvas é possível ver os problemas com as ruas sem asfalto e galerias pluviais.

O município vem sendo administrado pelo Partido dos Trabalhadores desde o ano de 2001. Diante da conhecida proposta programática do partido, de estimular a participação popular, a presente pesquisa concluiu que essa presença na administração contribuiu para uma maior organização popular.

1.4.3 PAIÇANDU: UM ESPAÇO SEGREGADO

O município de Paiçandu é conurbado à Maringá e teve sua origem com os mesmos propósitos que a CTNP tinha com relação ao município de Sarandi. Seria Paiçandu um dos núcleos que se estabeleceriam entre os quatro municípios principais colonizados pela Companhia, é o mais próximo de Maringá. Oferecia, aos compradores, terras próprias ao cultivo do café.

As demarcações de terras pela companhia colonizadora começaram no ano de 1939, dividindo a zona em sítios, chácaras e fazendas. A área demarcada era uma densa floresta habitada por índios e conhecida como “Cemitério dos Caboclos”. No período de 1942 a 1944 chegaram os primeiros desbravadores, adentraram as matas, construíram ranchos e começaram um princípio de agricultura na região.

Dentro deste quadro, no ano de 1948, a Companhia implantou o pequeno patrimônio de Paiçandu, com um núcleo inicial de 100 hectares, com 965 datas, exigindo que os adquirentes deste espaço construíssem ali em, no máximo, um ano após a assinatura do contrato. Paiçandu ficou como parte do município de Mandaguari até o ano de 1957, depois foi elevado à categoria de Distrito de Maringá, contando com representatividade legislativa na Câmara deste município.

Com o passar da década, devido ao grande progresso da região, baseado na cultura cafeeira, o patrimônio de Paiçandu cresceu, até que, no dia 25 de julho de 1960, foi desmembrado de Maringá e elevado à condição de município do Estado do Paraná. Como não era ano de eleições, foi nomeado, pelo governador do Estado o pioneiro José Eudócio Pereira, como administrador. No dia 19 de novembro de 1961, foi empossado, como primeiro prefeito, Laurindo Palma.

Segundo Boeira (2003), entre 1961 e 1975, oficialmente, não houve aprovação de loteamentos em Paiçandu. Mas alguns loteamentos foram implantados neste período, tendo sua implantação aprovada na segunda metade da década de 1970, antes da aprovação da Lei Federal que disciplinava o parcelamento do solo urbano, de nº 6766, de dezembro de 1979.

Justamente nesta época, em que se deu o parcelamento não oficial do solo de Paiçandu, foi que se observou a maior mobilidade que, até então, já tinha envolvido o município. A forte geada do ano de 1975 afetou as plantações de café e fez com que ocorresse um intenso êxodo rural, os fluxos se direcionaram para Maringá e para a zona urbana de Paiçandu. É claro que a última opção foi a mais procurada, pois, como os agricultores não possuíam mão-de-obra qualificada, ficaram impossibilitados de conseguir emprego e se fixaram no caro e segregador espaço de Maringá.

Neste momento, o município de Maringá, que já vinha sofrendo um processo de incremento demográfico e conseqüente crescimento, começa a adotar um controle mais rígido do solo, através de seus planos diretores e, até mesmo, a especulação imobiliária que encarecia aquele espaço. A habitação por espaços “populares” é o único meio para a população de baixa renda que vinha, gradativamente, sendo expulsa do campo. Neste contexto, Sarandi e Paiçandu, por suas proximidades, eram ótimas opções.

O espaço urbano de Paiçandu começa a ser ocupado de forma desordenada, pois inúmeros loteamentos foram instituídos sem asfalto, água, esgoto e energia elétrica. A produção de um espaço mais ordenado e segregador na cidade pólo de Maringá, sem dúvida, agiliza este processo em Paiçandu, uma atrai e a outra acata a população de baixa renda que não pode habitar o urbano de Maringá. Como é possível se ver na tabela de 8, o crescimento demográfico é intenso, juntamente com o êxodo rural

Os loteamentos aprovados posteriormente ao traçado original, segundo Boeira (2003), situam-se na extremidade da malha urbana, em direção a Maringá, onde predominam habitações simples, ocorrendo o mesmo no lado oposto, nos Jardins Canadá, Santa Mônica, Santa Paula e Parque São Jorge. Além da ocupação de

baixa renda, outra característica que vale a pena destacar é o fato de áreas terem elevado índice de loteamentos vazios, apesar da alta densidade populacional. Paiçandu apresenta, atualmente, grande número de lotes vazios, provocando descontinuidade na malha urbana.

Como se pode ver, o crescimento de Paiçandu se deu em direção a Maringá e já vem apresentando características de conurbação entre ambas, o que as faz serem grande mantenedoras de relações entre si. Há uma ciclovia de 7,5 km, utilizada diariamente pelos moradores que habitam Paiçandu e trabalham ao longo da rodovia de conurbação entre as duas cidades ou, até mesmo, em Maringá.

Tabela 8- Crescimento Populacional do Município de Paiçandu (1980 – 2000)

	Rural	% de crescimento	de Urbana	% de crescimento	de Total	Total de % de crescimento
1980	3.116		8.839			
1991	1.200		20.997			
1996	784		26.335			
2000	1.142		29.622			

Fonte: IBGE. Organização: SILVA, Juliano Alves

Dentro desta dinâmica, é válido destacar que, em Paiçandu ,há 21.740 pessoas de 15 anos ou mais, dentre estes, 7.977 trabalham ou estudam no município, enquanto que 8.109 não estudam nem trabalham. Dos que se mantêm em atividade 5.654, ou seja, 26,01% do total, deslocam-se para estudar ou trabalhar em outros municípios. 5.302, 93,77%, têm como destino a cidade pólo da RMM. Tal característica reforça a grande micromobilidade física que há entre as cidades de Paiçandu e Maringá. Dentro desta vertente, a cidade vem, cada vez mais, sendo chamada de dormitório, devido a este deslocamento diário da população que se mantêm ligada a Maringá, mas não pode ocupar aquele espaço, devido à forma de produção.

1.4.4 MARINGÁ SARANDI E PAIÇANDU: EVIDÊNCIAS ESPACIALIZADAS DA SEGREGAÇÃO

Como se vê, o município de Maringá desde seu princípio foi planejado de modo que o fluxo de pessoas de cidades da região que influenciava fosse canalizado para seu interior, causando hegemonia econômica e social em relação aos municípios vizinhos, características de uma cidade pólo regional. Com a criação da RMM, a

situação não se amenizou, o que aconteceu foi o fortalecimento de Maringá, concentrando ainda mais o capital na cidade. Po conseguinte, seu espaço tornou-se elitizado e disputado, enquanto que os municípios vizinhos, Sarandi e Paçandu amargam seus respectivos problemas de forma independente.

A concentração de capital humano/econômico que se dá, cada vez mais, no município de Maringá, fica impressa no espaço e pode ser retratada na figura 4, que exprime indícios de segregação socioespacial. A figura apresenta uma tipologia socioocupacional, ressaltando aqueles grupos que sobressaem em cada unidade espacial das Áreas de Expansão Demográfica (AED's)⁹, na Região Metropolitana de Maringá. Estes não são necessariamente grupos majoritários, mas devido à participação relativa sobrelevada da categoria em um tipo socioespacial específico, comparativamente à sua participação no total da região metropolitana, destacando outra relevante informação, quando se observa a diferenciação socioespacial que é o rendimento familiar até dois salários mínimos.

Nota-se que, à medida em que se afasta do centro da cidade de Maringá para suas zonas periféricas, o rendimento médio cai. Fenômeno que ultrapassa os limites municipais e atinge Sarandi e Paçandu, onde se apresenta uma maciça concentração da classe operária. Presentes nestas cidades as categorias de número 5 (médio inferior), 6 (operário popular) e 8 (Operário), na cidade de Sarandi, ficando a cidade de Paçandu com a categoria 6. Ao mesmo tempo que fornecem mão-de-obra para a cidade de Maringá, pois a grande parte de seus habitantes se dirigem para trabalharem na cidade pólo, estes operários habitam regiões onde a maioria dos rendimentos (de 50% a 59 %) não ultrapassa dois salários mínimos. Em uma região de Sarandi, que compreende classificação operário de número 8, os rendimentos são ainda mais baixos, 60 a 63% das famílias recebem até dois salários mínimos.

⁹ Segundo o Observatório das Metrôpoles, Núcleo Regional de Maringá, “a aplicação de procedimentos estatísticos permitiu a identificação de oito tipos socioespaciais (agrupamentos de unidades espaciais cujas estruturas socioocupacionais apresentam algum grau de homogeneidade) para a RMM.” Estas áreas estão expressas na figura quatro, ao que se refere na legenda de tipologias socioocupacionais.

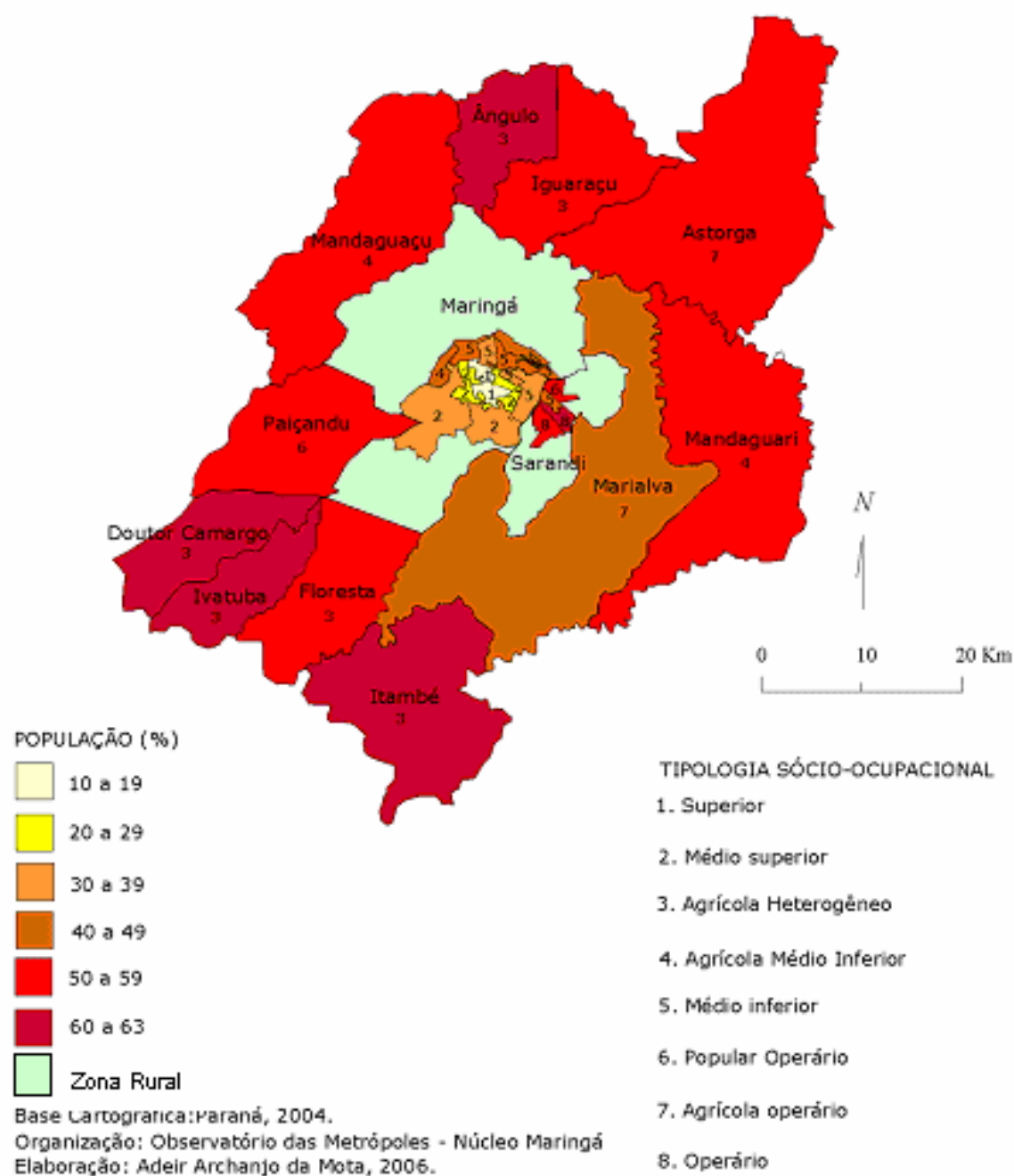
O fato de Sarandi e Paiçandu concentrar quase toda a mão-de-obra operária da RMM está relacionado com a proximidade da cidade pólo, as três compreendem uma aglomeração urbana, além do deslocamento diário de pessoas para trabalharem em Maringá, o direcionamento dos fluxos para esta dinâmica faz com que indústrias se instalem nas duas cidades periféricas. A possibilidade de habitar um espaço com pouca estrutura diminui o custo de vida, o que torna possível viver com os baixos salários, é claro que em condições de vida precárias. A segregação espacial acaba por determinar tais condições. De acordo com o autor:

O espaço urbano é fragmentado, esta decorrente de diversos agentes modeladores que produzem e consomem o espaço urbano: proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, proprietários fundiários, promotores imobiliário, Estado e grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1997 pg. 146)

O Estado exerce papel central na definição de parâmetros que acabam por levar a processos de segregação. Os planos diretores foram elaborados de modo em que o solo de Maringá fosse valorizado em determinadas regiões, propiciando que fosse adquirido pela população de classe média alta, esta sempre habitando um espaço estruturado, ao contrario da população residente em Paiçandu e Sarandi onde é possível verificar que a infra-estrutura habitada é bem inferior a de Maringá. Este é um processo dialético, o espaço de Maringá seleciona seus habitantes, como se vê no mapa, causando um espraiamento nos níveis, no centro está localizado o pessoal de nível superior, o que vai baixando à medida que se dirige aos municípios vizinhos, ainda acompanhados pelas médias salariais

FIGURA 4:

Famílias com renda até 2 salários mínimos da RMM por Áreas de ponderação em 2000



Ao mesmo tempo em que este processo leva à fragmentação ele também leva à articulação, como aborda o autor:

Ao se constatar que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e que esta fragmentação articulada é a

expressão espacial de processos sociais, introduz-se o terceiro momento de apreensão do espaço urbano: o de ser um reflexo da sociedade. Assim o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais que tendem à segregação, refletindo a complexa estrutura social em classes próprias do capitalismo (Corrêa 1997 pg. 148).

O capital é feito de fluxos, deste modo, apesar das diferenciações espaciais na RMM, estes são articulados, mas sempre de modo que os fluxos se direcionem para a cidade pólo, como já se viu anteriormente. A articulação na RMM é ainda mais intensa entre Sarandi, Paiçandu e Maringá. As características de segregação da RMM são confluentes com a teoria do autor, em que se tem espaços com uma divisão guiada pelo capitalismo que, ao mesmo tempo, são áreas homogêneas, porém com fortes discrepâncias socioespaciais. Pode-se concluir que há, nesta região, uma proximidade espacial contrastando com uma distância social, impressa neste mesmo espaço.

2. O CAPITAL SOCIAL NO ESTÍMULO A CONQUISTA DO ESPAÇO HABITADO.

O associativismo e o acúmulo de capital social são ingredientes fundamentais para fomentar as relações sociais e manter a comunidade unida. Discutir o tema espacial à luz de alguns autores é premissa básica para que se possa mostrar de modo direto que, em uma determinada região, produzida de forma segregada, há a possibilidade de população desenvolver, no associativismo a força para a busca de melhoria nas condições socioespaciais

Dentro das contradições presentes na sociedade, na luta pela igualdade que leve ao desenvolvimento de condições que primem pela união, pode-se destacar que laços de confiança e reciprocidade seriam aliados que ajudariam a amenizar as desigualdades de acesso aos bens comuns que hoje estão presentes no todo. A capacidade das pessoas de se unir em uma determinada localidade pode levar a manter um relacionamento comunitário, buscando a solução de problemas e melhorias em comum.

Na comunidade onde pessoas conseguem se juntar para resolver seus problemas, reivindicando melhorias, ou, até mesmo, ajudando uns aos outros, observa-se a consolidação de práticas associativistas. Para o desenvolvimento destas práticas, é necessária a presença dos capitais físicos e humanos.

A fluidez da forma associativista em uma espacialidade é mais provável que se dê com a presença do capital social, pode-se afirmar que este é o combustível para agir em comunidade, pleiteando os bens comuns. Não é necessário que todas as pessoas sejam possuidoras deste capital, mas que algumas despontem na liderança. À medida que ele for usado, mais se expandirá dentro da comunidade, aparecendo como estímulo para a maioria das pessoas envolvidas.

Entende-se como capital social “(...) como el contenido de ciertas relaciones sociales — que combinan actitudes de confianza con conductas de reciprocidad y cooperación —, que proporciona mayores beneficios a aquellos que lo poseen en comparación con lo que podría lograrse sin este activo” (DURSTON, 2003, p.147)

Uma comunidade possuidora de capital social ¹⁰ tem, nela, indivíduos conscientes de que a coletividade é o objetivo geral ali pleiteado, os problemas coletivos são os que têm prioridade para serem resolvidos. Desse modo, pode até constituir base para os benefícios individuais. Como exemplo, pode se destacar a infra-estrutura básica de um bairro, a luta pelas melhorias será em benefício de todos e não só de um cidadão. A partir desta melhoria, os moradores terão benefícios individuais diferenciados. A resolução do problema espacial comum pode se desdobrar na resolução de vários outros particulares que estavam a ele ligados. A reciprocidade no dia-a-dia também é presente em localidades imbuídas de capital social, esta pode ser a precursora de movimentos maiores dentro das comunidades. Ajuda mutua é uma característica que, se presente, dá sinal de que, com a consciência de buscar laços de conquistas coletivas, torna-se mais fácil obter os resultados.

Ao analisar o associativismo em uma dada espacialidade, pode se fazê-lo em várias escalas, o grau da análise depende da existência destas escalas, o que deve ser constatado em cada estudo. A vida associativista pode se dar em vários espaços, desde clubes esportivos, associações comunitárias de bairros, sindicatos, partidos políticos e outros. Desde que estes espaços sejam para reuniões em que a junção dos indivíduos resulta em algum tipo de benefício ao grupo envolvido. O associativismo é permeado por variantes que podem configurá-lo, pode ser usado por interesses próprios ou de um grupo isolado. Mas, quando é praticado de forma horizontal, ou seja, sem uma hierarquização vertical de poder, pode funcionar e expandir seu campo de ação. Como aborda o autor:

La primera dimensión se refiere al capital social entendido como una capacidad específica de movilización de determinados recursos por parte de un grupo; la segunda, se remite a la disponibilidad de redes de relaciones sociales. En torno de la capacidad de movilización convergen dos nociones especialmente importantes, como son el liderazgo y su contrapartida, el empoderamiento.

En la dimensión de los recursos aparecen implicados la noción de asociatividad y el carácter de horizontalidad o verticalidad de las sociales. Estas características han dado origen a la distinción entre las redes de relaciones en el interior de un grupo o comunidad

¹⁰ Não é nosso objetivo central fazer uma extensa revisão bibliográfica do conceito. Apontamos os autores que tratam do tema: Putnam (2000) Coleman (2000) Bourdieu (1980) Entre outros.

(*bonding*), las redes de relaciones entre grupos o comunidades similares (*bridging*) y las redes de relaciones externas (*linking*). De acuerdo a ello, el capital social de un grupo social podría entenderse como la capacidad efectiva de movilizar productivamente y en beneficio del conjunto, los recursos asociativos que radican en las distintas redes sociales a las que tienen acceso los miembros del grupo en cuestión. (ATRIA, 2003, p.582-583).

Em um exemplo simplificado, volta-se o olhar para as associações comunitárias de moradores de bairros. Com pouco tempo de fundação, terá entre seus objetivos buscar pequenas conquistas para o bairro, desde problemas correspondentes a áreas estruturais ou sociais. Neste exercício inicial, com o passar do tempo, pode haver ânimo por parte do conjunto da população que não participa normalmente. O estímulo é decorrente das possíveis conquistas. Assim, a associação passa a ser fortalecida, podendo, de certa forma, chegar a influenciar de modo direto no poder municipal. Com uma organização forte, faz o Estado cumprir suas obrigações. Dentro desta dinâmica, o capital social, combustível necessário para o associativismo, quanto mais usado, mais se expandira, podendo, conseguir conquistas maiores para o lugar .

À medida que o associativismo torna-se institucionalizado na esfera pública e, até mesmo, política, ele passa a se destacar cada vez mais dentro da comunidade. Nesta fase, indivíduos de dentro do grupo podem querer se aproveitar do “sucesso” para usar a associação em benefício próprio. Uma das atitudes mais comuns que pode ser observada é a candidatura dos líderes a cargos políticos. Este fenômeno pode trazer benefícios para as associações, desde que o eleito continue trabalhando pelo interesse dos associados, público que se organizou em associações para resolver seus problemas e elegeu um cidadão a um cargo político.

O Estado contemporâneo desponta como uma das instituições mais influentes na definição. No espaço, é responsável pela maior parte da criação e manutenção da infra-estrutura urbana, ele pode direcionar as obras para devidos interesses. É certo que a revitalização do centro de uma cidade traz benefícios, principalmente, aos proprietários de prédios da localidade, pela futura valorização de seus imóveis. Dentro deste contexto, o Estado pode deixar de investir em infra-estrutura básica, na periferia das cidades, para atender a interesses dos proprietários de áreas centrais?

É o que se pode observar, hoje, nos grandes centros, e, até mesmo, nas médias cidades brasileiras, um Estado funcionando a favor do capital, facilitando os fluxos de mercadorias, pessoas e serviços, deixando, em último lugar as questões sociais.

Grandes financiamentos de campanhas eleitorais, por meio de grandes proprietários urbanos, nos níveis federal, estadual e municipal, podem ser vistos. É claro que o fazem com o objetivo de conseguir benefícios do poder. O restante da sociedade pode também entrar na disputa, influenciar o gerenciamento e conseqüente direcionamento destes recursos, pois a grande massa trabalhadora possui a maioria dos votos que vão eleger os governantes. Para que esta classe consiga adquirir o direito a um espaço urbano estruturado, tem que ser organizada e fugir das ideologias que lhe são impostas, não se contentar em morar em uma cidade que tem um deslumbrante centro, lindos parques, mas que possui uma periferia com uma infra-estrutura física, econômica e social aquém das necessidades da população.

O associativismo, aqui, pode funcionar como instrumento das classes que têm problemas com um espaço urbano desestruturado. Porém, só será de total benefício se utilizado de forma horizontal, dentro de uma escala que seja condizente com a heterogeneidade dos problemas. Em outras palavras, o associativismo nem sempre se manifesta onde existe forte presença de segregação. O associativismo também pode ser usado pela elite dominante, pela escola, pelo crime organizado. Mas deixa-se claro que o aqui abordado é o das camadas que sofrem com os espaços desestruturados.

Com é discutido

Um sistema vertical, por mais ramificado e por mais importante que seja para seus membros, é incapaz de sustentar a confiança e a cooperação sociais. Os fluxos de informações verticais costumam ser menos confiáveis que os fluxos de informações horizontais, em parte porque o subalterno controla a informação para precaver-se contra a exploração. E o que é mais importante, as sanções que resguardam as regras de reciprocidade da ameaça do oportunismo dificilmente são impostas de baixo para cima, e ainda que sejam, dificilmente são acatadas. Somente um subalterno ousado ou imprudente, sem vínculos de solidariedade com seus iguais, tentaria punir um superior. (PUTNAM, 2000, p. 184)

Dentro do contexto da horizontalidade, observando as associações de bairros, através de visitas “in lócus”, nas cidades de Sarandi e Paçandu, foi possível ver que, neste caso, os moradores estão envolvidos em resolver os problemas que afetam suas vidas de modo comum. Os problemas de infra-estrutura são os que mais mobilizam. Não consta nas associações de bairros destes municípios trabalhos de caráter assistencialista, não há cargos remunerados e toda a população acaba participando, de modo direto ou não. Participam de modo indireto aqueles moradores que, apesar de não estarem presentes nas reuniões, sempre estão reivindicando melhorias para o bairro ao presidente da associação. Não que aqui não seja válido abordar outros tipos de associativismos, além das associações de bairros, pois como é levantado:

Os sistemas de participação cívica remetem à atuação em vários tipos de associações, voluntárias ou não, como corais, associações comunitárias de bairro, clubes de esportes, grupos de lazer, grupos de arte, partidos políticos, sindicatos, aeroclubes, cooperativas, clubes de música, entre outros. Tudo isso representa uma ampla gama de cooperação horizontal. São participações em que cada um tem grau de pertencimento e de importância relativamente igual e que possibilitam melhor informação, provêm as regras de reciprocidade, aumentam os custos potenciais de transgressão, redimensionam a confiança e possibilitam futuras colaborações. Na comunidade cívica o contrato que mantém a cooperação é um contrato moral. A sanção para quem transgride não precisa ser penal: pode ser a exclusão da rede de sociabilidade e de cooperação. (D`ARAÚJO, 2003, p.19).

Concordamos que as associações expostas por D'Araújo possuem um grau de horizontalidade. Os vários tipos de associativismos precisam ser investigados de modo isolado. Até que ponto funciona esta horizontalidade em determinada associação? Não é aqui objeto principal responder tal pergunta. Adianta-se, porém que, nas primeiras visitas às associações de bairros dos municípios de Sarandi e Paçandu, foi possível constatar que o associativismo se dá de forma horizontal e participativa, devido aos vários contextos a serem abordados.

Muito já foi debatido sobre a retirada do Estado de algumas obrigações, quando abordado a discussão do associativismo. Às vezes as entidades associativistas acabam exercendo funções que pertencem ao Estado. O sistema brasileiro de

proteção social se consolidou durante o regime militar, época em que o Estado era centralizador de políticas públicas. O país, mais do que nunca, estava inserido no princípio do Keynesianismo¹¹, no qual o Estado está presente no planejamento e na economia, as principais indústrias de base e a maioria dos bancos são estatais.

O sistema brasileiro de proteção social, no entanto, sofreu uma radical modificação nos anos 90. De acordo com Arretche (1999), com exceção da área da previdência social, nas áreas da política social, educação fundamental, assistência social, saúde, saneamento básico e habitação popular, foram implantados programas de descentralização que foram transferindo, gradativamente, um conjunto expressivo de gestão para os níveis estaduais e municipais de governo.

As descentralizações não se dão de forma homogênea em todo o Brasil, existe um coeficiente de negociação entre a federação e os níveis menores de poder que as pleiteiam. Dentro destes, os municípios e estados, antes de assumirem o papel de gerir recursos, das mais diversas áreas, fazem um cálculo para ver se é benéfica que a transferência de gestão seja feita para sua instância. Como abordado:

Sob o Estado federativo pós 1988, os governantes locais são de fato politicamente soberanos e aderem à descentralização com base em um cálculo em que são avaliados os custos e benefícios prováveis desta decisão. Isto implica que, para obter a adesão dos governos locais a um programa de transferência de atribuições, governos centrais devem implementar estratégias bem-sucedidas de indução (ARRETCHÉ, 1999, p. 135)

Segundo Arretche (1999), as estratégias de indução são estímulos que o governo central faz para que haja a descentralização na política de transferências de recursos federais. Grande parte dos municípios brasileiros depende diretamente da transferência de recursos federais e, muitas vezes, processos de descentralização não são vistos, em um primeiro momento, como bem-vindos por estas localidades. Ao fazer os cálculos, os municípios mais pobres percebem que os custos/benefícios não lhes são favoráveis. Nesse contexto, assumir a gerência de recursos significa possuir capacidade técnica e de pessoal, o que raramente ocorre.

¹¹ Conjunto de idéias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego, baseados na obra de John Maynard Keynes.

Tal descentralização pode trazer benefícios para a população, à medida que as instâncias que assumirem as responsabilidades por estarem mais próximas da população, tenham uma maior capacidade de aferir as necessidades regionais e aplicarem melhor os conhecimentos na gestão dos recursos.

Com a entrada do neoliberalismo econômico no Brasil, na década de 1990, o governo federal passa a privatizar suas principais estatais. Conjuntamente à descentralização estatal, no âmbito das políticas públicas, começa-se a ser levantado o distanciamento do Estado perante suas obrigações, tanto no âmbito estrutural como social. O Estado passa, para a sociedade, parte das responsabilidades com os problemas sociais. De acordo com a autora:

O governo Fernando Henrique, acompanhado por vários outros governantes brasileiros, seguiu a tendência generalizada em todo mundo de cortar verbas dos programas sociais. O discurso de parte das Ong's dirigiu-se, então, para denunciar esses cortes. Todo problema é que esse discurso pode não ter muita eficácia prática, pois atuações bem-sucedidas dessas organizações, especialmente em atividades que eram feitas pelo Estado, como atender mulheres, em um ambulatório, fazer qualificação de mão-de-obra juvenil ou treinar professores e educadores, podem ser "lidas" pela opinião pública como uma comparação de que o Estado realmente pode deixar para a sociedade a resolução dos problemas sociais, confirmando assim, o discurso neoliberal de que o Estado não só pode como deve se desresponsabilizar dessas atividades (TEIXEIRA, 2002, p. 124)

Com a prática do neoliberalismo, a descentralização do Estado perante as políticas públicas se dá em um âmbito em que responsabilidades não são transferidas apenas para os municípios e estados, mas também para organizações associativistas, como é o caso das Organizações Não Governamentais (ONG's). Ao mesmo tempo em que, neste momento, o governo se distancia de suas responsabilidades, também faz gerir de forma incorreta os recursos que eram direcionados às ONG's. Na falta de um Estado forte, incapacitado de cumprir suas metas, a atenção se volta para a sociedade civil. Uma sociedade forte e ativa seria capaz de cobrir maior responsabilidades deixadas por parte do poder público.

A concepção de associativismo assumida nesta pesquisa, o Estado e a sociedade têm que trabalhar juntos, buscando soluções de forma conjunta. Tem que lutar, começando a partir dos problemas dos bairros, buscando exercer pressão perante ao poder público para que os problemas estruturais possam ser resolvidos. Assim, a necessidade de ajudar pessoas diretamente, de forma assistencialista, pode diminuir à medida que os recursos são melhores geridos, através da fiscalização, formando um círculo, em que a atuação do capital social pode formar uma grande bola de neve que venha a beneficiar a sociedade como um todo.

A reflexão sobre a participação da sociedade organizada remete à concepção de cidadania. Sempre que abordado este assunto, lembra-se que todos os brasileiros são dotados de direitos e deveres, a discussão sobre tal é bem mais profunda. Como estabelecer direitos e deveres de modo igualitário em uma sociedade em que o acesso a bens e direitos se dá de modo totalmente desigual!? A idéia de igualdade é mais uma das que surgem com o liberalismo, todos têm os mesmos direitos, são iguais perante a lei, portanto, o sucesso depende de cada um.

É dentro deste pensamento neoliberal, no qual o mercado é visto como autorregulador da vida econômica e social, que se reduz o papel do Estado, juntamente com as descentralizações dos serviços sociais vistos. Contudo a ausência de ampla organização da sociedade faz com que os interesses de determinadas classes consigam prevalecer. Nesse contexto, a democracia fica estreita, os mecanismos de representações políticas costumam a favorecer as classes trabalhadoras. A organização da sociedade é imprescindível para romper este processo.

Algumas propostas favoráveis a uma melhor participação da sociedade no governo podem ser vistas, como exemplo, os governos municipais dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores, como levantado:

Muitas prefeituras experimentaram formas alternativas de envolvimento da população na formulação e execução de políticas públicas, sobretudo no que tange ao orçamento e às obras públicas. A parceria se dá com associações e moradores e com organizações não-governamentais. Essa aproximação não tem os vícios do paternalismo e do clientelismo porque mobiliza o cidadão. E o faz no

nível local, onde a participação sempre foi mais frágil, apesar de ser aí que ela é mais relevante para a vida da maioria das pessoas. (CARVALHO, 2004, p.87).

Esta é uma forma de participação que vem sendo experimentada, com o objetivo de um governo mais democrático. A partir do momento em que a sociedade em geral é incorporada a movimentos sociais que primam pela democratização, é certo que está desenvolvendo uma cidadania ativa e não o tipo de cidadania que nasce no liberalismo econômico, no qual se tem apenas deveres e direitos. Neste âmbito de envolvimento político, a sociedade, de forma organizada, pode tomar consciência de que o verdadeiro cidadão é aquele que participa do alargamento da democracia, de modo que todos possam participar das decisões que permeiam o Estado, como aborda o autor o autor:

A dimensão da cidadania, conforme Arendt, está ancorada na “participação na esfera pública”. Isso inclui a participação ativa no processo público (as responsabilidades da cidadania) e nos aspectos simbólicos e éticos apoiados em fatores subjetivos que conferem um sentido de identidade e de pertencimento de comunidade (Jelin, , apud JACOBI, 1994, p.21)

A idéia de construção da cidadania como e ampliação em prol de seus direitos, um sentido de pertencimento com base na coletividade leva à conscientização que a participação popular na gestão governamental é necessária para garantir a construção democrática. A conscientização de uma cidadania participativa pode levar pessoas de um determinado lugar a lutar por melhorias no espaço habitado. “Um dos principais benefícios da participação das comunidades locais no planejamento urbano, monitoramento e avaliação das políticas sociais é a possibilidade de modificar gradualmente as estruturas do poder local através daquilo que Navarro (1990) denomina de controle social do espaço público”. Assim, é válido afirmar que a dimensão de cidadania aqui tratada é aquela que se destaca pela formação de cidadãos como sujeitos sociais ativos, que se recusam a permanecer permanecerem nos lugares em que foram estabelecidos cultural e socialmente. A luta associativista é realizada por cidadãos com estas características, estimulados por sujeitos que, além de cansados de habitar espaços desestruturados, ainda têm consciência de seu papel para superar o processo de segregação.

O Estado pode ser a solução, mas pode ser um problema quando age de forma a expropriar diretamente certas classes da sociedade. Se atuar de forma transparente na administração pública, no gerenciamento de recursos, voltando-se para o lado social, pode contribuir.

O associativismo pode-se desenvolver através de vários estímulos, dentre os mais prováveis, acatam-se três: a) Pela herança cultural e neste caso, pode demorar anos para se desenvolver; b) O estímulo por parte do Estado para formar associações para resolver problemas, neste caso, o associativismo pode ser usado em áreas em que o Estado deveria atuar com maior responsabilidade; c) O estímulo aparece em determinada localidade pelo modo de produção espacial vivenciado, seria o resultado do não contentamento das pessoas com a espacialidade em que vivem e a busca autônoma para resolver as deficiências. Ao habitar localidades com a falta das mais básicas infra-estruturas, sofrendo segregação socioeconômica por parte de outras localidades vizinhas, os moradores tendem a se organizar em associações de bairros (ou outro tipo de associação) para tentar fazer, ou pleitear, melhorias, de forma conjunta, desenvolvendo, com o tempo, laços de confiança e reciprocidade que podem levar ao desenvolvimento e ao aumento, cada vez mais, do associativismo.

2.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Abordar até que ponto a sociedade interfere e sofre intervenção na relação dialética do espaço é o que dá sentido à discussão aqui presente. Busca-se entender como a sociedade pode interferir na produção do espaço, dentro de determinada escala, exercendo seu papel no sentido de resolver os problemas ali presentes.

O espaço é tratado como principal objeto da geografia, muito discutido e teorizado, e são inúmeras as abordagens. Os contrapontos estão presentes na discussão. Não será objetivo, neste trabalho, detalhar as discordâncias e, sim, abordar o ponto de vista de alguns autores considerados importantes, para que a noção sobre a teoria espacial venha à tona. Teóricos foram destacados no âmbito da geografia e

sociologia, em sua grande parte, voltados para os estudos urbanos. Um dos teóricos mais enfatizado nos estudos geográficos brasileiros é Milton Santos. Para ele o espaço é:

(...)soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra, é formado pelo espaço construtivo que é também espaço produtivo, pelo espaço construído que é apenas uma expectativa, primeira ou segunda, de uma atividade produtiva, e ainda pelo espaço não construído, mas suscetível face ao avanço da ciência e das técnicas e às necessidades econômicas e políticas ou simplesmente militares de tornar se um valor, não específico ou particular, mas universal, como o das mercadorias no mercado mundial. (SANTOS, 2004, p. 30).

Em uma aparente simples definição, o autor consegue expor sua visão, de modo a suscitar várias reflexões. Leva o espaço à categoria de produzido pela intervenção humana, influenciado pelo já construído. Ao mesmo tempo, diz que ele é constantemente produtivo, dependendo do avanço das técnicas, ou das necessidades políticas e econômicas. Ou seja, o autor acaba abrindo várias vertentes de análise quanto à categoria espacial. Faz relação com a dialética socioespacial, na qual a sociedade produz o espaço, mas é também influenciada por ele, desde o princípio, desde quando denominado primeira natureza, e transformando em espaço social a partir da interação da sociedade. Como dizia Lefebvre:

D'où l'effort pour sortir de la confusion en considérant l'espace (social) ainsi que le temps (social) non plus comme des faits de « nature » plus ou moins modifiée, et non pas comme de simples faits de « culture » - mais comme des **produits**. Ce qui entraînait une modification dans l'emploi et le sens de ce dernier terme. La production de l'espace (et du temps) ne les considérait pas comme des « objets » et des « choses » quelconques, sortant des mains ou des machines, mais comme les aspects principaux de la **nature seconde**, effet de l'action des sociétés sur la « nature première » ; sur les données sensibles, la matière et les énergies. Produits ? Oui, dans un sens spécifique, notamment par un caractère de **globalité** (non de « totalité») que n'ont pas les « produits » dans l'acception ordinaire et triviale, objets et choses, marchandises (encore que justement l'espace et le temps produits, mais « lotis », s'échangent, se vendent, s'achètent, comme des « choses » et des objets !) (LEFEBVRE, 2000, p. 19, grifo do autor)¹²

¹² Tradução de Ivanete Pereira Martins: De onde o esforço para sair da confusão, considerando o espaço (social) assim como o tempo (social) não mais como simples fato da natureza mais ou menos modificado, e não como simples fato da cultura – mas como os produtos. O que originou uma modificação na utilização e no espaço (e do tempo) não os considerou como os objetos e coisas quaisquer, saindo das mãos e das máquinas, mas

Lefebvre distingue as duas naturezas, denominando de “segunda natureza” a espacialidade transformada e socialmente concretizada, através da aplicação do trabalho humano. A segunda natureza é sujeito de análises geográficas, em uma interpretação materialista da espacialidade. Coloca a globalização como um fator de influência na produção deste espaço. Dentro da contemporaneidade capitalista vivida por Lefebvre, ele discute e descreve sobre o espaço moderno, destacando algumas características precisas, enfatizando que o espaço tende à homogeneidade por diversas razões, na fabricação de elementos exigidos pelos interventores, nos métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Este espaço homogêneo se fragmenta em lotes e parcelas, em migalhas, “o que produz guetos, dos grupos pavilhonares e das pseudo-coletividades mal ligados aos arredores e aos centros. Com uma hierarquização estrita: espaços, residências, espaços comerciais, etc. Reina uma curiosa lógica deste espaço, que podemos amarrar a uma ilusão de informação” (Lefebvre, 2000). Ao mesmo tempo em que o espaço é homogêneo no contexto visto, ele é fragmentado, segregado. A abordagem espacial lefebvriana acaba por dar luz, pois, em suas raízes fica claro como o capital segrega os espaços expropriados e, ao mesmo tempo, torna os fluxos homogêneos.

A questão da má inclusão por grande parte da sociedade no sistema capitalista também é possível de se observar, mesmo porque, o capital usa todos, seja como trabalhadores braçais, executivos, ou, até mesmo, como reserva de trabalho. Estes últimos são chamados de desempregados e são, muitas vezes, por interpretação confusa, ditos como excluídos pelo sistema capitalista, o que não é. A reserva de trabalho faz com que os que precisam da mão-de-obra mantenham salários condizentes com suas regulações. O sistema capitalista faz dos mal inclusos esta reserva. Além do mais, os mal inclusos também utilizam, por bem menos, vários serviços públicos ou privados, então de certa forma, estão inclusos. O que realmente

como os aspectos principais de uma natureza secundária, efeito da ação das sociedades sobre a primeira natureza; sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias. Produtos? Sim, no sentido específico, notadamente, uma característica da globalização (não de totalidade) que não tem os produtos na aceitação ordinária e comum, objetos e coisas, mercadorias (ainda que justamente o espaço e o tempo produzidos, mas divididos, trocam-se vendem-se, se compram como as coisas e objetos).

acontece, como diz o autor, é que eles estão mal ligados aos centros, aos fluxos, e é de se concluir que, também às oportunidades.

Por meio de Lefebvre, é possível afirmar que o modo de produção capitalista ordena a produção do espaço aos seus moldes:

On ne peut dire que le mode de production capitaliste ait dès le début « ordonné », par inspiration ou intelligence, son extension spatiale, qui devait s'étendre on notre temps á la palnète entière ! Il y eut d 'abord utilisation de l'espce existant, par exemple des voies d'eau (canaux, fleves, mers) puis desroutesç ensuite costruction des chemins de fer, pour continuer par les autoroutes et les aérodromes. Aucum moyen de trasport dans l'espace n'a entièrement disparu, ni la marche à pied, ni le cheval, ni le vélo, etc. Pourtant c'est un espace nouveau qui s'est contiué, au XX siècle, à l'échelle mondiale ; sa production, non terminée, continue. Le nouveau mode de priduction (la société nouvelle) s'approprie, c'est-á-dire aménage à ses fins, l'espace pré-existant, modelé antérieurement. Modofications lentes pénétarnt unespacialité déjà consolidée,mais la bouleversant parfois avec brutalité (cas des campagnes ruraux au XX siècle) (LEFEBVRE, 2000, p. 26)¹³

O autor enfatiza como o modo de produção capitalista hoje toma conta das localidades, na maior parte do planeta, e invade países subdesenvolvidos, como no caso abordado aqui, o Brasil, onde as transformações da espacialidade pode se dar de modo lento ou rápido. Um exemplo de rápida transformação espacial é o caso da paisagem rural. A passagem do complexo rural para o complexo agroindustrial, como se sabe, levou a mão-de-obra do campo para a cidade. Os acostumados a trabalharem nas lavouras do café ficaram impossibilitados de conseguirem serviço nas cidades e estas não estavam preparadas para recebê-los. O processo resultou na migração da população para grandes centros, o que ajudou na formação dos guetos segregados. No caso de Maringá, que atraiu boa parte desta população, a

¹³ Tradução de Ivanete Pereira Martins: Podemos dizer somente que o modo de produção capitalista tenha desde o começo “ordenado”, por inspiração ou inteligência, sua extensão espacial, que deveria se estender em nosso tempo no planeta inteiro! Ele tenha antes de tudo utilização de espaço existente, por exemplo, vias de águas (canais, rios, mares), das estradas, em seguida, construção das estradas de ferro. Para continuar pela auto-estrada e aerovia. Nenhum meio de transporte no espaço não tem inteiramente desaparecido, nem a marcha a pé, nem o cavalo, nem a bicicleta, etc. Portanto, este é um espaço novo que se constituiu, no século XX, em escala mundial, sua produção, não terminado, continua. O novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria isto quer dizer, se organiza para seus fins, do espaço pré-existente, modelado anteriormente. Modificações lentas, penetrando uma espacialidade já consolidada, mas trocando às vezes com uma brutalidade (caso do campo e da paisagem rural no século XX).

grande maioria passou a habitar Sarandi e Paiçandu, de forma desestruturada, também criando os espaços heterogêneos, como já visto.

Ao levantar exemplos como este, vê-se a importância de buscar as teorizações. No caso da espacialidade abordada por Lefebvre, é possível ver que vai se encaixando nos estudos. Embora tenha contrapontos a serem abordados mais adiante, antes de se chegar ao objetivo final da discussão deste tópico.

Os produtores do espaço lançam mão de representações para a sociedade para atingir seus objetivos, a fim de estas representações beneficiarem apenas uma parte da sociedade. Como discute o autor:

C) Les espaces de représentation, c'est-à-dire l'espace vécu à travers les images et symboles qui l'accompagnent, donc espace des « habitants », des « usagers », mais aussi de certains artistes et peut-être de ceux qui décrivent et croient seulement décrire : les écrivains, les philosophes. C'est l'espace dominé, donc subi, que tente de modifier et d'approprier l'imagination. Il recouvre l'espace physique en utilisant symboliquement ses objets. De sorte que ces espaces de représentation tendraient (mêmes réserves que précédemment) vers des systèmes plus ou moins cohérents de symboles et signes non verbaux. L'autonomisation (relative) de l'espace comme « réalité » résultant d'un long processus – surtout dans le capitalisme et le néo-capitalisme (d'organisations) – introduit des contradictions nouvelles. Les contradictions de l'espace se découvriront par la suite. Ici seulement s'indique la relation dialectique au sein de cette triplicité : le perçu, le conçu, le vécu. (LEFEBVRE, 2000, p. 49)¹⁴

As questões ideológicas estão presentes no espaço, os simbolismos trazidos para a sociedade através das artes, da mídia e de outros, faz com que esta mesma forme uma pseudo concepção sobre o verdadeiro espaço vivido. Exemplo concreto deste

¹⁴ Tradução: Os espaços de representações, isto quer dizer o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos habitantes, dos usos, mas também de certos artistas e pode ser daqueles que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. É o espaço dominado, portanto atua que tende a modificar e apropriar a imaginação. Ele recobre o espaço físico utilizando simbolicamente seus objetos. De modo que esses espaços de representação estenderiam (mesmas reservas que anteriormente) a volta dos sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais.

A automatização (relativa) do espaço como “realidade” resultante de um longo processo - sobretudo no capitalismo e neo-capitalismo (de organização) introduz contradições novas. As contradições do espaço se descobrirão a seguir. Aqui somente se indica a relação dialética no seio dessa triplicidade: o percebido, o concebido e o vivido.

fato é quando estes simbolismos acabam por se espacializarem. No caso de uma revitalização central, onde a população que habita a periferia desestruturada da mesma cidade vem a se orgulhar por ter sua localidade como possuidora da mais bela estruturada zona central. Esta mesma população que pode enfrentar problemas em seu bairro conforma-se com o fato de habitar uma cidade “bem vista”. No entanto, toda reestruturação foi feita para que se valorizasse a área central, como seus terrenos. As concepções da elite de estruturação do espaço são repassadas para o conjunto da sociedade que, ao introjetar esses valores, passa a difundi-los.

O autor aborda os “espaços de representação” e as “representações do espaço”:

Peut-être fauda-t-il aller plus loin et admettre que les producteurs d'espace ont toujours agi selon une représentation tandis que les « usagers » subissaient ce qu'on leur imposait, plus ou moins inséré ou justifié dans leur espace de représentation (...). S'il est exact que les « habitants » ont un espace de représentation, un curieux malentendu commence à s'éclaircir. Ce qui ne veut pas dire qu'il disparaît dans la pratique sociale et politique. (LEFEBVRE, 2000, p. 54)¹⁵

É possível ver exemplos, em várias cidades, destes espaços de representações. Na cidade de Maringá, um ponto bem visível é o novo centro, no qual toda revitalização se faz com o objetivo de manter o *marketing* da cidade, sua projeção na mídia. Os maiores beneficiados são os proprietários de imóveis na região, sob um processo de transformação espacial que é, em grande parte, financiado por intermédio do poder público local. Os beneficiados têm uma representação consciente do espaço e tentam implantar uma representação espacial que leve à atração de novos investidores, apoiados na especulação imobiliária, ajudando a levar ideologia à população que vive nas zonas periféricas.

¹⁵ Tradução de Ivanete Pereira Martins: Pode ser que falta ir mais longe e admitir que os produtores hoje tenham agido conforme uma representação enquanto os “usos” suportavam o que se impunha, mais ou menos inserido ou justificado no seu espaço de representação(...). Se for exato que os “habitantes” tem um espaço de representação, um curioso mal entendido começa a se elucidar. O que não pode se dizer que ele desaparece na prática social e política”

Outro autor que contribui para as discussões das teorias espaciais é Castells, em seu livro, *A Questão Urbana*, 1977. Ele expõe alguns contrapontos com relações feitas no livro, *A Revolução Urbana*, escrito por seu ex professor, Henry Lefebvre. O autor levanta que:

Considerar a cidade como a projeção da sociedade no espaço é ao mesmo tempo um ponto de partida indispensável e uma afirmação muito elementar. Pois é necessário ultrapassar o empirismo da descrição geográfica, corremos um risco muito grande de imaginar o espaço como uma página branca na qual se inscreve a ação dos grupos e das instituições, sem encontrar outro obstáculo senão o das gerações passadas. Isto equivale a conceber a natureza como inteiramente moldada pela cultura, enquanto toda a problemática social nasce da união indissolúvel destes dois termos, através do processo dialético pelo qual uma espécie biológica particular (particular, porque dividida em classes), o “homem”, transforma-se e transforma seu ambiente na sua luta pela vida e pela apropriação diferencial do produto de seu trabalho.

O espaço é um produto material em relações com outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em relações sociais determinadas, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma ocasião de desdobramento das estruturas social. Portanto, ele não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura sócia, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica. Trata-se então de estabelecer, da mesma maneira que qualquer outro objeto real, as leis estruturais e conjunturais que comandam sua existência e sua transformação, bem como a especificidade de sua articulação com outros elementos de uma realidade histórica.

Isto quer dizer que não há teoria do espaço que não seja parte integrante de uma teoria social geral, mesmo implícita. (“CASTELLS, 1977, p. 181/182”)

A afirmação de produção do espaço pela sociedade é levantada pelo autor como uma descrição que deve ser ultrapassada nas análises. O que Lefebvre chama de primeira natureza, Castells defende que não deve ser pensada como um espaço onde o ser humano tem todas as possibilidades de moldá-la, e, sim, que ele pode lutar para se adaptar, em seu princípio. Adaptação que pode ser a dos tempos primórdios até os tempos contemporâneos, em que a atual sociedade luta para conquistar seu espaço. Isso enfatiza uma realização dialética de mútuas transformações entre homem e espaço, em que um determina o outro, dando como possibilidade a luta. Para parte da sociedade, as batalhas do dia-a-dia não se limitam à luta pela sobrevivência, mas para se buscar melhores condições de vida dentro da sociedade.

Castells traz uma boa contribuição, quando apresenta o espaço como um produto social, decorrente da interação dialética entre cultura e natureza. Uma expressão da combinação de um conjunto histórico com elementos e influências materiais em interação. Um ponto que distingue as afirmações de Castells e Lefebvre, segundo Soja (1990), é a argumentação de Castells de que determinadas relações sociais dão forma, função e importância à estrutura espacial e a todos os outros elementos da combinação. Assim, atribui-se a uma estrutura um papel determinante. Não levando em conta a luta de classes, Lefebvre também chegou a este ponto determinista, mas corrigiu seu discurso. Apesar de sugerir, no decorrer de sua obra, uma análise espacial independente das relações de classe na sociedade urbana, em que busca uma nova organização do espaço, citando como exemplo o que poderia acontecer com o socialismo. As transformações espaciais adquiriram a mesma importância das transformações econômicas fundamentais na concepção marxista

Considera o espaço como uma dimensão da sociedade articulada e transversal a todas as outras. Para Lefebvre, “o espaço, possui, no modo de produção, o mesmo status ontológico que o capital e o trabalho” (GOTTDIENER, 1997, p. 129). Também leva em conta o determinismo abordado por Castells. O autor começa a se corrigir, justamente neste momento de seu discurso que vem a associar a formação de classes às relações sociais e espaciais de produção, levando à “problemática social”, à simultaneidade da divisão social e espacial do trabalho. Não que passe a colocar as relações de classes como premissas básicas de análises, mas a associar e articular, de modo transversal, sempre colocando o espaço como principal objeto de análise.

As afirmações e análises espaciais, vinculadas à luta de classes defendida por Marx, são usadas por Gottdiener (1997), “(...) a análise espacial deve estar vinculada diretamente às transformações da sociedade produzidas pelo esforço de acumulação de capital e pela luta de classes”. Destaca que, para a maioria dos marxistas, é descartada uma “teoria espacial”, colocando como necessária a análise da luta de classes entre capitalistas e trabalhadores. Muitos teóricos espaciais foram criticados por levarem a análise do espaço em primeira instância em relação aos

problemas da sociedade. Entre eles, Lefebvre, por colocar o espaço como centro de tudo, o sujeito das relações.

Discutida são as idéias de Lefebvre, levando a importantes conclusões:

A chave da afirmação lefebvriana constitui em seu reconhecimento uma profunda transformação evolutiva ligada à sobrevivência do capitalismo no século XX. É a isso que ele se refere ao afirmar que estamos num período em que a problemática urbana tornou-se mais decisiva, em termos políticos, do que as questões da industrialização e de crescimento econômico. Em contraste com uma época anterior em que a industrialização e o crescimento econômico, bases da acumulação capitalista, são primordialmente moldados pela e através da produção social do espaço, urbanizado, planejada e orquestrada com crescente poder pelo estado, e que se expande rumo a um abarcamento cada vez maior da população e dos recursos mundiais. Os movimentos sociais urbanos que receberam tamanha atenção contemporânea radicaram-se, essencialmente, na resposta política dos que são subordinados, marginalizados e explorados pelas particularidades desses processo de planejamento espacial cada vez mais global. (SOJA, 1990, p. 119/120).

Destaca o Estado como principal agente produtor do espaço. Neste contexto, as questões políticas passam a ser decisivas nas contradições que se dão neste modo de produção. O espaço social constituído é capaz de moldar o urbano de acordo com o modo de produção capitalista. O espaço é produzido pelas relações que se dão a favor de uma classe dominante. Ela é menos atingida pelas contradições e fragmentações espaciais, porém não escapam de viver o caos urbano.

Fica claro desse modo, que o espaço é social, logo, produzido pela sociedade, apesar de esta produção ser uma luta constante entre sociedade e natureza. Os que estão inseridos em determinadas escalas da sociedade (classe média/alta) tendem a se sobressaírem na luta dialética de contradições e conseguem condições melhores de habitar o espaço. As classes que se estabelecem nos mais baixos níveis desta escala têm a possibilidade de amenizarem seus conflitos ao utilizar o espaço? Se isso acontecer, até que ponto pode ir a interferência na produção espacial?

Lefebvre levanta que os movimentos sociais passam a adquirir importância no momento em que os que estão subordinados ao sistema começam a ir a luta. Já que

o Estado atua como produtor do espaço e as questões políticas são importantes ferramentas em jogo, esta classe tem que se organizar para que o Estado passe a direcionar seu olhar a outras vertentes. Não que se vá mudar as estruturas de produção, mas que tome uma direção para o planejamento social, diminuindo as desigualdades. A organização da população é a forma mais condizente para que se possa interferir neste modelo segregado que produz o espaço.

Para esta pesquisa, são importantes as contribuições de Lefebvre. Não que se concorde com todas suas afirmações, mas o modo como mostra a dialética espaço /sociedade é propícia para entender como e até que ponto a dinâmica social pode interferir no espaço. A partir da abordagem da luta de classes, Lefebvre conclui:

La lutte des Classes ? Elle intervient dans la production de l'espace, production dont les classes fractions et groupes de classes, sont les agents. La lutte de classes, aujourd'hui plus que jamais, se lit dans l'espace. A vrai dire, seule elle empêche l'espace abstrait de s'étendre à la planète en gommant littéralement les différences ; seule elle a une capacité différentiante, celle de produire des différences qui ne soient pas internes à la croissance économique considérée comme stratégie, « logique » et « système » (différences induites ou tolérées). Les formes de cette lutte sont beaucoup plus variées que jadis. En font partie, bien sur actions politiques des minorités. (LEFEBVRE, 2000, p.67/68, grifo nosso)¹⁶

Coloca a luta de classes como interventora no processo de produção do espaço, como agente. Não coloca essa luta como ponto principal de análise, já que este, em sua concepção, continua sendo o espaço. Mas é nessa transversalidade de conceitos que levanta a possibilidade que surge dentro das contradições de relações espaciais. Contudo não se deve desviar do foco de que as ações políticas das minorias podem favorecê-las. Dentro desta perspectiva é possível reforçar a possibilidade de essas minorias poderem interferir neste modo de produção capitalista que as expropria. A luta pode ser não só em uma grande escala possível de transformar toda sua estrutura, mas em uma pequena escala de abrangência,

¹⁶ Tradução Ivanete Pereira Martins: A luta das classes? Ela intervém na produção do espaço, produção cujas classes, frações e grupos de classes, são os agentes. A luta de classes, hoje, mais do que nunca, se lê dentro do espaço. A verdade dita, só ela impede o espaço abstrato de se estender ao planeta, apaga literalmente as diferenças, sendo que só ela tem uma capacidade diferencialmente, aquela de produzir as diferenças que não sejam internas no crescimento econômico considerado como estratégia “lógica” e “sistêmica”(diferenças induzidas ou toleradas). As formas desta luta são muito mais variadas que outrora. E fazem parte sobre as ações políticas das minorias. (grifo nosso)

tomando um bairro como exemplo. Para que haja a luta, a organização é imprescindível. A escala de atuação vai depender do nível de organização, bem como dos objetivos pleiteados.

Para que a classe subordinada venha a interferir no espaço de modo que mude grande parte de seu sistema de produção, tem que haver revolução. Não é aqui objetivo levar à discussão de revolução, não se quer levantar transformação total do modo de produção. Mas demonstrar que, através de um modo organizado, a classe sofredora com problemas espaciais pode fazer pequenas interferências no meio em que vive, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida. Estas interferências podem ir desde pequenas transformações espaciais, ou, até mesmo, intervenções políticas no maior agente produtor, o Estado, com o objetivo de conseguir mudanças espaciais locais que podem ir para uma escala maior e se expandir pela cidade.

2.2 O associativismo no espaço habitado

De acordo com o abordado, o associativismo pode-se manifestar à medida que é estimulado. Foram abordadas, no decorrer da discussão, as três formas de estímulo ao associativismo mais aceitas aqui. Dentro da pesquisa, será abordado o terceiro modo, em que o estímulo aparece em determinada localidade pelo modo de produção espacial aplicado, seria o não contentamento das pessoas com a espacialidade em que habita.

A espacialidade a ser trabalhada, as cidades de Sarandi e Paiçandu, e a segregação socioespacial dentro de um aglomerado urbano já foram aqui enfatizadas. Dentro destes problemas espaciais, a sociedade que o habita pode se unir com o objetivo de pleitear as melhorias. A produção planejada da cidade de Maringá determina a produção do espaço nas cidades estudadas. Não se tem por objetivo pregar o determinismo exagerado de Ratzel e, sim, concordar com as afirmações:

O que se criticou muito em Ratzel - e também, ou principalmente, em autores que se proclamavam como seus discípulos, como a geógrafa norte-americana Ellen Semple - foi um determinismo exagerado e estreito, que não buscava causas complexas e sim uma única ou unilateral, que via apenas a importância do meio físico para a sociedade e não valorizava a criação humana em si, a tecnologia e a (re)produção da natureza. Mas a crítica a esse determinismo estreito - ou visão unilateral, como preferimos - considerou toda a busca de determinações como equivocada, algo absurdo e sem sentido do ponto de vista científico. (VESENTINI, 2003, p.2)

Segundo Vesentini (2003) "(...) até mesmo em Marx podemos encontrar "determinações" em um acontecimento ou de um processo, aquele conjunto de fatores que o originaram ou que o explicaram". Dentro dessas afirmações, é possível afirmar as de acontecimentos históricos - temporais, que determinaram, conjuntamente, a produção do espaço da cidade de Maringá e, conseqüentemente, nas cidades de Sarandi e Paiçandu, como se viu no capítulo um.

Em uma primeira análise pode-se cometer o erro de concluir que a contestação por melhorias em tal espaço se caracteriza por um embate com o Estado, não tendo ligações com o associativismo, o que não é verdade. Por meio das primeiras observações de campo realizadas, foi possível constatar que as reivindicações de transformações espaciais têm, em grande parte, ligação direta com as associações comunitárias de bairro. Como se verá no capítulo 3.

Quanto à escala de alcance de uma sociedade organizada, já está claro que ela pode variar. É sim possível que a interferência por parte da sociedade no espaço aconteça em uma pequena escala. Concorde-se com Lefebvre, quando assume que as lutas fazem parte das ações das minorias, que frações e grupos de classes também são agentes, ou seja, também podem interferir na produção do espaço.

O modo de produção capitalista está longe de ser mudado em sua estrutura, mas a população tem a possibilidade de interferir e modificá-lo. O espraiamento do capital social estimulado pela desestruturação espacial pode elevar ao associativismo, movimento que, à medida que cresce aumenta sua espacialidade de atuação e, conseqüentemente, a escala de possibilidades de interferência da sociedade no espaço.

Sem sombra de dúvidas, o capitalismo foi o principal responsável pela formação da espacialidade segregada estudada. Ao associativismo como possibilidade de interferência das minorias no espaço, coloca-se o espaço como objeto e sujeito central da análise, já que Lefebvre destaca que as minorias também podem atuar nesta interferência espacial, através do embate com as forças sociais e com o próprio Estado.

3 - A PRESENÇA DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE BAIROS NOS MUNICÍPIOS DE SARANDI E PAIÇANDU – PR

Para diagnosticar como a população de Paiçandu e Sarandi ameniza o processo de segregação socioespacial, cabe analisar um tipo de associativismo do qual quase toda a população participa, as associações comunitárias de bairros. Este é um tipo de associativismo que se dá de forma horizontal, pois além de todos terem voz ativa nas reuniões, trazendo os problemas comuns, existem associações que vão além, interferindo na espacialidade de toda a cidade. Atuam de modo direto no espaço, conseguido conquistas de equipamentos.

De acordo com Sunkel (2003) esta é uma possibilidade de associativismo que surge entre os pobres para a luta contra a segregação:

“El segundo punto es que el tema del capital social representa una visión positiva de la capacidad de la gente para superar las limitaciones debilitantes de la pobreza. Esta visión supone que los pobres tienen el potencial de atenuar esas desigualdades por medio de sus iniciativas personales de autoayuda (creación de redes), utilizando sus relaciones sociales para compensar su carencia de capital humano o material (enfoque de capital social) y mediante la organización colectiva.”(SUNKEL, 2003, p.307).

A possível criação de capital social com o impacto dos problemas socioespaciais pode gerar redes de associativismo. E, dentro destas segundo o autor:

Existe una multiplicidad de iniciativas asociativas, principalmente vinculadas a la gestión comunitaria de servicios básicos no provistos adecuadamente por el Estado. Éstas se materializan en grupos reducidos con objetivos de alcance también limitado, que interesan directamente a los asociados o bien a su entorno inmediato. Tales grupos, a diferencia del decenio anterior, son distintos unos de otros en sus orientaciones y formas de organizarse, no están asociados entre sí, ni mantienen una referencia activa a proyectos mayores, ni en el plano político ni en el territorial. (SUNKEL, 2003, p.322)

Dentro destas multiplicidades associativas que o autor cita, enquadram-se as associações comunitárias de bairros. No entanto, como se pode diagnosticar, as de Sarandi e Paiçandu mantêm relações de associativismo entre si, o contrário do que

afirma o autor, algumas expandindo seu raio de atuação para fora dos respectivos bairros.

Abordando o capital social dentro do associativismo, é levantado que:

La primera dimensión se refiere al capital social entendido como una capacidad específica de movilización de determinados recursos por parte de un grupo; la segunda, se remite a la disponibilidad de redes de relaciones sociales. En torno de la capacidad de movilización convergen dos nociones especialmente importantes, como son el liderazgo y su contrapartida, el empoderamiento. (ATRIA, 2003, p.582).

O autor vem lembrar e dar contribuições para se levantar a importância e a possibilidade de aferir o capital social, bem como o associativismo através das associações de bairros nas duas cidades abordadas, pois é uma das dimensões do capital social a mobilização de recursos por parte de um grupo, dentro de uma rede de relações sociais. Presume-se que os dados levantados na pesquisa das associações de bairros dão conta de abordar como anda o capital social e, conseqüentemente, o associativismo.

O passo seguinte da pesquisa foi levantar como anda o associativismo junto às associações comunitárias de bairros, em Sarandi e Paiçandu. As duas cidades são o principal objeto de estudo. Segregadas perante o município pólo da Região Metropolitana de Maringá, têm o associativismo como possibilidade de amenizar alguns de seus problemas socioespaciais. Feita a exposição dos dados de forma comparativa entre Sarandi e Paiçandu será possível verificar em qual das duas cidades as associações comunitárias trazem mais benefícios para os respectivos bairros. Além dos gráficos, poderá ser visto de forma clara, através da espacialização nos mapas, nos quais finalmente, será verificado, de forma proporcional ao número de habitantes, em que intensidade tem atuado este associativismo no espaço segregado abordado.

O município de Sarandi conta com 27 associações de bairros. Todas elas são ligadas à UNISAN, União das Associações Comunitárias de Bairros de Sarandi. Dentre elas, foram realizadas entrevistas com 25 presidentes de associações. A

Associação Comunitária do Jardim Santana ficou sem representatividade, não foi possível encontrar o diretor. A Associação Comunitária do Distrito do Vale Azul também ficou fora da representatividade. Das 25 associações abordadas, 7 dos cargos de presidente são ocupados por mulheres, os 18 restantes, por homens. Todos possuem mais de 40 anos de idade. Quanto ao tempo de existência, 10 associações já existem há mais de quinze anos, 14, há mais de 4 anos, e apenas uma tem menos de 4 anos de existência.

O município de Paiçandu possui 17 associações de bairros e todas estão reunidas na UNIPAN, União das Associações de Bairros de Paiçandu. Dentre elas, pode-se constatar, segundo o presidente da UNIPAN, que somente nove estão em atividade, as demais se apresentam abandonadas. Para que fosse diagnosticado como está o trabalho destas nove associações, consideradas ativas, foi aplicado o mesmo questionário de Sarandi. Escolheu-se uma, dentre as inativas, para se ter certeza de tal situação, pois, segundo o presidente da UNIPAN, das inativas, todas estão na mesma situação: totalmente paradas. Foi constatado que, realmente, tal associação se encontrava sem exercer as atividades, as reuniões não aconteciam. Quanto ao perfil dos entrevistados em Paiçandu, são, em sua maioria, do sexo masculino, 7, e o restante do sexo feminino. Todos apresentam mais de 40 anos de idade. Nove das entrevistas foram feitas com os presidentes das associações e uma com um componente da diretoria de sua associação. Perguntado há quanto tempo existem as respectivas associações, constatou-se que todas existem há mais de dez anos, algumas se aproximam dos vinte anos.

Serão apresentados, neste momento, os resultados obtidos nos questionários, compostos por 13 questões, expondo-os em forma de gráficos, ou dados e/ou mapas, de modo que cada questão seja abordada de forma conjunta entre Sarandi e Paiçandu, para que, assim, sejam comparados os dois municípios.

O gráfico 6 levanta a infra-estrutura disponível nas associações dos respectivos municípios:

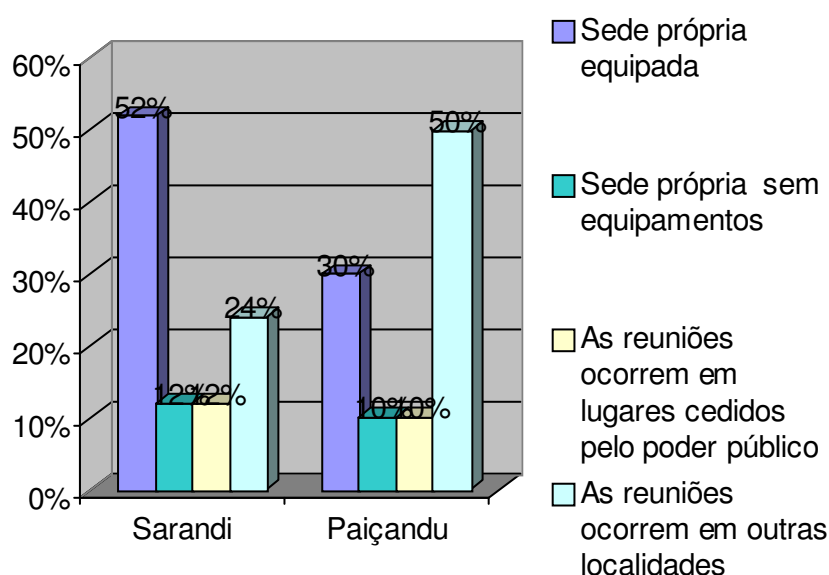


Gráfico 1 - Infra-estrutura disponível para funcionamento da associação, Sarandi e Paiçandu-2006.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006/2007. Organizador: Juliano Alves Silva

Em Sarandi, entre os 25 entrevistados, a maioria dos presidentes informou que as associações têm sede própria equipada, 52%, seguido de 24% que dizem que as reuniões ocorrem em outros lugares, portanto não têm sede própria, e 11% que relataram reunir-se em lugares cedidos pelo poder público, os outros 11% restantes têm sede própria mas sem equipamentos. Quanto aos lugares em que acontecem as reuniões, no caso de não possuírem sede, a maioria diz que o local passa a ser a casa do presidente, outros dizem que aproveitam as reuniões que acontecem na igreja, já que toda diretoria a frequenta.

Em Paiçandu, dos 10 entrevistados, 50% disseram que as reuniões ocorrem em outras localidades, pois não têm sede própria, eles se reúnem na casa do presidente. Um entrevistado relatou que a sede está em construção. Apenas 30% das associações entrevistadas têm sede própria equipada. Uma outra associação tem sede própria mas sem equipamentos, outra faz suas reuniões em locais cedidos, geralmente, pelo poder público. Levantado a infra-estrutura, observa-se, proporcionalmente, que as associações de Sarandi estão melhor servidas, possuem mais sedes equipadas em relação à Paiçandu. Pode ser um indicativo de que esse tipo de associativismo está melhor estruturado em Sarandi.

O gráfico 2 aponta como está a documentação das associações:

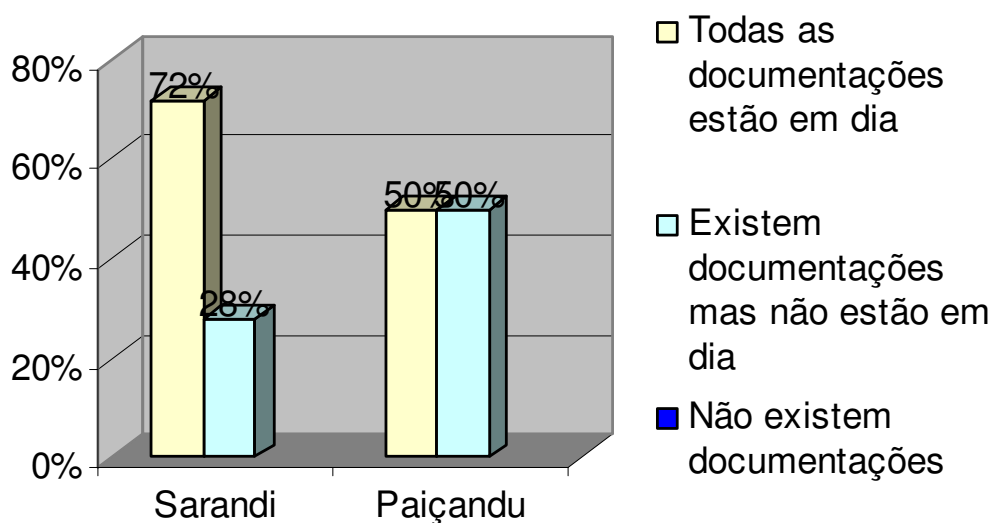


Gráfico 2 – A institucionalização das associações, Sarandi e Paiçandu-2006.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006/2007. Organizador: SILVA, Juliano Alves.

Em Sarandi, 72% das associações estão com toda a sua documentação em dia, seguido dos 28% que dizem possuir documentações, mas que não estão totalmente regularizadas. Dentre os que não estão totalmente com documentação regularizada, alguns citam que o CNPJ não está liberado, pois a associação está endividada. Documentações que deveriam ter sido pagas por gestões administrativas anteriores estão atrasadas.

Nas associações de Paiçandu, 50% estão com a toda documentação regularizada, restando 50% que têm documentações irregulares, devido à falta de quitação da RAIZ e/ou atualização de algum outro documento.

A questão da regulamentação da documentação é muito importante, não estando regularizadas, é impossível as associações encaminharem projetos junto aos órgãos governamentais, para que sejam feitas melhorias nos bairros. Novamente, o município de Sarandi superou Paiçandu, tem mais entidades com documentações regularizadas. Teoricamente, pode elaborar mais projetos, obtendo mais benefícios para seus bairros.

O gráfico 3 aborda as questões das reuniões entre os moradores:

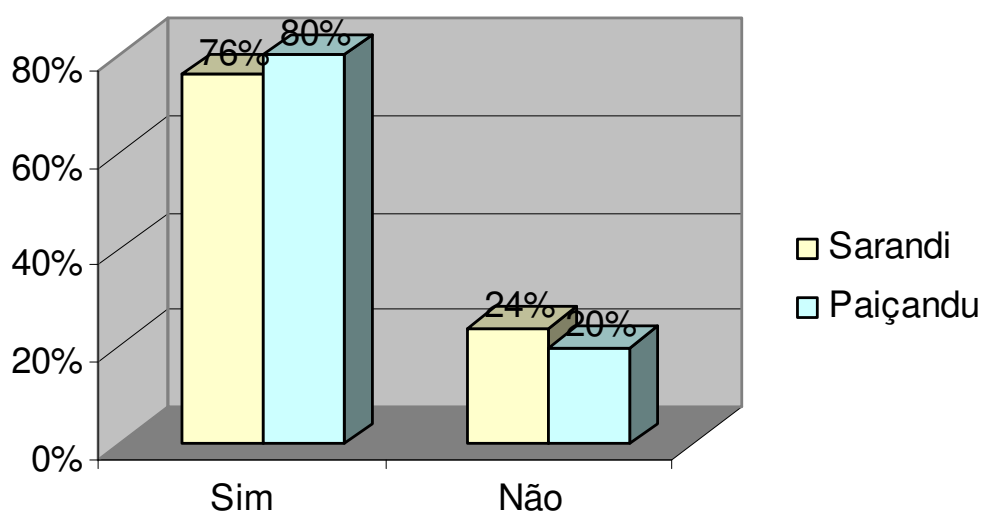


Gráfico 3 - Realização de reuniões para discussão dos problemas, Sarandi e Paçandu -2006.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006/2007. Organizador: SILVA, Juliano Alves.

Dos entrevistados de Sarandi, 76% dizem que costumam se reunir para discutir os problemas do bairro, ouvindo diversas opiniões que os levem a traçar um rumo para melhorias em comum. Enquanto que os 24% restantes dizem que suas associações não estão se reunindo.

No caso de Paçandu, 80% dos presidentes disseram estar havendo reuniões entre os membros das associações, 20% disseram não estarem se reunindo.

No gráfico 3, aparecem fortes evidências das associações que estão com suas atividades quase paradas, pois as reuniões não vêm acontecendo. Mesmo não ocorrendo reuniões mais amplas, as entidades têm funcionado por meio de suas diretorias, mas fica claro que este funcionamento não se dá de modo que prime pelo associativismo, já que não tem como tomar decisões coletivas sem que as reuniões aconteçam. Os demais gráficos poderão enfatizar mais essa evidência. Como no gráfico 4, no qual se procurou levantar se as associações têm feito algum tipo de promoção, ou qualquer empenho para a arrecadação de recursos.

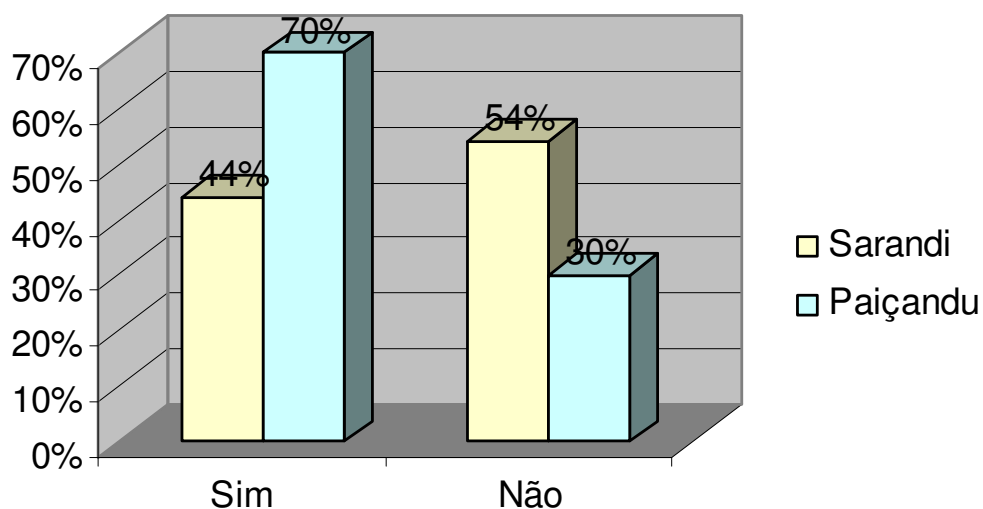


Gráfico 4 - Promoções realizadas para a arrecadação de recursos, para melhorias coletivas, Sarandi e Paçandu - 2006

Fonte: Pesquisa de Campo 2006/2007. Organizador: SILVA, Juliano Alves.

Em Sarandi, 44% dos presidentes entrevistados afirmaram que suas associações realizam certos tipos de promoções para arrecadarem recursos, os 54% que restaram disseram não realizarem. Os tipos de promoções mais citados são: festas, bailes, bingos, torneios de futebol, festas tradicionais dos meses de junho e julho e, ainda, obtêm recursos com o aluguel do salão para os mais diversos fins. Os que não realizam festas justificam que, se fizessem teriam que prestar contas junto à comunidade, e seria difícil de fazer entender, ou ainda que é muito complicado organizar as pessoas.

Em Paçandu, 70% dos entrevistados dizem realizar promoções, enquanto que 30% não as fazem. As promoções mais realizadas são: Bailes, festas tradicionais do mês de junho e julho, jantares e bingos. Os que não fazem não se justificaram.

Levantar este ponto é muito importante para aferir as características deste tipo de associativismo, visto que é uma maneira de se adquirir recursos sem depender do poder público. É uma força que parte de dentro do bairro, através da união, os moradores podem adquirir equipamentos físicos que levem à melhorias no espaço em que habitam. Essa é uma das formas de associações de bairros pesquisadas

conseguirem amenizar os impactos socioespaciais. E nota-se que, em Sarandi, fica dividida esta questão, enquanto que, em Paçandu, a grande maioria das associações vem praticando as promoções para captar recursos.

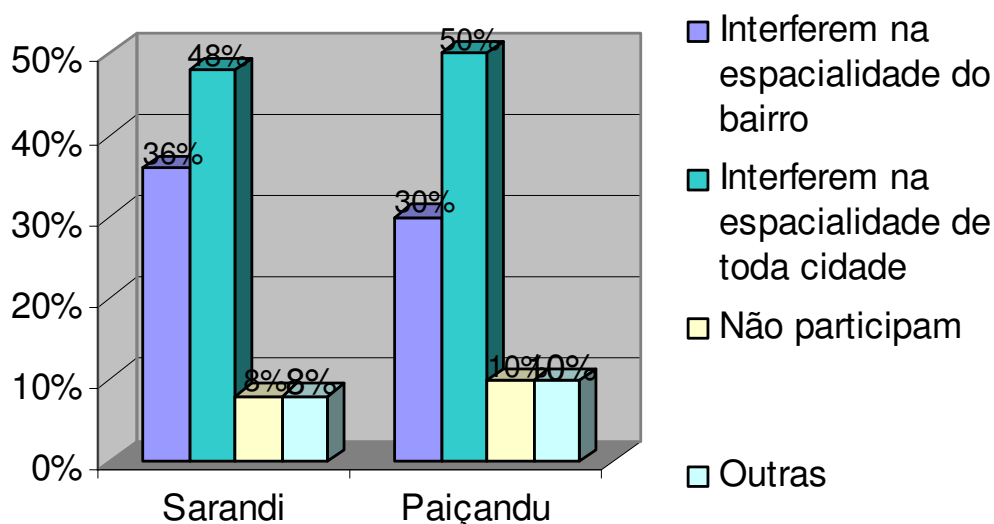


Gráfico 5 - Grau de interferência das associações de bairros nas questões locais, Sarandi e Paçandu-2006.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006/2007. Organizador: SILVA, Juliano Alves.

O grau de interferência das associações, levando em conta as questões locais ou municipais, pode ser vista no gráfico 5. Em Sarandi, quando abordado o grau de envolvimento das associações quanto às questões locais, observa-se que a maioria, 48%, procura interferir na espacialidade de toda a cidade, a participação ocorre para resolver os problemas de toda a cidade, quando se discute as reivindicações e projetos a espacialidade levantada é a cidade toda. Seguido de 36% dos entrevistados, que participação para resolver os problemas do bairro, 8% não participam, são as associações que estão em fraca atividade, outros 8% dizem participar de outras formas.

Em Paçandu a maioria, 50%, também diz procurar interferir na espacialidade de toda a cidade, seguido de 30% que dizem discutir apenas problemas do bairro, 10% que dizem se envolver de outra forma, e 10% que correspondem a uma associação que não participa.

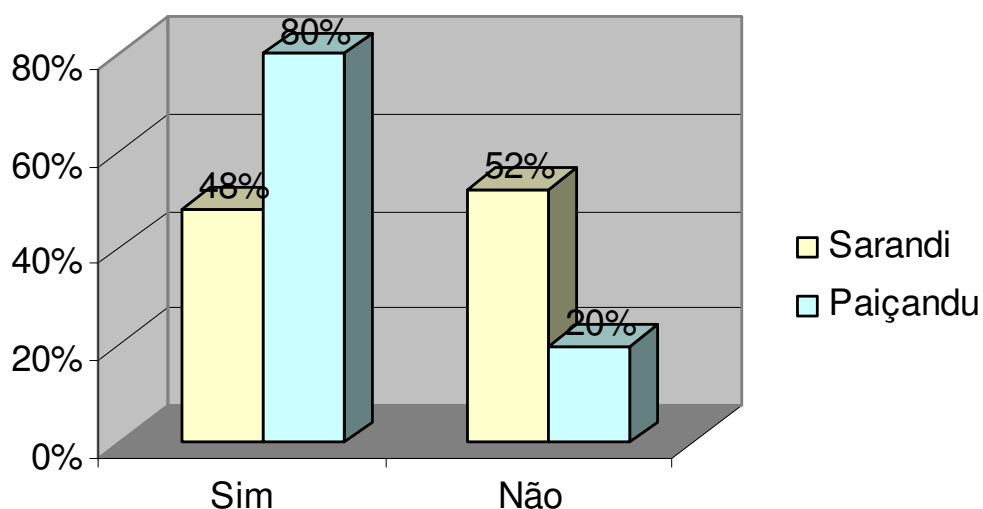


Gráfico 6 - Participação nos conselhos gestores de políticas públicas, Sarandi e Paiçandu-2006.

Fonte: Pesquisa de Campo 2006/2007. Organizador: SILVA, Juliano Alves.

Quanto a fiscalizar as decisões tomadas pelo executivo, o gráfico 6 pode mostrar se os membros das associações têm participado dos conselhos gestores de políticas públicas, um dos modos oficiais de participar da fiscalização.

Em Sarandi, a maioria, 52%, disse que os membros não costumam participar dos conselhos, enquanto que os 48 % restantes participam. Os conselhos citados como freqüentados por parte dos membros das associações de Sarandi são: Conselho da Saúde, de Segurança e da mulher. Alguns dos que não participam justificam que, às vezes, são convidados, mas as reuniões não condizem com os horários de disponibilidade, e outros, até mesmo, não são convidados. Nota-se que saúde e segurança são os mais acompanhados. O fato de a população do município depender muito da saúde pública faz com que desperte o interesse. Do mesmo modo, em áreas em que a segurança é precária, os membros das associações acabam acompanhando o Conselho de Segurança em busca de soluções. É uma maneira de fiscalizar as decisões, mas que, talvez, não esteja clara para os entrevistados.

O município de Paiçandu tem uma participação proporcionalmente maior dos membros das associações de bairros nos conselhos gestores, com relação à

Sarandi, 80% dos presidentes entrevistados dizem que os membros das associações acompanham. Os conselhos citados são: Conselho de Assistência Social, Saúde, Meio Ambiente e Segurança. O que destaca ainda mais Paçandu com uma maior nos conselhos gestores por parte dos membros das associações

O gráfico de 7 aborda se os membros da entidade se organizam para acompanhar a elaboração do plano diretor, o que interfere diretamente na espacialidade por eles habitada. Seria muito importante esse acompanhamento, as diretrizes aprovadas poderiam trazer benefícios para os respectivos bairros. No município de Sarandi, a maioria das entidades, 64%, não se têm organizado para acompanhar a elaboração do plano diretor, o restante, 36%, disseram que suas associações têm acompanhado. Dentre estes, a maioria relatou que a presença da comunidade nas reuniões tem se dado mais como ouvintes, não expondo suas opiniões. Enquanto que, em Paçandu, 50% dos entrevistados dizem participar e outros 50% não participam. Porém a participação se dá do mesmo modo que em Sarandi, os moradores ficam como ouvintes.

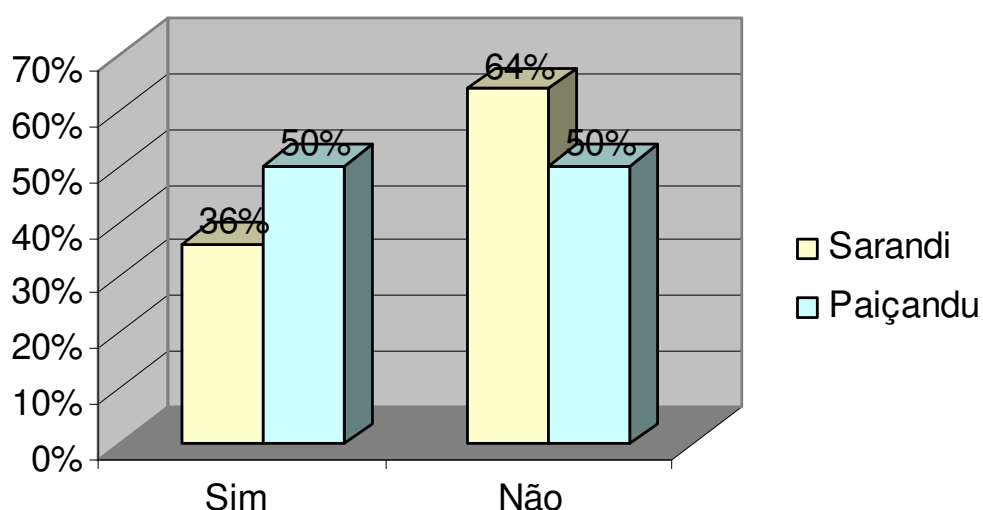


Gráfico 7 - Acompanhamento da realização do plano diretor, Sarandi e Paçandu-2006.

Fonte: Pesquisa de Campo 2006/2007. Organizador: SILVA, Juliano Alves.

Os gráficos 5, 6 e 7 permitem observar a participação das entidades quando se trata de pensar a cidade como um todo e não somente o bairro em que habitam. É importante levantar tal aspecto, o que acontece nos bairros é reflexo da dinâmica de

toda a cidade, bem como a aglomeração urbana em que as duas estão inseridas. Observando o gráfico 5, conclui-se que os entrevistados consideram participar de atividades que discutem os problemas em uma escala que aborda toda a espacialidade da cidade. O que contrasta com o gráfico de 6, no qual é levantada a participação dos membros nos conselhos gestores, principalmente, em Sarandi, onde a maioria diz não participar. Em Paiçandu, a maioria dos dirigentes diz que as associações estão participando, mas que o fazem como ouvintes nas reuniões.

Vai se delineando, através da análise destes três gráficos, uma fraca participação dos membros das associações na fiscalização ao poder público, principalmente, quando esta se dá de forma oficial, buscando o acompanhamento através de reuniões junto aos setores públicos. É o que vem a ser complementado observando o gráfico 7, quanto à organização da associação para o acompanhamento do plano diretor. É baixa a participação, principalmente em relação à Sarandi. Em Paiçandu, somente 50% dos entrevistados dizem participar.

Dentro de tal análise, é possível afirmar que, apesar de algumas associações se organizarem para discutirem os problemas de toda a cidade, em sua maioria, não se têm organizado para acompanhar, de forma oficial, as decisões tomadas pelo poder público. O que poderiam fazer através do acompanhamento dos conselhos gestores ou das reuniões de definições a serem implementadas através dos planos diretores.

No entanto, como se vê, apesar de não acompanharem tais decisões de modo oficial, as associações estão atuando em sua espacialidade e têm ajudado outras. Como é o caso do direcionamento de recursos obtidos através de projetos, algumas recebem os benefícios através de outras associações que estão com a documentação todas legalizadas para encaminharem os projetos.

Apesar de o associativismo não se ter desenvolvido ao ponto de interferir de forma oficial nas mais importantes decisões do poder público, como o planejamento total da cidade, ele já tem forças para conseguir equipamentos na luta para melhorar a qualidade do espaço. A manifestação da força associativista é evidente, como existe e está sendo usada, pode se desenvolver e chegar a interferir de modo mais contundente nas decisões do poder público de cada localidade abordada.

Como já apontado, a realização de promoções para arrecadação de recursos é uma forma de as associações obterem melhorias, no entanto, não é a única forma que foi relatada. O outro modo que foi levantado está explicitado no gráfico de 8, são as questões do encaminhamento de projetos, com o objetivo de se conseguir alguma melhoria nos bairros.

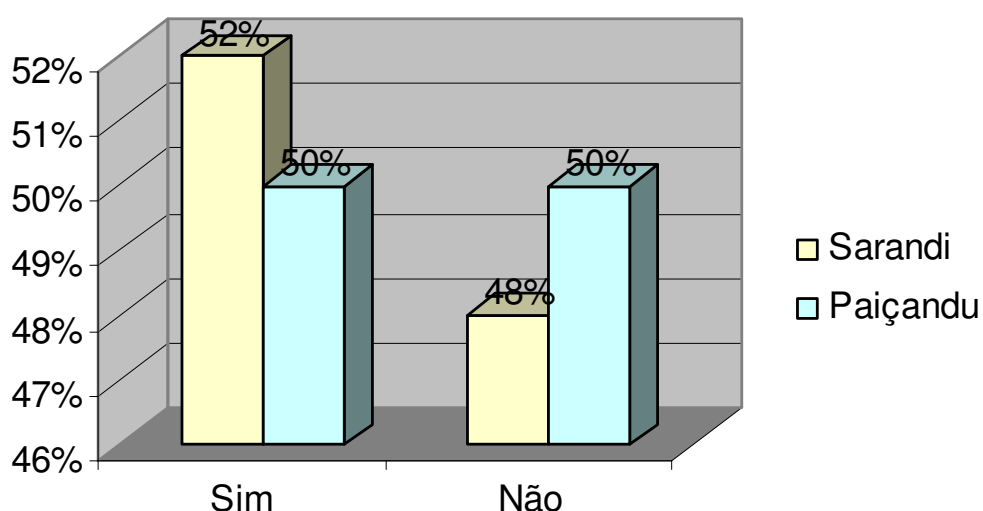


Gráfico 8 - Encaminhamento de projetos, Sarandi e Paiçandu-2006.

Fonte: Pesquisa de Campo 2006/2007. Organizador: SILVA, Juliano Alves

Os presidentes das associações de Sarandi, em sua maioria, 52%, disseram que têm encaminhado projetos para receberem algum tipo de melhorias nos bairros, os outros 48% restantes disseram que não têm encaminhado. Quanto à Paiçandu, as associações ficam bem divididas, 50% dizem que têm encaminhado projetos, enquanto que o restante não tem encaminhado. Ressalta-se aqui que entre as reivindicações nem todas foram feitas através de projetos, segundo os entrevistados os ofícios são usados quando o caso é mais simples, como limpeza de ruas e conserto de iluminação pública, por exemplo. Em casos em que se exige uma maior pressão por parte das comunidades é utilizado o abaixo assinado e a negociação em forma de pressão junto ao poder público municipal.

Em um dos casos, foi possível acompanhar o processo de reivindicação. É o caso da pavimentação asfáltica no bairro Parque Industrial e Residencial Bela Vista de

Paiçandu, este possui uma população aproximada de 5000 habitantes, têm uma luta intensa que já se arrasta por anos e que vem pressionando o poder executivo, que deixava em, 2006, vir à tona a possibilidade de se fazer o asfalto naquele bairro no ano de 2007. Na visão das lideranças associativistas, o prefeito está segurando a obra, que já poderia ter iniciado, para poder ser beneficiado. Afirmam que há espera, devido à aproximação das eleições para o executivo. A possibilidade bem concreta de ser realizada a pavimentação, segundo as lideranças associativistas do bairro, só vem à tona pela pressão que a associação daquele bairro vem fazendo em cima do executivo. Comprovando-se a evidência de que o associativismo está influenciando o espaço. Segundo os membros desta associação, se não houvesse a mobilização por parte dos moradores as chances de o asfalto ser construído seria praticamente nula.

Quanto as reivindicações, vistas nos quadros 1 e 2, as associações de Sarandi têm feito mais reivindicações, além de possuir um número maior de associações devido a sua dinâmica espacial, como já foi observado. Proporcionalmente, à Paiçandu ela também possui um maior número de associações com as documentações regulamentadas. O que possibilita a ela encaminhar mais projetos e, conseqüentemente, um maior número de reivindicações. Para pleitear grandes equipamentos para o bairro, como creches ou quadras poliesportiva, a maior chance é através dos projetos.

As reivindicações são realizadas na busca para amenizar os problemas socioespaciais e conseguir uma melhor qualidade de vida. Como abordado:

La búsqueda de un espacio propio para vivir va aparejada con la búsqueda de soluciones en materias de interés común, fundamentalmente en la provisión de servicios básicos. En este sentido, un segundo eje que incorporan las iniciativas asociativas de base poblacional es el tema de la calidad de vida. Los proyectos en que participan los sectores populares tienen como uno de sus propósitos centrales mejorar las condiciones de vida de su entorno local, en un contexto de escasez de recursos y de programas de mejoramiento. Los proyectos se refieren a cuestiones tales como: la construcción de multicanchas, plazas y áreas verdes, juegos infantiles, y otros. (SUNKEL, 2003, p.324).

A relação das reivindicações presentes nos quadros 1 e 2 com o gráfico 7 evidencia que as associações de Sarandi, por terem mais entidades com a documentação regular, têm feito um maior número de projetos e reivindicações. O que se comprova quando se analisam as respostas do questionário. O fato de as associações de bairros estarem ligadas a uma outra associação, como já foi abordado, à UNISAN, em Sarandi, e, à UNIPAN, em Paiçandu, faz com que no caso de Paiçandu, alguns bairros consigam contornar o problema da documentação. Depois de reuniões de todas as associações, realizadas pela UNISAN, concluíram que os projetos poderiam ser enviados pelas associações que estivessem com a documentação em dia, mas que porém estes, se efetivados, também pudessem ser direcionados para aquelas que não estavam com a documentação regular. Dentro deste caso, através da Associação do Bairro Bela Vista, foi possível reivindicar, em forma de projetos, 10 hortas comunitárias. Evidencia-se que o associativismo surte efeito naquele município.

As principais conquistas e benefícios das associações de bairros de Sarandi e Paiçandu podem, também, serem notadas nos quadros de número 1 e 2. Foram importantes as conquistas, destacando-se o município de Sarandi como o que mais obteve benefícios. Conforme foi apontado no item metodologia, na figura 1, página 24.

Quadro 1 – Associação comunitária de bairros consultadas – Sarandi – 2006/2007.

	Reivindicações realizadas	Projetos conquistados	Nível de atividade
Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Triângulo	Construção do salão sede, cascalhamento de ruas, quadra de esportes, Busca de projeto social junto ao Cesumar.	Construção do salão sede, cascalhamento de ruas.	Média Atividade= 3,00
Associação de Moradores e Amigos do Jardim Novo Independência 2º Parte	Conserto e asfaltamento de ruas, iluminação pública.	Asfaltamento de ruas, iluminação pública.	Média Atividade= 2,75
Associação de Moradores e Amigos Parque São Pedro	Construção de praça, travessia asfaltada para Maringá, asfaltamento de ruas, construção de creche.	Construção de praça, travessia asfaltada para Maringá, Asfaltamento de ruas, construção de creche.	Forte Atividade= 5,00
Associação de Moradores do Jardim Nova Aliança	Iluminação pública; desenvolvimento de projetos em áreas sociais, implantação de curso gratuito de informática, conserto de ruas.	Implantação de curso gratuito de informática, alfabetização de idosos, conserto de ruas.	Forte Atividade= 4,00
Associação de Moradores do Jardim Verão/ A união faz a força	Asfaltamento das ruas, construção de creche e quadra poliesportiva.	Construção de quadra poliesportiva.	Fraca Atividade= 1,75
Associação de Moradores do Conjunto Floresta	Iluminação pública, reativação de colégio.	Iluminação pública, reativação de colégio.	Média Atividade = 2,5
Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Sarandi I	Asfaltamento de ruas, cascalhamento de ruas, reativação de escola.	Asfaltamento de ruas, cascalhamento de ruas, reativação de escola.	Forte Atividade= 3,75
Associação de Moradores do Jardim Panorama	Asfaltamento de ruas, conserto de ruas, obras na divisa, reformas em salas de aula, construção de contorno.	Construção de contorno.	Média Atividade=2,25
Associação de Moradores do Jardim Independência 3º parte.	Reforma do salão comunitário, construção de quadra coberta	Construção de quadra coberta.	Fraca Atividade= 1,25

Quadro 1 – Continuação...

	Reivindicações realizadas	Projetos conquistados	Nível de atividade
Associação de Moradores do Jardim Independência 1º Parte	Melhoria da limpeza pública, escoamento pluvial, atividades esportivas no bairro		Fraca Atividade= 0,75
Associação de Moradores e Amigos do Jardim Novo Bertoga	Linha de Ônibus, melhoria na segurança, cascalhamento de ruas.	Linha de ônibus	Fraca Atividade= 1,25
Associação de Moradores do Jardim Primavera e Prima Verão	Manifestação contra fábrica que tinha chaminé irregular, projetos em áreas sociais.	Modificação de chaminé de fábrica, realização de projetos em áreas sociais.	Média Atividade = 3,00
Associação de Bairro e Moradores do Centro e do Jardim Europa, Bela Vista e Perimetral Sul	Não tem realizado	Não tem realizado	Desativada =00
Associação de Bairro do Jardim Esperança	Cascalhamento e asfaltamento de ruas, arborização e roçadas no bairro.	Cascalhamento e asfaltamento de ruas.;	Média Atividade= 2,75
Associação de Moradores do Jardim das Flores	Asfaltamento de ruas; iluminação pública, construção de sede.	Terreno para construção de sede	Fraca Atividade= 1,75
Associação de Moradores e Amigos do Parque Alvamar	Construção de creche, projeto na área social, regularização do posto de saúde.	Regularização do posto de saúde.	Fraca Atividade =- 1,75
Associação de Moradores e Amigos do Novo Independência 1º Parte	Horta comunitária, cozinha comunitária, construção de campo de malha, biblioteca comunitária, aulas gratuitas de capoeira.	Construção de campo de malha, aulas gratuitas de capoeira.	Média Atividade = 2,75
Associação de Moradores e Amigos do Jardim das Torres	Cascalhamento de ruas; horta comunitária; construção de campo de futebol.	Cascalhamento de ruas; construção de campo de futebol.	Média Atividade = 2,75

Quadro 1 – Continuação...

	Reivindicações realizadas	Projetos conquistados	Nível de atividade
Associação de Moradores do Jardim Cometa	Construção do salão, asfalto comunitário, ginásio de esportes, casa de recuperação para mulheres drogadas.	Asfalto comunitário, ginásio de esportes, casa de recuperação para mulheres drogadas.	Forte Atividade= ,00
Associação de Moradores do Jardim Paulista	Conserto de ruas, reformas no posto de saúde, reformas no centro de educação infantil, calçamento.	Conserto de ruas, reformas no posto de saúde, reformas no centro de educação infantil, calçamento.	Forte Atividade= 5,00
Associação dos Moradores e Amigos do Parque Alvamar II e Jardim Tropical	Construção do Salão comunitário, projetos sociais nas áreas da educação e do esporte, asfaltamento de ruas, melhorias no saneamento básico.	Construção do salão comunitário, projetos sociais nas áreas da educação e do esporte.	Média Atividade = 3,00
Associação de Moradores e amigos do Jardim Universal	Pedra irregular para ruas, unidade básica de saúde, ampliação de creche, ampliação de colégio, construção de quadra poliesportiva	Ampliação de colégio, Unidade de saúde, pedras irregulares para ruas, mais linhas de circular, ampliação de creche.	Forte Atividade= 6,25
Associação de Moradores e Amigos do Parque Residencial Bom Pastor e Alphaville	Conserto de ruas, instalação de telefone público, mias linhas de circular, arborização, construção do salão comunitário.	Cascalhamento de ruas, telefone público, terreno do salão comunitário.	Forte Atividade =4,25
Associação de Moradores e Amigos do Jardim Califórnia.	Conserto e cascalhamento de ruas, construção de praça	Conserto e cascalhamento de ruas	Fraca Atividade = 1,50
Associação de Moradores e amigos do Jardim Castelo	Recapeamento de asfalto, construção de rede de esgoto, construção do salão sede.	Construção do salão sede.	Fraca Atividade = 1,75

Fonte: Trabalho de Campo, 2006-2007. Organização: SILVA, Juliano Alves.

Quadro 2- Associações comunitárias de bairros consultadas – Paiçandu-2006/2007

	Reivindicações realizadas	Projetos conquistados	Nível de atividade
Associação Pioneiros	Não realizou.	Não realizou.	Desativada = 00
Associação Belos Jardins	Asfaltamento de ruas, arborização, construção de sede; Limpeza de ruas.	Asfaltamento de ruas, arborização, construção de sede.	Forte Atividade = 4,00
Associação Comunitária do Parque Industrial e Residencial Bela vista	Projetos para hortas comunitárias, arborização, cascalhamento de ruas, roçadas,; linha de ônibus, asfaltamento de ruas, iluminação.	2 hortas comunitárias; arborização; Cascalhamento de ruas; roçadas; linha de ônibus; Iluminação	Forte Atividade= 7,75
Associação do Jardim São Francisco	Asfaltamento de ruas, arborização.	Asfaltamento de ruas, arborização.	Média Atividade = 2,5
Associação do Parque São Jorge	Cascalhamento de ruas, Horta comunitária.	Cascalhamento de ruas.	Fraca Atividade= 1,5
Associação Unidas Bairro Canadá	Horta e cozinha comunitárias, construção da sede do salão e arborização.	Horta e cozinha comunitárias, construção da sede do salão e arborização.	Forte Atividade = 3,75
Associação Comunitária Jardim cathedral	Construção de posto de saúde, construção de creche, arborização.	Construção de posto de saúde, construção de creche, arborização.	Forte Atividade =3,75
Associação Comunitária Santa Luzia 3º parte	Horta comunitária.	Horta comunitária.	Fraca Atividade = 1,25
Associação Bandeirantes	Não tem realizado.	Não tem realizado.	Desativada=00
Associação Comunitária Jardim Novo Horizonte	Não tem realizado.	Não tem realizado.	Desativada=00

Fonte: Trabalho de Campo, 2006-2007. Organização: Silva, Juliano Alves

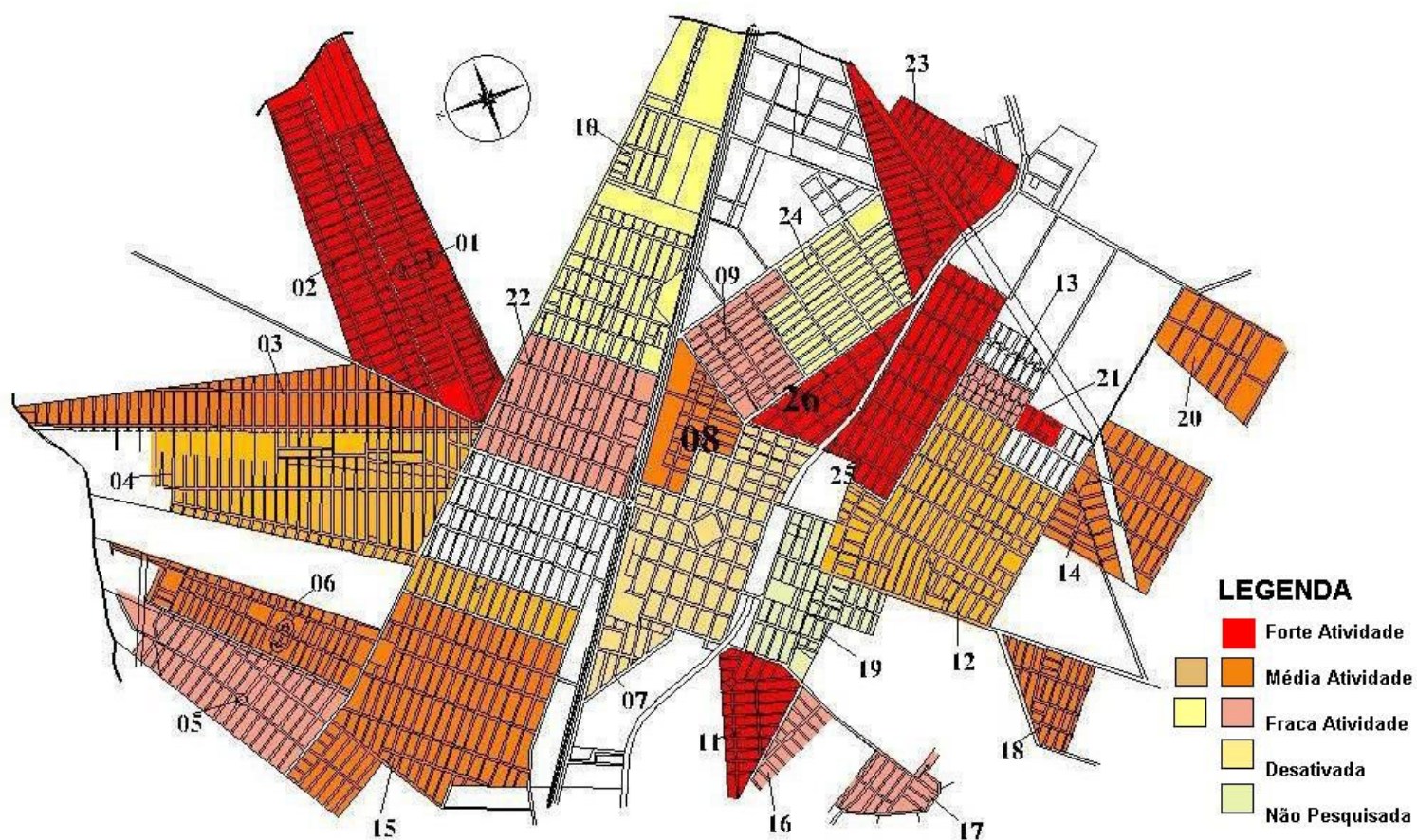
Através destas conquistas, a população de Sarandi e Paiçandu, que sofre com diversos problemas de infra-estrutura, conseguiram solucionar, alguns mais graves, por meio do modo associativista de embate. Conforme abordado:

En definitiva, se observa un cambio en la orientación de las experiencias asociativas de base territorial: de una orientación centrada en la representación a otra centrada en el hacer. Los

pobres urbanos participan en numerosas pequeñas organizaciones destinadas a la "solución de problemas concretos". Por su parte, los grupos que participan tienen expectativas en términos de romper con la segregación urbana y mejorar su calidad de vida. (Sunke, 2003, p. 324).

As conquistas efetivadas podem ser vistas de modo espacializado, no mapa 1, que corresponde à Sarandi, e no mapa de 2, que corresponde à Paiçandu. De acordo com o já visto no item Metodologia, as associações foram divididas em quatro níveis de representatividade (Forte Atividade; Média Atividade; Fraca Atividade; Desativada), definidos de acordo com suas conquistas e reivindicações. Far-se-á, então, a análise complementar de cada associação pesquisada presente nas duas cidades, dividindo as associações pelos grupos em que se enquadram, conforme a legenda do mapa.

Mapa-1 Representatividade por Associações Comunitárias de Bairros/Srandi-2007



De acordo com o mapa 1, Sarandi conta com 7 associações comunitárias de moradores dentro da classificação de forte atividade. A Associação de Moradores e Amigos Parque São Pedro tem uma forte atuação em seu espaço. Além de conseguir criar uma creche no bairro, a qual mantém convênio direto com o Estado, ou seja, verbas são entregues diretamente do Estado para a Associação, por estar na divisa com o município de Maringá, por meio de projetos, conseguiu que se construísse uma travessia para a cidade, sobre um rio. A construção da ponte teve que ser aprovada pela Marinha, segundo o presidente da associação. Se não fosse pelo empenho da associação, não teria sido feita, diante do modo burocrático pelo qual se deu o processo.

Outra que se enquadra no nível de forte atividade é a Associação de Moradores do Jardim Nova Aliança. Segundo o presidente entrevistado, quando se mudou para o bairro, nos dias chuvosos, era impossível transitar com automóveis. Através de reivindicação feita pela Associação foi feito o cascalhamento das ruas. Conta com outros projetos na área social. Um de seus projetos teve destaque regional pela Rede Globo de Televisão. Neste, a associação implantou um curso de informática gratuito. Além de atender ao bairro, recebia pessoas de toda a cidade. Alguns alunos já haviam conseguido emprego com a qualificação recebida. Desenvolveu também programas de alfabetização para idosos.

Associação de Moradores dos parques residenciais Alphaville e Bom Pastor também se enquadram em forte atividade, apresentando 5 reivindicações, já conseguiram um terreno para a construção de um salão comunitário e cascalhamento de ruas.

A associação do conjunto Sarandi I se destaca por ter conseguido a reativação de uma escola, bem como o asfaltamento de algumas ruas, com conquistas e reivindicações suficientes para se inserir em forte atividade.

Importantes conquistas foram feitas pela associação do Jardim Paulista, tanto na área de infra-estrutura, com conserto de ruas, como na área social, com reformas no posto de saúde e no centro de educação infantil. O jardim Cometa possui um centro de recuperação para mulheres drogadas, conquista também feita através da

Associação de moradores. A Associação do Jardim Universal instituiu vários benefícios, como as ampliações do colégio, a unidade de saúde e a creche.

Na classificação por média atividade, enquadram-se o maior número de associações, 9 no total. A Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Triângulo construiu seu salão sede, por meio de reivindicações, foi feito também conserto de suas ruas. Apesar de obter poucas conquistas, destaca-se pelo envio de projetos, fato importante quando se analisa o associativismo, sinal de que estão reivindicando melhorias através da associação. A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Novo Independência 2ª Parte concretizou o asfaltamento de algumas de suas ruas e iluminação pública.

A reativação de um colégio do bairro é uma conquista que merece destaque na Associação de Moradores do Conjunto Floresta. Quando eram realizadas reuniões para tratar de assuntos referentes ao colégio, a participação era intensa, em torno de 500 pessoas. Foram realizados protestos no Núcleo Regional de Educação, sediado em Maringá, segundo o presidente entrevistado. Teve também algumas de suas ruas asfaltadas, depois de muitas reivindicações por parte da associação. A construção de um campo de futebol foi concretizada pela Associação de Moradores e Amigos do Jardim das Torres, além de conseguir cascalhamento para as ruas.

A Associação dos Moradores e Amigos do Parque Alvamar II e Jardim Tropical se destaca pelo encaminhamento de diversos projetos, dentre os quais, concretizou-se a construção de um salão comunitário, além disso, mantém projetos sociais na área da educação e do esporte. Os projetos sociais têm grande presença nas associações de Sarandi. A Associação de Moradores e Amigos do Novo Independência 1ª parte conta com aulas gratuitas de capoeira. Através da associação, foi construído um campo de malha. Outra associação que, por meio de projetos e reivindicações, asfaltou e fez o cascalhamento de algumas de suas ruas foi a Associação de Bairro do Jardim Esperança.

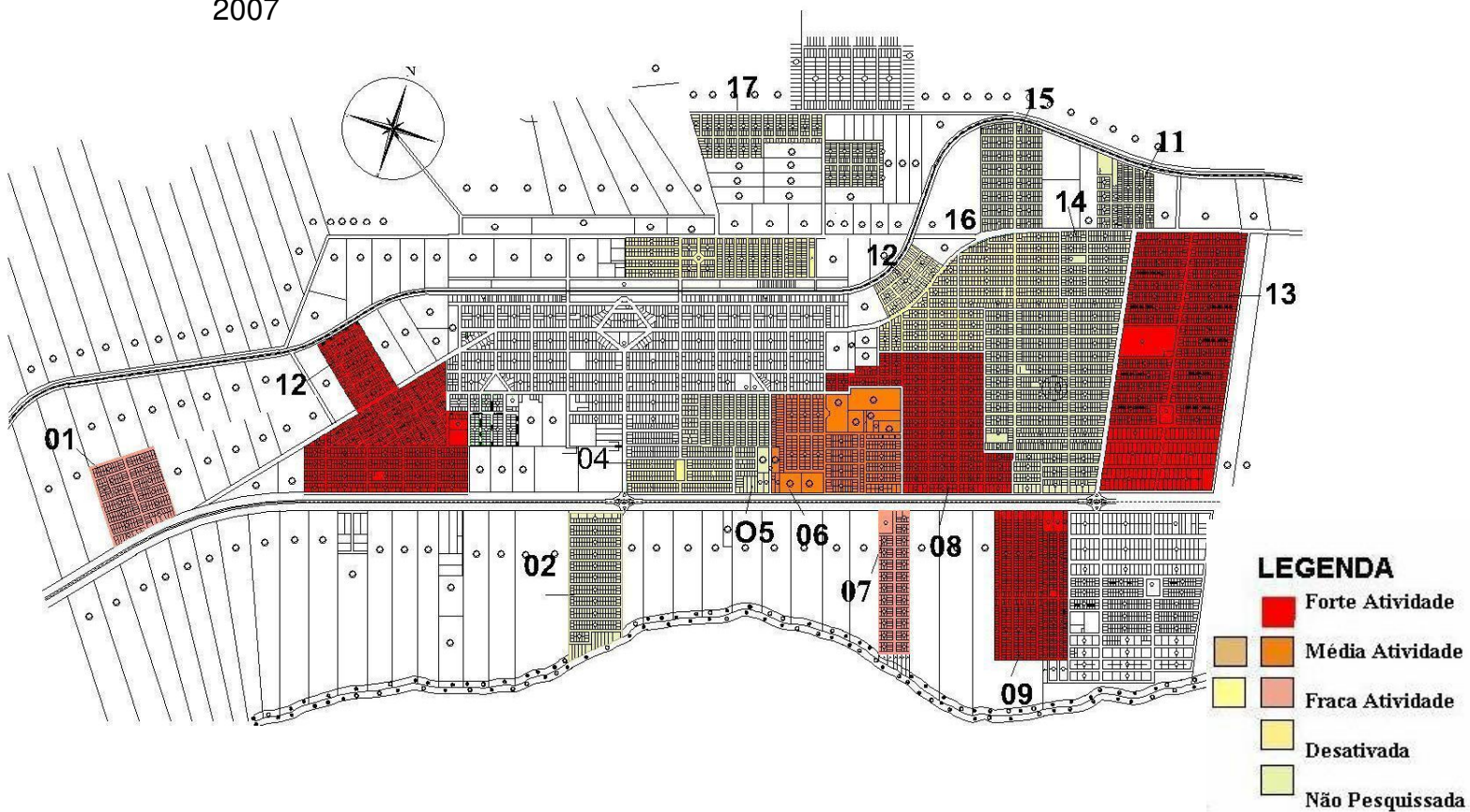
A Associação de Moradores que abrange o Jardim Primavera e Primavera conseguiu uma importante conquista. Havia uma fábrica processadora de madeira dentro do Jardim Primavera que tinha uma chaminé que jogava poluição nas casas

de alguns moradores vizinhos. Por meio da manifestação dos moradores, organizada pela Associação Comunitária, a situação foi amenizada. Houve a mudança da chaminé e sua regularização. A Associação do Jardim Panorama também se enquadra no nível de classificação de média atividade, pelo número de reivindicações, 5, no total, uma foi concretizada, a construção de um contorno.

Dentre as que se classificam como fraca atividade, são 8. Além de realizarem poucas reivindicações apresentam somente uma conquista importante cada uma: Associação de Moradores do Jardim Verão A união faz a força, Associação de Moradores e Amigos do Jardim Califórnia, Associação de Moradores do Jardim das Flores, Associação do Jardim Novo Bertioga, Associação do Jardim Independência 1º Parte, Associação do Jardim Independência 3º Parte, Associação do Jardim Castelo e a Associação de Moradores e Amigos do Parque Alvamar.

Uma foi considerada desativada, a Associação de Bairro e Moradores do Centro e do Jardim Europa, Bela Vista e Perimetral Sul, faz parte do centro da cidade, uma região que conta com uma boa infra-estrutura, se comparada a outros bairros, o que faz com que os habitantes da espacialidade não se manifestem. A falta de impacto com os problemas propicia o não desenvolvimento de capital social, combustível para o associativismo. Nota-se que, quanto pior as condições dos bairros, maior é a participação dos moradores nas associações comunitárias de bairros.

Mapa 2- Representatividade por Associações Comunitárias de Bairros/Paiçandu-2007



A cidade de Paçandu tem suas associações comunitárias de bairros representadas no mapa 2. Observa-se que são 4 as que se enquadram no nível de forte atividade,. A Associação Comunitária do Parque Industrial e Residencial Bela Vista se destaca por, além de estar enviando projetos em seu nome para que outras associações sejam beneficiadas, vem travando, junto ao poder público local, uma luta pelo asfalto no bairro, já teve destaque nos jornais regionais. Durante a aplicação da pesquisa, foi possível acompanhar as lideranças associativistas em encontros com membros do poder público e não foi difícil perceber como os membros da associação agem pressionando os representantes do poder público. Já é eminente esta conquista, é uma realidade da luta associativista para que ela aconteça, tanto que, quando convocada reunião entre os moradores para debater tal assunto a presença é maciça. Observa-se, neste quadro, o associativismo atuando para superar os problemas de infra-estrutura causados pela segregação espacial, outra associação que já passou por tal luta conseguiu atingir seus objetivos.

A Associação Belos Jardins também se enquadra no nível de forte atividade, através de reivindicações teve algumas de suas ruas asfaltadas, a arborização dos bairros e a construção de sua própria sede. Outra associação que se enquadra neste nível é a Associação Unidas Bairro Canadá que, além da construção de seu salão sede, implantou uma horta e uma cozinha comunitárias. Importante destaque deve ser dado à Associação Comunitária Jardim Catedral que conseguiu, através da luta associativista, importantes conquistas: a construção de um posto de saúde e uma creche.

Dentro do nível de média atividade, apenas uma associação se enquadra, a Associação do Jardim São Francisco que conseguiu o asfaltamento de algumas ruas e arborização. No nível de fraca atividade, existem duas associações, a Associação do Parque São Jorge que, através de reivindicações concretizou apenas o cascalhamento de suas ruas; e a Associação comunitária Santa Luzia 3º Parte que implantou apenas uma horta comunitária através de projeto.

Três associações são consideradas desativadas: Associação Pioneiros, Associação Comunitária Jardim Novo Horizonte e Associação Bandeirantes. Não apresentaram

projetos ou reivindicações, portanto não tiveram benefícios concedidos pela luta associativista.

3.1 A DENSIDADE DE INFLUÊNCIA DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE BAIROS NO ESPAÇO HABITADO DE SARANDI E PAIÇANDU

As reivindicações expostas são as mais representativas nas cidades de Sarandi e Paiçandu. Enquanto que, em Paiçandu, observam-se apenas conquistas referentes à infra-estrutura, em Sarandi, já é possível encontrar construções feitas com o objetivo de lazer, como quadras e campos, ambientes que podem fazer as pessoas dos bairros aumentarem o interesse em viver em sociedade, já que passam a conviver mais com o lazer, aumentando os laços e fortalecendo as associações. Além disso, somente em Sarandi encontram-se realizações em áreas ligadas ao desenvolvimento social do cidadão, como os vários projetos citados no quadro 2, implantação de cursos gratuitos para a sociedade e outros. O que não quer dizer que projetos como estes não são desenvolvidos em Paiçandu, não aparecem aqui, simplesmente, pelo fato de se abordar as conquistas feitas pela forma associativista de bairros, pode ser que estes projetos sejam desenvolvidos por outras instituições em Paiçandu, mas não é aqui objetivo investiga-las estas e, sim, as associações de bairros.

Desenvolveu-se os oito gráficos expostos, vê-se que as associações de Sarandi apresentam maior porcentagem entre elas em cinco destes gráficos, ficando as associações de Paiçandu com maior representatividade nos 3 gráficos restantes, conforme o quadro 3.

Quadro 3- Associações comunitárias de bairros, segundo a maior representatividade nos gráficos: 1,2,3,4,5,6,7 e 8 – Sarandi e Paiçandu

Sarandi	Paiçandu
1- Infra-estrutura	3- Realização de reuniões
2- Institucionalização	4- Realização de promoções
4- Interferência na espacialidade	6- Participação nos conselhos gestores
7- Acompanhamento do plano diretor	
8- Encaminhamento de projetos	

Fonte: Trabalho de Campo. Organização: SILVA, Juliano Alves.

As reflexões da representatividade vista nos gráficos revela que as associações comunitárias de bairros da cidade de Sarandi apresentam-se mais atuantes na espacialidade local se comparadas com Paiçandu. Importantes indicadores, como institucionalização da entidade, ou seja, se a documentação está totalmente regularizada ou não, maior número de associações encaminhando projetos, elaborados sistematicamente para as reivindicações, são questões que dão sinal de uma maior atividade nesta cidade. Em Paiçandu, destaca-se uma maior parte de associações que estão realizando reuniões para discutir os assuntos, como foi observado, os índices não ficam muito distantes de Sarandi. Uma maior realização de promoções para arrecadar recursos para melhorias coletivas é um indicador de falta de institucionalidade das associações de Paiçandu, pois, se não estão com as documentações regulamentadas, não podem fazer maiores reivindicações, o que faz com que a população que dinamiza este meio busque outras formas para resolver as questões em tal espacialidade

Índices de participação, como o acompanhamento nos conselhos gestores e no plano diretor, aparecem como relevantes para a pesquisa. É muito importante que as organizações associativistas façam este tipo de acompanhamento, mas o depoimento dos presidentes demonstrou que, quando os membros das associações participam destes, fazem-no mais como ouvintes, não tendo chances de fazer colocações de modo a atingir as questões que são discutidas dentro das reuniões das associações.

Com a análise dos gráficos, evidencia-se uma maior densidade de representatividade nas associações comunitárias de Sarandi. Para maior averiguação e verdadeira compreensão na comparação das duas cidades, a representatividade nos mapas 1 e 2 é muito importante. A análise de tais mapas, mais a comparação com alguns dados expostos ao longo desta pesquisa, como o número da população das duas cidades, possibilita a compreensão da intensidade de atuação das associações comunitárias em suas devidas espacialidades. Os graus de classificação determinados no item metodologia evidenciem as associações de acordo com o número de reivindicações e conquistas concretas de cada uma.

Dessa forma, ao se olhar para os mapas 1 e 2, é possível ver que a cidade de Paiçandu conta com apenas sete associações comunitárias de bairro em atividade¹⁷. Segundo os dados atuais disponíveis no IBGE, no ano de 2007, o município de Paiçandu contava com uma população urbana de 34.648 habitantes. Hoje, o município conta com 7 associações comunitárias de bairros em atividade, logo, dividindo o número da população pelo número de entidades, obtém-se o número de pessoas por associações comunitárias de bairros que, no caso de Paiçandu seria de aproximadamente 4.949 habitantes por associação comunitária de bairro que realmente atua na espacialidade da cidade. Dentro deste levantamento, pode-se presumir que cada associação atua somente na sua espacialidade, como delimitado no mapa. É claro que a luta maior de cada associação acontece dentro da espacialidade em que cada uma está inserida, mas não se descarta aqui o envolvimento de determinada associação com outros bairros que não estão em sua área oficial de atuação. O que já foi visto no gráfico 5 e também citado em alguns exemplos, tanto em Sarandi onde um projeto social criado por uma associação estava beneficiando pessoas de outras cidades, como em Paiçandu, onde, pela falta de institucionalidade de algumas associações, pela falta de documentação, os projetos estavam sendo elaborados por uma segunda associação. Por tais averiguações, considera-se, aqui, este índice de associações comunitárias

¹⁷ No início dos trabalhos, em Paiçandu, constatou-se que somente 9 das 18 associações comunitárias de bairros estavam em atividade. A pesquisa foi aplicada em 10 associações, somando-se as 9 apontadas pelo presidente mais 1, de forma aleatória, para averiguar se realmente não estava atuando.

importante para a análise, pois, como as associações têm raios de atuação além da espacialidade oficial de suas institucionalizações, é possível utilizar este índice, ainda mais quando se compara a intensidade deste tipo de associativismo entre Sarandi e Paiçandu.

Na cidade de Sarandi, pode-se ver que, das 25 associações comunitárias de bairros abordadas, apenas 1 se enquadra como desativada, uma realidade totalmente diferente da cidade de Paiçandu. Em Sarandi 9, entidades são classificadas como de média atividade, seguido 8, como de fraca atividade. No nível de forte atividade, enquadram-se 7, como já visto anteriormente. Buscando a proporção de habitantes por associação comunitária de bairro, consideradas em funcionamento, levando em conta a população da cidade que, segundo o IBGE, no ano de 2000, era de 79.747, e o número total de associações em funcionamento, 24, vale destacar que, na cidade de Sarandi, há aproximadamente 3.322 habitantes para cada associação comunitária de bairro. Comparando este índice exato com o mesmo de Paiçandu, é possível ver que o modo associativista tem uma maior representatividade no município de Sarandi. Em Paiçandu, proporcionalmente tem-se quase o dobro de população a ser atendida pelo número existente de associações comunitárias de bairro.

Dessa forma, é se observar, no reflexo das representatividades, quanto às associações comunitárias de bairros, que, de forma proporcional à quantidade de população, a cidade de Sarandi está melhor representada na perspectiva da organização comunitária. Como aborda Sunkel (2003), a capacidade associativa pode despertar onde se tem espacialidades com falta de serviços urbanos básicos, para poder lutar por eles. É possível ver que o estímulo ao capital social vem com o descontentamento em habitar espaços desestruturados, com ausência de infraestrutura. Conforme às teorizações de Atria (2003) é possível averiguar que são fortes os indícios de que o capital social está mais presente na cidade de Sarandi, pois, segundo, o autor, uma das dimensões de capital social se refere à capacidade de um grupo de mobilizar determinados recursos. É claro que tal mobilização tem que ser feita por uma rede de relações sociais, no caso, aqui, as associações

comunitárias de bairros abordadas. O fato de a administração municipal ter o comando do Partido dos Trabalhadores, desde 2001, influencia no processo. Os recursos são mais mobilizados por parte das associações da cidade de Sarandi. Na cidade de Paiçandu, as associações também se dinamizam no processo, mas com menor intensidade, na análise comparativa com Sarandi.

Foi levantado no questionário aplicado, se as associações poderiam, de alguma forma, melhorar na atuação e o que faltaria para melhorar. Em quase todas as respostas de Sarandi e Paiçandu os presidentes disseram ser possível a melhora e fizeram alguns apontamentos para que isso acontecesse.

Apesar de a administração pública incentivar mais o processo associativista em Sarandi do que em Paiçandu, foi possível ver por alguns depoimentos por parte dos entrevistados de Sarandi, que o apoio poderia ser ainda maior. Segundo alguns depoimentos, falta maior proximidade do poder público com as associações. Muitas vezes as entidades protocolam pedidos e não obtém respostas rápidas. Os presidentes cobram maior agilidade e poder de influência nas questões referentes a seus bairros.

Apesar das manifestações de descontentamento no relacionamento com o poder público, na cidade de Sarandi, foi possível perceber que existe uma dinâmica política, ou seja, um jogo de poderes, um maior enfrentamento entre o poder público e os representantes das associações. Esta percepção se dá no reflexo dos comentários sobre o que poderia melhorar no funcionamento das associações. Reclama-se muito uma maior colaboração dos órgãos públicos, de maneira geral, para com os trabalhos deste tipo de associativismo

Outros apontamentos que se destacam sobre o que poderia ser melhorado no funcionamento das associações pesquisadas de Sarandi são: maior envolvimento da população, pois falta interesse e união da população, em reuniões a presença é quase sempre da diretoria apenas; maior contribuição por parte dos moradores, bem como apoio de outras entidades, elas acabam não tendo ajuda de pessoas influentes, pois estas acham que os representantes das associações estão tentando se sobressair politicamente, enquanto estas mesmas pessoas influentes, como os

vereadores, estão querendo se envolver para se sobressaírem; maior união entre as associações; falta espaço na imprensa que funciona a favor dos detentores de poder local.

Em outros apontamentos também é possível ver que, em Sarandi, os presidentes das associações reclamam da falta de comparecimento nas reuniões, esclarecendo que, se todos tivessem a consciência do poder que pode ter uma associação comunitária, se houvesse a união de todos, as conquistas seriam em maior volume. Vê-se, pelos apontamentos feitos pelos entrevistados que têm visão crítica sobre a sociedade, que são capazes de olhar mais profundamente o processo que envolve a população segregada. Apontam também o quanto a imprensa é fechada para mostrar os problemas que ocorrem dentro de cada bairro.

Em Paiçandu, dentre o que os presidentes dizem ser necessário para o melhoramento das associações, destaca a falta de interesse da comunidade pelas associações comunitárias de bairros. Eles fazem as seguintes afirmações: a união da comunidade está em baixa; é preciso mais união para decidir o que vai fazer; falta tempo para atuar na associação; não conseguem descobrir um meio para atrair a população, sempre tentam juntar liderança religiosa, mas as igrejas pensam no templo, quando conseguirem que as ações religiosas se tornem de forma concreta, se desenvolverá melhor o associativismo; o funcionamento poderia melhorar, mas a comunidade não tem interesse. Também fazem outros apontamentos, mas são mínimos, quando solicita algo para o município, eles não cedem, quando cedem, às vezes, destroem; falta uma fonte de renda para realizar os objetivos, como cursos profissionalizantes.

Diante da falta de interesse da comunidade junto às associações comunitárias de bairros de Paiçandu, é possível dizer que este tipo de associativismo vive um momento distinto, se comparado a Sarandi. Enquanto que, na última, a maioria das associações parecem estar na fase de estabelecer e consolidar relações com o poder público, em Paiçandu, ainda se dá ênfase à união entre os moradores.

Com o passar dos anos de instituição, o associativismo sempre tende a fortalecer suas relações, expandir sua intensidade de atuação, enquanto que, em um primeiro

momento, tenta se consolidar na comunidade local para a superação da falta de equipamentos urbanos. No caso das associações comunitárias de bairros, esta luta pode-se estender para uma esfera maior, como no caso de Sarandi, que segundo os presidentes entrevistados, busca melhorar as relações com os órgãos públicos para aumentar as conquistas. Em Paiçandu, este processo está incipiente ainda.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual cenário, em que as desigualdades estão presentes, o mundo em um processo de globalização, com a maioria dos países inseridos no sistema capitalista e a lógica do mercado funcionando de modo a, cada vez mais, as riquezas fiquem concentradas nas mãos de uma minoria, o processo de segregação se torna evidente. No Brasil é real este contexto. O espaço delimitado como foco desta pesquisa também o é, o que se vê na distribuição dos vários tipos de recursos de diferentes modos dentro das classes existentes em tal território.

A presente pesquisa abordou, em um aglomerado, urbano as contradições presentes em uma região metropolitana, onde a dinâmica da segregação socioespacial é evidenciada. Levou-se em conta a forte polarização exercida pela cidade pólo, Maringá, no que diz respeito à oferta de emprego, comércio, lazer e serviços.

Apesar da institucionalização da RMM ser feita com base em um plano, no qual estaria o objetivo de se planejar o urbano de Maringá, Sarandi e Paiçandu, de forma conjunta, o que foi possível ver, durante os trabalhos, é que os fluxos se canalizam para a cidade pólo, o planejamento urbano não vem sendo feito de forma conjunta. O sentido da existência de uma espacialidade metropolitana é a interação de seus componentes, no entanto, no caso da RMM, praticamente não existem ações nesta direção, o que ocorre é que a RMM, cada vez mais, tem colocado mais municípios em sua associação que não têm quase nenhum vínculo com os já associados. Ou seja, a área de institucionalidade se torna cada vez maior do que a área relativa de espacialidade da região metropolitana de caráter não metropolitano. Não foi possível

ver uma eficácia nesta proposta do Estado até o momento, principalmente, no que tange a melhorar as condições da população da área conurbada¹⁸.

Ao contrário, a forma como a população se organiza para adquirir mais e melhorar as condições de habitação de tal espaço apresenta resultados. Nas associações comunitárias de bairros de Sarandi e Paiçandu foi possível ver que as conquistas são palpáveis e que, caso não fosse esta luta associativista, vários benefícios não teriam sido alcançados.

O capital social aparece onde existem laços de confiança que primam por manter relações associativistas, como já visto. Para que haja desenvolvimento de associativismo e conseqüente capital social, tem que haver estímulo. Na pesquisa, foi verificado que o associativismo nas associações comunitárias de bairros tem como força motora o descontentamento das pessoas em habitar um espaço urbano desestruturado. Na espacialização feita, nos mapas 1 e 2, referentes a Sarandi e Paiçandu, respectivamente, a primeira análise apresenta pelo menos um fator que comprova tal tese. Verificando o mapa correspondente à Sarandi, vê-se que, dentre as 25 abordadas, há apenas uma associação comunitária de bairro que está desativada, justamente a que corresponde à zona central da cidade, espacialidade delimitada como centro e que não apresenta sérios problemas de infra-estrutura, onde se tem boas residências e unidades de comércio. Concluiu-se que não há estímulo para que a associação funcione para reivindicar melhorias. Segundo seu presidente quando a localidade tinha mais problemas espaciais, a associação era mais ativa.

A situação se repete na cidade de Paiçandu, onde a zona delimitada como central nunca possuiu associação comunitária, pois tem um espaço bem estruturado. Não que as associações só funcionem para superar a falta de infra-estrutura, mas, como

¹⁸ Um bom exemplo seria a concretização da integração do transporte metropolitano. Os prefeitos de Sarandi e Paiçandu já assinaram um acordo, no final do ano de 2007, com o objetivo de concretizar a integração do transporte coletivo nas municipalidades, conjuntamente com Maringá. Para que entre em operação, falta a assinatura do prefeito de Maringá, que alega que, antes de se concretizar aguarda estudos técnicos para ver se a proposta “não será paga pelo usuário de Maringá”.

este é um grande problema em Sarandi e Paiçandu, acaba funcionando como parâmetro da luta associativista, que procura resolver os problemas mais urgentes.

As associações comunitárias de Paiçandu têm, em média, menos tempo de existência com relação às de Sarandi. Logo, vivem um outro momento, se tem a perspectiva de que o capital social quanto mais usado, mais se expande, conclui-se que o movimento associativista já é mais dinâmico em Sarandi. Nela, como já visto, o momento é de tentativa de melhor relacionamento com os órgãos públicos para fortalecer as ações associativistas. Enquanto que, em Paiçandu, o momento é de tentar conscientizar as pessoas de como este tipo de associativismo é importante para que ocorram mudanças.

Focando na segregação de Sarandi e Paiçandu com relação à Maringá, percebe-se que a instituição do espaço da cidade de Maringá determinou a construção dos espaços com sérios problemas de infra-estrutura das outras duas cidades. Foi possível constatar que o processo de segregação existe, o que também já foi confirmado por outros trabalhos. Deste modo, criou-se, no decorrer da pesquisa, condições metodológicas para se averiguar como a população, de forma organizada, pode estar conseguindo melhorar a situação. Olhando os mapas 1 e 2, não é possível diferenciar os processos de segregação, mas é possível diferenciar a intensidade de atuação das associações comunitárias de bairros em Sarandi e Paiçandu, deixando claro que são dois tipos de situações que vivem momentos distintos, mas que a população, em ambas as cidades, vem agindo para melhorar as estruturas básicas, características do urbano.

Verifica-se a indignação das pessoas por não ter à disposição benfeitorias básicas do urbano, como asfalto e esgotamento sanitário, dentre outros. É da população expropriada que tem que partir a mudança, como diz Santos (2004, p. 67) “Em situações especiais, a necessidade de mudar poderá ser reconhecida pelos próprios detentores do aparelho de Estado. O mais provável, porém, é que o seja pelas próprias massas, cansadas como estão, de uma vã espera por mais bem-estar”. Assim, os habitantes de Sarandi e Paiçandu, de forma organizada, podem sim vir, a interferir na construção do espaço.

Usado para tal análise, como categoria central, foi o espaço, definido, segundo Santos(2004) “ Dentre os mais conhecidos, apenas Lefebvre (1975) propôs claramente a constituição de uma ciência particular, do espaço que, dentre outras coisas, seria uma disciplina particularmente voltada para a hipótese de transição.”

A perspectiva adotada neste trabalho é a do entendimento de que a organização comunitária não levará a um outro modo de organização da sociedade, mas que criará possibilidades de uma maior igualdade nas condições de vida e que os espaços serão menos heterogêneos quanto à distância social. Quando abordada a categoria de análise espacial, aqui, apoia-se em Lefebvre, que defende o espaço social como produto da sociedade que, na contemporaneidade é ordenado pelo modo de produção capitalista, mas que, no entanto, as frações e grupos de classes podem ser agentes transformadores desta realidade, diminuindo, de fato, as distâncias sociais. A organização nas associações comunitárias de bairros influi de modo direto nas espacialidades abordadas, é claro que o grau de interferência se dá em diferentes escalas. O Estado, às vezes, tende para classes mais privilegiadas, mas torna-se sensível às demandas das classes, quando estão organizadas.

As relações de poder estão presentes nas organizações associativistas, poder remete à atividade política, já que um depende do outro. Quanto mais os cidadãos que dinamizam tal movimento tomarem consciência de que a participação neste jogo de poderes é necessária para que os seus planos sejam atendidos, mais forte será o movimento. Como quem tem mais poder tende a direcionar os benefícios para si próprio, ou para uma determinada classe, o único jeito de a classe trabalhadora conseguir adquirir um maior poder de intervenção é através da união. Para isso, a conscientização pode vir junto com uma visão crítica da sociedade. O estímulo vem do descontentamento, trabalhado. Até mesmo na cidade de Sarandi, onde o movimento associativista se encontra em um momento de maior tentativa de articulação com o poder público, é possível ver a falta de participação, com a participação relativa bastante baixa.

Com a potencialização do capital social ao longo do tempo é de se esperar que, nas duas cidades, essas associações entrem em outro momento, em que possam interferir de modo mais direto nas decisões do Estado. Uma maior união faz com que

a construção da espacialidade se dê de modo a beneficiar o conjunto da população ligado às associações comunitárias de bairros.

4 REFERENCIAS

ARRETCHE, Marta. T. S. políticas sociais no brasil: descentralização em um Estado federativo. In: *Revista brasileira de ciências sociais*- vol.14, nº. 40, 1999.

ATRIA, Raúl. Capital social: concepto, dimensiones y estrategias para su desarrollo In: ARRIGADA, I.; ATRIA, R.; ROBISON, L. J.; WHITEFORD, S. (Orgs.) *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*, Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2003. p. 581-590.

BELOTO, Gislaíne Elizete. *Legislação urbanística: instrumento de regulamentação e exclusão territorial: considerações sobre a cidade de Maringá*. Dissertação de mestrado –Programa de pós graduação em geografia. Universidade Estadual de Maringá, 2004.

BOEIRA, José Jair. *Espaço urbano de uma metrópole regional de porte médio: Maringá*. Dissertação (mestrado em geografia) – Programa de pós graduação em geografia. Universidade Estadual de Maringá, 2003.

CANGUSSU, Tatiana Jordão Maia. *A manifestação do capital social em projetos de desenvolvimento de pequenos municípios: um estudo de caso na cidade de Lunardelli-PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de pós graduação em geografia Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Equipe de tradução PUCAMP. Campinas SP: Papyrus,-1986

CASTELLS, Manuel. *A Questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1983.

C.M.N.P. (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. Maringá: C.M.N.P, 1975.

CARDOSO, N. A.; DELGADO, P. R.; DESCHAMPS, M. V.; MOURA, R. Brasil Metropolitano: uma configuração heterogênea. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*, Curitiba, n. 105, p. 33-56, 2003.

CHIZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4º ed. São Paulo: Cortes, 2000.

CORRÊA, Roberto. Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

D' ARAUJO, Maria Celina. *Capital social*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

DOIMO, Ana Maria. Pluralidade religiosa a brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo. In: *AVRITZER, Leonardo (org.). A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005. p. 123-195

DURSTON, J. Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. In: *ARRIGADA, I.; ATRIA, R.; ROBISON, L. J.; WHITEFORD, S. (Orgs.) Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2003. p. 147-202.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas & MOURA, Rosa. Regiões Metropolitanas e Metrôpoles, Reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades no sul do Brasil. In: *Revista RA'EGA*. Curitiba: Ed. Da UFPR, nº 5, p. 27-46, 2001.

GALVÃO, A. A. *Condomínios horizontais fechados: segregadores Ou segregados? – Um estudo de caso no município de Maringá-* Pr. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

GEORGE, Pierre. *Os métodos da geografia*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1972.

GOTTDIENER, Mark. *A Produção social do espaço urbano*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP 1997.

IPARDES, Fase, Análise das Regiões metropolitanas do Brasil. Relatório da atividade In : *Identificação de espaços Metropolitanos e construção de tipologias*. 2004., Observatório das metrôpoles, 2004.

JACOBI, Pedro. *Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. Tradução de E. S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: *A cidade do Pensamento único*. São Paulo: Editora Vozes-2000.

MOTA, Adeir Archanjo. *A Geografia do Ensino Superior de Maringá: a dinâmica regional e as transformações no espaço urbano*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PGE – UEM, Maringá, 2007.

MOURA, Rosa. Concentração e exclusão na RMC. *Revista paranaense de geografia*, n. 3, p. 49-57, 1998.

MOURA, Rosa & DELGADO, Paulo Roberto & DESCHAMPS, Marley V. & CARDOSO, Nelson Ari. *Brasil metropolitano: uma configuração heterogênea*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Desafio da gestão das regiões metropolitanas em países federados, promovido pelo Ministério das Cidades, Câmara dos Deputados e Fórum das Federações, em Brasília, nos dias 30 e 31 de março de 2004.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma RE(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes*. 6ª ed. Imprensa Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

POULANTZAS, N. O Estado, o Poder, o Socialismo. Tradução: Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Geral, 1980.

PUTNAM, Robert., D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ROCHA, Marcio Mendes. *A Espacialidade das mobilidades humanas - Um olhar para o Norte Central Paranaense*. São Paulo: USP, 1998. (Tese de Doutorado)

RODRIGUES, Ana Lúcia. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá*. Tese (doutorado em Ciências Sociais) PUC Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. *Manual de Geografia urbana*. Tradução de Antonia Dea Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. São Paulo: HUCITEC 1981.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós -Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SUNKEL, G. *La pobreza en la ciudad: capital social y políticas públicas* In: ARRIGADA, I.; ATRIA, R.; ROBISON, L. J.; WHITEFORD, S. (Orgs.) *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2003. p. 303-338.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. A atuação das organizações não governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: *Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil*. DAGUINO, Evelina (Org.) . São Paulo: Paz e Terra, 2002., p. 105-142.

TONELLA, Celene & RODRIGUES, Ana Lúcia. *Metrópole regional no contexto da dinâmica paranaense*. XXVII Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu MG, 2003.

TONELLA, Celene. *Poder local e políticas públicas, o papel dos Conselhos Gestores*. Maringá, PR: EDUEM, 2006.

VELOSO, Elizabete Aparecida Gotardo. *Da favela ao bairro - transformação no espaço habitado em Sarandi*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

VIEIRA, Alexandre Bergamim. & MELAZZO, Everaldo. Santos. Introdução ao conceito de segregação socioespacial. In: *Revista Formação*, nº 10, v.1. Presidente Prudente: UNESP, 2003.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1998.

VESENTINI, J. W. *Geografia política e Geopolítica: Determinismo e Possibilismo?*. Prova escrita (Parte das avaliações do Concurso para Professor Livre Docente) - Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2003.

Sites consultados:

http://www.fgvdados.com.br/bf/dsp_consulta.asp

<http://www.ibge.gov.br/>)

<http://www.ipardes.gov.br>

http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/pib_municipal_2004.pdf

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/PR.pdf>

ANEXOS

A - Unidades Regionais Institucionalizadas – Brasil 2003

UNIDADE INSTITUCIONALIZADA	REGIÃO	UF	LEI DE CRIAÇÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
Região Metropolitana (RM) instituída por lei federal				
Belém	Norte	PA	14/1973	5
Belo Horizonte	Sul	MG	14/1973	34
Curitiba	Nordeste	PR	14/1973	26
Fortaleza	Nordeste	CE	14/1973	13
Porto Alegre	Sul	RS	14/1973	31
Recife	Nordeste	PE	14/1973	14
Salvador	Nordeste	BA	14/1973	10
São Paulo	Sudeste	SP	14/1973	39
Rio de Janeiro	Sudeste	RJ	20/1974	17
Região Metropolitana (RM) instituída por lei estadual				
Baixada Santista	Sudeste	SP	815/1996	9
Campinas	Sudeste	SP	870/2000	19
Carbonífera	Sul	SC	221/2002	7
Florianópolis	Sul	SC	162/1998	9
Foz do Itajaí	Sul	SC	221/2002	5
Goiânia	Centro-oeste	GO	27/1999	11
João Pessoa	Nordeste	PB	59/2003	9
Londrina	Sul	PR	81/198	8
Maceió	Nordeste	AL	18/1998	11
Maringá	Sul	PR	83/1998	9
Natal	Nordeste	RN	152/1997	8
Norte/Nordeste Catarinense	Sul	SC	162/1998	2
Tubarão	Sul	SC	221/2002	3
Vale do Aço	Sudeste	MG	51/1998	4
Vale do Itajaí	Sul	SC	162/1998	5
Grande São Luis	Nordeste	MA	38/1998	4
Grande Vitória	Sudeste	ES	58/1995	7
Região Integrada de Desenvolvimento (Ride)				
Brasília	Centro-oeste	DF/GO/MG	94/1998	22
Grande Teresina	Nordeste	PI/MA	112/2001	13
Juazeiro/Petrolina	Nordeste	BA/PE	113/2001	8

UNIDADE INSTITUCIONALIZADA	REGIÃO	UF	LEI DE CRIAÇÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
Área de Expansão Metropolitana (AEM), Colar Metropolitano (CM)				
AEM da RM Carbonífera	Sul	SC	221/2002	3
AEM da RM Florianópolis	Sul	SC	162/1998	13
AEM da RM Foz do Itajaí	Sul	SC	221/200	4
AEM da RM Norte/Nord. Catarinense	Sul	SC	162/1998	18
AEM da RM Tubarão	Sul	SC	221/220	15
AEM da RM Vale do Itajaí	Sul	SC	162/1998	11
CM da RM de Belo Horizonte	Sudeste	MG	56/2000	14
CM RM do Vale do Aço	Sudeste	MG	51/98	22
Aglomeración Urbanas				
Nordeste Riograndense	Sul	RS	10.355/94	10
Pelotas	Sul	RS	9.184/90	5
TOTAL RMS	26			419
TOTAL RIDES	3			43
TOTAL AGLOMERAÇÕES URBANAS	2			15

B – Questionário aplicado aos presidentes das Associações Comunitárias de Bairros consultadas pela pesquisa em Sarandi e Paíçandu, 2006-2007

Univerisdade Estadual de Maringá
Programa de Mestrado em Geografia

Questionário

Sexo: () Masculino () Feminino.

Idade : ____

Cargo perante a associação/entidade:

Nome da associação/entidade:

01 – A quanto tempo existe esta associação de bairro?

() menos de um ano

() 1 a 3 anos

() 4 anos ou mais

02. Qual é a infra-estrutura disponível para o funcionamento da associação/entidade:

- tem sede própria equipada
- tem sede própria mas sem equipamentos
- tem sede alugada
- as reuniões ocorrem em lugares cedidos
- Outra

02- As documentações referentes à associação/entidade estão em dia?

R _____

03- Recebem verbas do estado ou de pessoas físicas e jurídicas?

- sim
- não

04 – Se recebem, especifique a (s) fonte (s):

05- A associação/entidade tem encaminhado projetos para receber algum tipo de melhoria nos bairros? Se o tem feito cite os projetos.

- Sim Especifique _____
- Não

06- Tem feito algum tipo de promoção ou qualquer empenho para arrecadação de recursos com fins de melhorias coletivas?

Sim Especifique: _____

Não

07- Os moradores costumam se reunir para discutir os problemas do bairro, assim podendo ouvir diversas opiniões que leve a traçar um rumo para melhoria?

- Sim
- Não

07. Se a resposta anterior foi sim, informe quantas pessoas em média costumam participar das reuniões:

08- Informe o grau de envolvimento da associação/entidade as questões locais:

- a participação ocorre para resolver os problemas do bairro;
- a participação ocorre para resolver os problemas de toda a cidade;
- busca-se acompanhar as decisões do executivo, fiscalizando os atos do prefeito.
- outra

10- Cite conquistas e benefícios concretos que a associação/entidade conseguiu instituir no bairro.

- Posto de saúde
- Creches
- Segurança
- Iluminação
- Asfalto
- Arborização
- Outras Citar: _____

10- A associação/entidade tem se organizado para acompanhar a elaboração do plano diretor que esta sendo feito nesta cidade?

- Sim
- Não

11. Justifique a sua resposta

12. Os membros dessa associação/ entidade participa dos conselhos Gestores de Políticas Públicas?

- sim Quais? _____
- Não

12. A atuação da associação/ entidade poderia melhorar? O que falta?

13. O sr.(a) gostaria de fazer algum comentário à respeito do funcionamento da associação/entidade que não foi abordado